



Raimunda Alves Melo
Keylla Rejane Almeida Melo
Keyla Cristina da Silva Machado



EDUCAÇÃO DO CAMPO E AGROECOLOGIA: formas e modos de educar e de sobreviver no Semiárido Piauiense

Conselho Editorial

Dr. Clívio Pimentel Júnior - UFOB (BA)
Dra. Edméa Santos - UFRRJ (RJ)
Dr. Valdrino Ferreira do Nascimento - UECE (CE)
Dr.^a. Ana Lúcia Gomes da Silva - UNEB (BA)
Dr.^a. Eliana de Souza Alencar Marques - UFPI (PI)
Dr. Francisco Antonio Machado Araujo – UFDPAr (PI)
Dr.^a. Marta Gouveia de Oliveira Rovai – UNIFAL (MG)
Dr. Raimundo Dutra de Araujo – UESPI (PI)
Dr. Raimundo Nonato Moura Oliveira - UEMA (MA)
Dra. Antonia Almeida Silva - UEFS (BA)

EDUCAÇÃO DO CAMPO E AGROECOLOGIA:

formas e modos de educar e de sobreviver no Semiárido piauiense

© Raimunda Alves Melo - Keylla Rejane Almeida Melo - Keyla Cristina da Silva Machado

1ª edição: 2020

Editoração

Acadêmica Editorial

Diagramação

Otavio Augusto Cerqueira Araujo

Capa

Otavio Augusto Cerqueira Araujo

Reprodução e Distribuição

CAJU: Educação, Tecnologia e Editora

Ficha Catalográfca elaborada de acordo com os padrões estabelecidos no Código de Catalogação Anglo-Americano (AACR2

Melo, Raimunda Alves

Educação do campo e agroecologia: formas e modos de educar e de sobreviver no semiárido piauiense / Raimunda Alves Melo, Keylla Rejane Almeida Melo, Keyla Cristina da Silva Machado – Parnaíba, PI: Acadêmica Editorial, 2020.
E-Book.

ISBN: 978-65-990868-3-0

1. Educação. 2. Educação do Campo. 3. Políticas Educacionais.
I. Melo, Keylla Rejane Almeida. II. Machado, Keyla Cristina da Silva.
III. Título.

CDD: 371.04

**Raimunda Alves Melo
Keylla Rejane Almeida Melo
Keyla Cristina da Silva Machado**

**EDUCAÇÃO DO CAMPO E AGROECOLOGIA:
formas e modos de educar e de sobreviver no
Semiárido piauiense**



AS ORGANIZADORAS

RAIMUNDA ALVES MELO – Doutora em Educação pela Universidade Federal do Piauí – UFPI. Graduada em Licenciatura em História e Pedagogia. É professora titular do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, da UFPI de Teresina. Tem experiência na área de educação, com ênfase em formação de professores, Educação do Campo, currículo e prática educativa.

KEYLLA REJANE ALMEIDA MELO – Doutora em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia – UFU. Graduada em Pedagogia. É docente da Universidade Federal do Piauí - UFPI, vinculada ao Curso de Licenciatura de Licenciatura em Educação do Campo/CCE. Tem experiência na área da educação, com ênfase em Educação do Campo, Educação Infantil, Leitura e Escrita, Infâncias, Prática Pedagógica.

KEYLA CRISTINA DA SILVA MACHADO – Doutoranda e Mestre em Educação pelo Programa de Pós Graduação da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Licenciada em Pedagogia no ano de 2001 e Letras/Português em 2004, pela Universidade Estadual do Piauí. Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional pela Faculdade Santo Agostinho em 2004, Especialista em Tecnologia na Educação pela PUC - Rio, Especialista em Mídias na Educação em 2011 pela UFPI-Teresina. É docente da Universidade Federal do Piauí - UFPI, vinculada ao Curso de Licenciatura de Licenciatura em Educação do Campo/CCE.

SUMÁRIO

PREFÁCIO	7
Prof. Dr. Astrogildo Fernandes Silva Júnior	
INTRODUÇÃO.....	13
Raimunda Alves Melo, Keylla Rejane Almeida Melo e Keylla Cristina da Silva Machado	
PARTE I: POLÍTICAS EDUCACIONAIS.....	31
EXPERIÊNCIA DO PROGRAMA EDUCAÇÃO INFANTIL EM AÇÃO: PERSPECTIVAS E DESAFIOS.....	31
Raimunda Alves Melo e Maria do Desterro Melo da Rocha Nogueira Barros	
IMPLEMENTAÇÃO DA BNCC NO ESTADO DO PIAUÍ.....	42
Edimilson Pereira de Araújo	
EDUCAÇÃO CONTEXTUALIZADA PARA A CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO EM BURITI DOS MONTES.....	51
Maria Dinae Pereira de Freitas, Keylla Rejane Almeida Melo e Raimunda Alves Melo	
PERSPECTIVAS DO SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM DE BURITI DOS MONTES	58
Francisco Marcos Pereira Soares e Elisângela Maria Alves de Sousa	
EXPERIÊNCIA DO PROJETO EDUCANDO COM A HORTA ESCOLAR.....	66
Marcos Paulo Soares	
A LEITURA É UMA ARTE: A EXPERIÊNCIA DO PROJETO CHÁ COM ARTE.....	66
Maria Goretti Soares e Raimunda Alves Melo	

PROJETO TODOS PELA APRENDIZAGEM E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A ALFABETIZAÇÃO DE CRIANÇAS	84
Maria do Socorro Soares Monte e Raimunda Alves Melo	
COMO MELHORAR O IDEB? A EXPERIÊNCIA DE BURUTI DOS MONTES	92
Ernandes Soares Lima e Ana Paula Alves de Oliveira	
EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO: DESAFIOS DA IMPLANTAÇÃO DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NO MUNICÍPIO DE BURITI DOS MONTES.....	100
Maria de Fátima Soares Pinho e Francisco Marcos pereira Soares	
EXPERIÊNCIA DO PROGRAMA EDUCAÇÃO INFANTIL EM AÇÃO EM BURITI DOS MONTES	107
Flávia Rejane Soares e Raimunda Alves Melo	
AS CONTRIBUIÇÕES DO PROGRAMA EDUCAÇÃO EM AÇÃO PARA A ALFABETIZAÇÃO DE CRIANÇAS EM NOVO SANTO ANTÔNIO	119
Ildomar Soares Cruz e Raimunda Alves Melo	
LENDO, ESCRREVENDO E APRENDENDO: A EXPERIÊNCIA DO PROJETO CAMPEÕES DE LEITURA	125
Maria Goretti Soares e Raimunda Alves Melo	
EXPERIÊNCIA DO PROGRAMA PROJovem CAMPO – SABERES DA TERRA EM BURUTI DOS MONTES.....	134
Francisléa de Abreu Vieira e Raimunda Alves Melo	

PARTE II: PRÁTICAS EDUCATIVAS EM ESCOLAS DO CAMPO.....	144
UTILIZAÇÃO DE MODELOS DIDÁTICOS, JOGOS E EXPERIMENTOS NO ENSINO DE CIÊNCIAS	144
Dina Késia Pereira de Sousa, Luís Fernando da Silva Bezerra, Keylla Rejane Almeida Melo e Raimunda Alves Melo	
PRODUÇÃO DE ALIMENTOS EM AMBIENTE ESCOLAR.....	152
Josiel de Melo Gomes, Jovane Gomes de Melo, Keylla Rejane Almeida Melo e Raimunda Alves Melo	
PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA E OS SERÕES FORMATIVOS NA ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA SANTA ÂNGELA.....	159
Leticia Alves Pereira, Keylla Rejane Almeida Melo e Raimunda Alves Melo	
FEIRA DE CIÊNCIAS NA ESCOLA INSTITUTO MUNICIPAL JOÃO FRANCISCO ANDRADE.....	168
Joice soares de Oliveira, Raimunda Alves Melo e Keylla Rejane Almeida Melo	
FEIRA DE CIÊNCIAS NA UNIDADE ESCOLAR MOSNENHOR MATEUS.....	174
Ednelma do Carmo Cruz, Wesley Alves, Raimunda Alves Melo e Keylla Rejane Almeida Melo	
UTILIZAÇÃO DA TÉCNICA DE JARDINAGEM PELOS ALUNOS DO 3º ANO DO ENSINO MÉDIO NA UNIDADE ESCOLAR ANTONIO DEROMI SOARES COMO PROJETO DE CONSCIENTIZAÇÃO DO MEIO AMBIENTE	182
José Thiago Soares Beserra, Maria Fabiana Sousa Freitas	
PARTE III: ESTUDOS COMUNITÁRIOS.....	189

AÇÕES DE CONSCIENTIZAÇÃO DOS MORADORES DA COMUNIDADE LAJEIRO BRANCO EM ASSUNÇÃO DO PIAUÍ SOBRE O LIXO E SEUS IMPACTOS NO AMBIENTE189

Marcus Vinicius Antunes dos Santos, Pedro Luiz Oliveira Britto, Keyla Cristina da Silva Machado e Raimunda Alves Melo

ASSOCIATIVISMO E GERAÇÃO DE RENDA ATRAVÉS DA EXPLORAÇÃO DA CAJUCULTURA: A EXPERIÊNCIA DA COMUNIDADE LIVRAMENTO ..196

Raimunda Alves Melo

ASPECTOS HISTÓRICOS E CONSTITUINTES DA EDUCAÇÃO DA COMUNIDADE LAJEIRO BRANCO NO MUNICÍPIO DE ASSUNÇÃO DO PIAUÍ.....204

Pedro Luiz Oliveira Britto

DIAGÓSTICO DA COMUNIDADE LAJEIRO BRANCO EM ASSUNÇÃO DO PIAUÍ212

Marcus Vinicius Antunes dos Santos, Pedro Luiz Oliveira Britto, Keyla Cristina da Silva Machado e Raimunda Alves Melo

HISTORICIDADE DA COMUNIDADE CALDEIRÃO NO MUNICÍPIO DE ASSUNÇÃO – PIAUÍ.....216

João Victor Antunes dos Santos, Yasmim Cristini Bezerra Marques, Keyla Cristina da Silva Machado e Raimunda Alves Melo

PREFÁCIO

"O correr da vida embrulha tudo. (porque) A vida é assim: esquentada e esfria, aberta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem

Guimarães Rosa

Escolhi como epígrafe o trecho de Guimarães Rosa para a escrita desse prefácio, pois considero a possibilidade de estabelecer um diálogo com a obra “Educação do Campo e agroecologia: formas e modos de educar e de sobreviver no Semiárido piauiense” organizada pelas professoras Raimunda Alves Melo e Keylla Rejane Almeida. Uma obra corajosa que registra reflexões, conquistas de sujeitos envolvidos com a Educação do Campo. Revela a força e a perseverança de pesquisadores que resistem e que buscam caminhos diferentes e possibilidades de que mundos diferentes coexistam.

É um grande desafio lutar por uma Educação do Campo, pois, historicamente a escola localizada no meio rural brasileiro foi tratada de forma subalterna. As escolas no campo no Brasil foram construídas tardiamente e sem o apoio necessário do Estado para se desenvolver. Até as primeiras décadas do século XX, a educação era privilégio de poucos, principalmente nas áreas rurais. A educação rural nem foi mencionada nos textos constitucionais até 1891 (Brasil, 2002). De acordo com o Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo (GPTE), instituído pelo Ministério da Educação em 06/03/2003:

O Estado brasileiro omitiu: (1) a formulação de diretrizes políticas e pedagógicas específicas que regulavam o funcionamento e organização da escola de campo; (2) na dotação financeira que permitiria a institucionalização e manutenção de uma escola de

qualidade em todos os níveis de ensino; (3) na implementação de uma política eficaz de treinamento inicial e contínuo e de valorização da carreira docente no campo (BRASIL, 2005: 7).

A educação, no campo, não constitui historicamente um espaço prioritário para uma ação planejada e institucionalizada do Estado brasileiro. Isso privou a população do campo, especialmente a classe trabalhadora, de ter acesso a políticas e serviços públicos em geral. Esse fato contribuiu para o processo acelerado de êxodo rural, registrado desde a década de 1950. O êxodo rural foi resultado de dois fenômenos: expulsão e atração. A expulsão, no caso brasileiro, foi resultado da modernização do campo, que privilegiou os grandes proprietários, sem incluir o agricultor familiar. Ao mesmo tempo, a atração que as cidades exerciam no processo de industrialização era, não incomum, uma visão idílica, que não correspondia à realidade dos trabalhadores rurais.

Com a negligência do Estado em relação às escolas no campo, as próprias comunidades, corajosamente se organizaram para criar escolas e garantir a educação de seus filhos, contando, às vezes, com o apoio da Igreja, de outras organizações e movimentos sociais (por exemplo, partidos de esquerda, movimentos camponeses, sindicatos de trabalhadores rurais) comprometidos com a educação popular.

Com o golpe militar no Brasil, em 1964, a política educacional passa por um processo de mudança. Os canais de participação e representação popular foram fechados, impedindo a manifestação dos grupos envolvidos. Houve perseguição, prisão e exílio de educadores comprometidos com projetos de educação popular, incluindo Paulo Freire. Esse período foi caracterizado por uma reforma educacional centralizada e exclusiva.

Na década de 1970, as reações ao autoritarismo estabelecidas pelo governo militar cresceram na sociedade brasileira. Nesse período, outras possibilidades para a escola no campo começaram a ser pensadas de acordo com uma perspectiva crítica. Diferentes iniciativas, localizadas no campo da educação popular, política, educação de jovens e adultos, passaram a exigir maior participação do Estado no cenário rural brasileiro.

Tais discussões foram acentuadas com o debate e aprovação da Constituição Federal de 1988 e da Lei Nacional de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9394/96), que propõe, no artigo 28:

Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas educacionais promoverão as adaptações necessárias à sua adaptação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I - conteúdos e metodologias curriculares apropriadas às reais necessidades e interesses dos cidadãos, estudantes da área rural; II - organização escolar própria, incluindo adaptação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III - adaptação à natureza do trabalho na área rural. (BRASIL / MEC, LDB 9.394 / 96, art. 28).

As medidas de adaptação da escola à vida no campo não foram contempladas anteriormente em sua especificidade. A LDB 9394/96 possibilitou para a escola no campo um planejamento vinculado à vida rural, porém os problemas relacionados à escola no campo permaneceram.

Foi nesse cenário, que nas últimas décadas do século XX, testemunhamos uma presença instigante de sujeitos de campo no cenário político e cultural do país, como os movimentos sociais do campo. Tais assuntos são diferentes e exigem respeito. Eles denunciam o silêncio e o esquecimento por parte dos órgãos do governo e lutam por uma escola do campo que não é apenas uma

imitação da escola urbana e, sim, uma escola atenta a assuntos específicos.

Lembro que a educação é um direito social. Assim, uma política de educação do campo exige o reconhecimento de que a cidade não é superior à zona rural e, desse entendimento, impõe novas relações baseadas na horizontalidade e na solidariedade entre o campo e a cidade. O campo é, acima de tudo, um espaço de cultura única, rica e diversificada. Dessa forma, é importante superar a dicotomia entre o rural e o urbano e considerar alguns princípios pedagógicos: articular a escola no campo com um projeto de emancipação humana; valorizar os diferentes conhecimentos oriundos da diversidade de sujeitos no processo educacional; valorizar os diferentes espaços e tempos de treinamento das disciplinas de aprendizagem, uma vez que a educação do campo ocorre tanto nos espaços escolares quanto fora deles; vincular a escola à realidade dos sujeitos; ter a educação como estratégia para o desenvolvimento sustentável; desenvolver autonomia e colaboração entre os sujeitos do campo e o sistema educacional nacional.

A terra, o meio ambiente, a democracia, a resistência e a renovação de lutas e espaços físicos, bem como questões sociais, políticas, culturais, econômicas, científicas e tecnológicas, são elementos transversais na educação do campo. Um projeto educacional realizado na escola precisa ser do campo e no campo e não para o campo.

É necessário a implementação de políticas públicas que fortaleçam a sustentabilidade dos povos rurais, e os sujeitos devem estar atentos ao fato de existirem diferenças. O campo é heterogêneo, muito diversificado. Assim, uma política educacional idêntica não pode ser construída para todos. As políticas nacionais devem ser articuladas às especificidades de cada região. Pensar na educação de campo é pensar em estratégias que ajudem a reafirmar as identidades de campo.

A leitura dessa obra permite ampliar a discussão sobre alguns desafios que estão postos, tais como política educacional, gestão, prática educativa, formação docente e educação do campo. A organização da obra contempla discussões teóricas e práticas, identificando avanços e recuos na área das políticas educacionais e disseminando conhecimentos sobre a realidade educacional brasileira, particularmente de municípios do Piauí. Os artigos registrados foram apresentados no I Seminário Intermunicipal de Políticas Públicas para o Campo, realizado no município de Buriti dos Montes, nos dias 25 e 26 de setembro de 2019.

Desejo a todos e todas uma boa leitura para fortalecermos nossa coragem de continuar a luta por uma educação do campo que contemplem a realidade dos diversos sujeitos que vivem no campo.

Prof. Dr. Astrogildo Fernandes Silva Júnior

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional:** Nova LDB (Lei no 9394/96). Rio de Janeiro: Qualithmark Editora, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação – Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo GPTE. **Referência para uma política nacional de Educação do Campo. Caderno de subsídios**, Brasília, DF, 2005.

INTRODUÇÃO

A sociedade contemporânea passa por rápidas transformações ocasionadas pelos avanços tecnológicos nos meios de comunicação, na economia, na sociedade, no mercado de trabalho, incidindo com bastante força na escola, aumentando os desafios de torná-la um espaço de aprendizagem e de formação para a cidadania.

A essas transformações acrescenta-se, ainda, a ampliação do acesso à escola e a conseqüente diversificação de culturas, cenário que vem se reconfigurando pelo surgimento de novos sujeitos escolares, de novas demandas e propostas educacionais.

Neste contexto, ampliam-se as discussões relativas à educação e sua possibilidade de propiciar aos educandos conhecimentos e desenvolvimento de habilidades para que possam ir além dos saberes cotidianos, assumindo-os, ampliando-os e transformando-os em competências, de modo a se tornarem sujeitos ativos na mudança do seu contexto, na vivência e na convivência comunitária.

Contudo, transformar as escolas e suas práticas culturais tradicionais e burocráticas que, por intermédio da retenção e da evasão, acentuam a exclusão social, não é tarefa simples. O grande desafio é educar crianças, jovens, adultos e idosos proporcionando-lhes desenvolvimento humano, cultural, científico e tecnológico, de modo que adquiram condições para fazer frente às exigências do mundo contemporâneo.

No âmbito das escolas do campo, a situação é ainda mais desafiadora, pois além de problemas relacionados ao acesso, também se deixa a desejar em termos de qualidade socialmente referenciada, tendo em vista que a maioria das escolas não considera a significância da abordagem metodológica e dos conhecimentos escolares trabalhados, prevalecendo, predominantemente, a oferta de uma educação descontextualizada e que não valoriza os saberes da cultura

camponesa como parte integrante do currículo escolar e as práticas agroecológicas como modos de sobrevivência.

Compreende-se como práticas agroecológicas aquelas que incorporam as questões sociais, políticas, culturais, ambientais e éticas, visando a superação dos danos causados à biodiversidade e à sociedade como um todo, provocados pela prática de agricultura e criação de animais que geram impactos negativos ao meio ambiente. Trata-se de um conceito amplo e complexo, que abarca práticas mais sustentáveis que compreendem o território como condição essencial para a sobrevivência, implicando numa relação afetuosa de zelo e preservação. As discussões sobre agroecologia vêm ocupando lugar de destaque nas pesquisas, na agenda das políticas públicas e nas escolas, pois um dos papéis dessa instituição é a formação humana para o exercício da cidadania, para o trabalho e a aprendizagem de valores éticos e morais indispensáveis para a vida em sociedade.

Não há dúvidas de que a mudança dessa realidade exige esforço constante da comunidade escolar – diretores, coordenadores, professores, funcionários, famílias, alunos –, de governantes e outros grupos organizados, tendo em vista as dificuldades que precisam ser enfrentadas no campo da qualidade das políticas educacionais em suas diferentes nuances.

Esta questão tem, nas duas últimas décadas, mobilizado pesquisadores e gestores públicos a discutirem ações com vistas a garantir uma educação de qualidade, assegurada quando o aluno tem o seu direito de aprender em cada série cursada e quando estas aprendizagens são significativas do ponto de vista do educando, do educador e da sociedade na qual ele está inserido.

Nesse sentido, a escola é, por referência, um dos principais espaços experimentados de modo sistemático pelos sujeitos, cuja proposta educativa é formada por uma intencionalidade política e pedagógica, pois, no seu compromisso em educar, é sua a responsabilidade de apropriação, (re) construção de conhecimentos pelos educandos, podendo

contribuir significativamente para a vida dos sujeitos quando assegura que estes ampliem seus conhecimentos e suas capacidades de conhecer, questionar e transformar a realidade da qual fazem parte.

Estamos, portanto, diante de uma nova realidade e da necessidade de ampliarmos as discussões relativas aos desafios que estão postos, sobretudo nas áreas que consideramos mais urgentes: política educacional, gestão, prática educativa, formação docente, educação do campo.

Com este propósito, este livro oferece, aos educadores e gestores públicos, subsídios formativos e orientações sobre questões que permeiam o campo da educação básica. A proposta contempla uma combinação de discussões teóricas e práticas, identificando avanços e recuos na área das políticas educacionais e disseminando conhecimentos sobre a realidade educacional brasileira, particularmente de municípios do Piauí.

Os trabalhos que compõem esta obra foram apresentados do I Seminário Intermunicipal de Políticas Públicas para o Campo, realizado no município de Buriti dos Montes, nos dias 25 e 26 de setembro de 2019. O objetivo desse evento foi socializar conhecimentos sobre Educação do Campo e agroecologia, favorecendo o diálogo entre a prática e as teorias que as fundamentam e criando condições para intervenção nas escolas e comunidade do campo. A sua programação contou com Feira da Agricultura Familiar, palestras, apresentação de trabalhos explicitando experiências vivenciadas por professores, trabalhadores do campo e acadêmicos do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, também contou com uma exposição sobre a geografia e cultura do Semiárido, apresentada pela Fundação Caatinga.

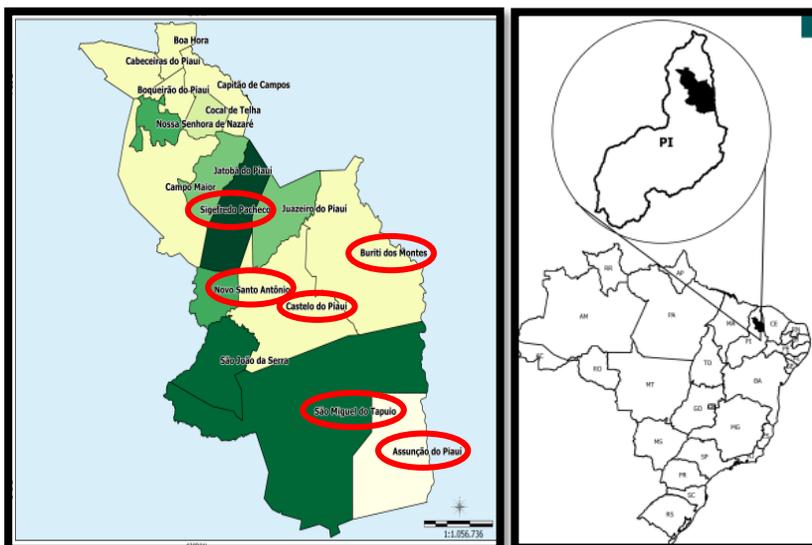
O Seminário emergiu frente à necessidade de aproximar a Universidade das comunidades, ampliar as discussões que circundam a Educação do Campo e as práticas agroecológicas,

possibilitar o compartilhamento e publicação de experiências, pesquisas, projetos de intervenção desenvolvidos por agricultores, pesquisadores, estudantes, educadores e instituições. A sua realização foi possível através de uma parceria entre a Universidade Federal do Piauí (UFPI), via Coordenação do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, e Secretarias Municipais de Educação de: Assunção do Piauí, Buriti dos Montes, Juazeiro do Piauí, Novo Santo Antônio e São Miguel do Tapuio.

O campo das pesquisas compreende seis municípios situados no Território dos Carnaubais¹, a saber: Assunção do Piauí, Castelo do Piauí, Buriti dos Montes, Juazeiro do Piauí, Novo Santo Antônio, Sigefredo Pacheco, e o Curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEdoC), vinculado ao Centro de Ciências da Educação, da Universidade Federal do Piauí, Campus de Teresina (Piauí), onde são desenvolvidos os processos formativos dos estudantes-pesquisadores.

¹ Territórios da Cidadania é uma estratégia de desenvolvimento regional sustentável e garantia de direitos sociais voltados às regiões do país que mais precisam, com o objetivo de levar o desenvolvimento econômico e universalizar os programas básicos de cidadania. O Piauí foi dividido em quatro Territórios: Entre Rios, Carnaubais, Vale do Guaribas e Serra da Capivara. BRASIL. Perfil territorial: Carnaubais – PI. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Elaboração: CGMA, mai/2015. Disponível em: < http://sit.mda.gov.br/download/caderno/caderno_territorial_028_Carnaubais%20-%20PI.pdf >. Acesso em: 03 nov. 2019.

Figuras 01 e 02: Território dos Carnaubais



Fonte: Brasil (2015, p. 2).  Legenda: Municípios que participaram do estudo

O Território dos Carnaubais, possui uma área territorial de 19.651,34 Km², com população de 168.024 habitantes. Destes, 83.604 residem em área urbana e 84.420 em áreas rurais. Nesse território, 2.806 famílias foram assentadas através de 31 projetos de reforma agrária, correspondente a um total de 150.225 há de terras. O número de estabelecimentos de agricultura familiar corresponde a um total de 17.312. (BRASIL, 2015). Os trabalhos apresentados no evento foram, predominantemente, de municípios situados nesse território, que, juntos, contemplam realidades plurais, ao mesmo tempo díspares e singulares.

O Curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEdoC) da UFPI de Teresina destina-se à formação de educadores para as escolas do campo, na área de Ciências da Natureza, tem caráter regular e duração de quatro anos, sendo realizado em sistema de blocos semestrais. Em 2019, atende a uma média de 200 alunos oriundos de diversos municípios da

Região Centro-Norte do Estado do Piauí, entre eles, aqueles pertencentes ao Território dos Carnaubais.

Figura 03- Área de atuação da LEdoC de Teresina



Fonte: Dados das pesquisadoras (2019)

Segundo o PPC da LEdoC/UFPI (2013), o propósito do curso é atender à demanda de professores do campo nos municípios que, com exceção da capital, são caracterizados como de pequeno índice de densidade demográfica e urbana e têm nas atividades agropecuárias e extrativistas sua maior fonte de geração de trabalho e renda, além das bases culturais.

A organização metodológica do curso estrutura-se em torno de duas dimensões formativas integradas de alternância: o Tempo Universidade e o Tempo Comunidade. O Tempo Universidade consiste na ocorrência de encontros sistemáticos

realizados nos meses de janeiro/fevereiro e julho/agosto, durante os quais são desenvolvidos estudos das disciplinas, culminando com a realização de um Seminário Integrador (UFPI, 2013)².

O Tempo Comunidade, realizado no espaço socioprofissional do aluno, configura-se como oportunidade de que sejam exercitadas reflexões sobre problemas locais, que são discutidos com a comunidade e com os colegas, de modo a levantar hipóteses acerca de soluções possíveis, para posterior planejamento e desenvolvimento de intervenções (UFPI, 2013).

Feitos os esclarecimentos introdutórios, o presente livro contempla 25 (vinte e cinco) resumos expandidos, divididos em três partes, versando, principalmente sobre as seguintes temáticas: políticas educacionais, práticas educativas, experiências comunitárias e educação do campo.

A primeira parte do livro, contendo 13 (treze) trabalhos, contempla discussões sobre políticas educacionais desenvolvidas em municípios piauienses, evidenciando que o direito à educação escolar é condição fundamental para o exercício da cidadania. Nesse cenário, é função do Estado desenvolver projetos e programas para garantir o bem-estar da coletividade e o equilíbrio entre a sociedade e os homens, os quais têm o direito de participar ativamente do processo de planejamento, execução, monitoramento e avaliação das políticas públicas, exercendo o controle social das mesmas. Trata-se de um tema relevante, pois instiga o leitor a refletir sobre avanços, problemáticas, permanências e rupturas que permeiam o campo da política educacional, identificando as diferentes racionalidades e disputas de poder que se operam no campo da educação. As experiências que compõem a primeira parte são:

² UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. Proposta Pedagógica do Curso de Licenciatura em Educação do Campo/Ciências da Natureza, 2013. Teresina, 2013, 86 p.

- **Experiência do Programa Educação Infantil em Ação: perspectivas e desafios**, de autoria de Raimunda Alves Melo e Maria do Desterro Melo da Rocha Nogueira Barros, que discute as condicionantes estruturais de uma política pública de Educação Infantil, a partir da experiência do Programa Educação Infantil em Ação (PEIA). Os resultados apontam que ao longo de cinco anos, este programa fortaleceu a política pública dos municípios parceiros por promover a articulação de ações educacionais, proporcionando melhorias na área.
- **Implementação da BNCC no Estado do Piauí**, escrito por Edimilson Pereira de Araújo, discute o processo de implementação da Base Nacional Curricular Comum – BNCC, no Estado do Piauí, destacando a importância desse documento normativo para a educação no Estado. Os resultados apontam que a implementação de um Currículo do Piauí alinhado à BNCC é um importante eixo que poderá contribuir para a qualidade da educação. No entanto, isso não dispensa as condições para materialização dessa ferramenta de trabalho.
- **Educação Contextualizada para a Convivência com o Semiárido em Buriti dos Montes**, das autoras Maria Dinaele Pereira de Freitas, Keylla Rejane Almeida Melo e Raimunda Alves Melo, descreve as contribuições das ações de Educação para a Convivência com o Semiárido para a ressignificação da prática educativa de professores. Os resultados evidenciam que as Escolas Municipais Gonçalo Furtado de Mendonça e Claudimiro Alves Feitosa, ambas pertencentes à rede municipal de ensino de Buriti dos Montes, desenvolvem estas práticas que poderão transformar de maneira positiva a visão e conceitos que os próprios habitantes têm sobre o local em que vivem.
- **Perspectivas do Sistema de Avaliação da Aprendizagem de Buriti dos Montes**, de autoria de Francisco Marcos

Pereira Soares e Elisângela Maria Alves de Sousa, apresenta o Sistema de Avaliação da Aprendizagem de Buriti dos Montes (Prova Buriti). Os resultados apontam que a avaliação externa realizada pela Secretaria Municipal de Educação contribui para a produção de diagnósticos que apontam avanços e desafios nos processos de ensino e aprendizagem, possibilitando regular os caminhos e propor intervenções e/ou criar políticas públicas educacionais que melhorem qualitativamente a educação e o ensino nas escolas.

- **Experiência do Projeto Educando com a Horta Escolar**, de autoria de Marcos Paulo Soares, discute a proposta metodológica do Projeto Educando com Horta na Escola, cujo objetivo geral é promover educação integral e integrada focada na sobrevivência no semiárido, através da qual os estudantes possam produzir alimentos orgânicos e desenvolver hábitos alimentares saudáveis. Os resultados mostram que as atividades realizadas na horta escolar estão auxiliando no desenvolvimento da consciência de que é necessário a adoção de um estilo de vida menos impactante sobre a natureza, bem como, a integração dos alunos com a problemática ambiental vivenciada a partir do universo da horta escolar.
- **Leitura é uma arte: a experiência do Projeto Chá com Arte**, das autoras Maria Goretti Soares e Raimunda Alves Melo, apresenta a experiência do Projeto Chá de Literatura com Arte, uma política pública desenvolvida pela Secretaria Municipal de Educação de Buriti dos Montes em todas as escolas municipais, desde o ano de 2013. Os resultados apontam que, ao longo de todos esses anos, o projeto vem contribuindo significativamente para a formação de alunos leitores.
- **Projeto Todos pela Aprendizagem e suas contribuições para a alfabetização de crianças**, de autoria de Maria do

Socorro Soares Monte e Raimunda Alves Melo, discute a experiência do Projeto Todos pela Aprendizagem e suas contribuições para a alfabetização de crianças no município de Buriti dos Montes. Os resultados apontam que, após a implantação desse projeto, houve avanços nos índices de alfabetização. No 1º ano do Ensino Fundamental foi de 13% em dois anos. No 2º ano, melhorou 4,7%, saindo de 95,3% em 2016 para 100% em 2018. No 3º ano, melhorou 1,5%, alcançando uma média de 97% de crianças alfabetizadas em 2018.

- **Como melhorar o IDEB? A experiência de Buriti dos Montes**, de autoria de Ernandes Soares Lima e Ana Paula Alves de Oliveira, discute os esforços empreendidos pela Secretaria Municipal de Educação de Buriti dos Montes para dá o suporte necessário às turmas de 5º e 9º ano do Ensino Fundamental que farão a Prova Saeb em 2019. Os resultados apontam que o município possui um dos melhores resultados do Piauí nos últimos dez anos, com média de 6,6 no anos iniciais do Ensino Fundamental e 5,9 nos anos finais, obtidas no ano de 2017.
- **Educação Especial na perspectiva da inclusão: desafios da implantação do atendimento educacional especializado no município de Buriti dos Montes**, escrito por Maria de Fátima Soares Pinho e Francisco Marcos Pereira Soares, discute como se deu a implantação das Salas de Recursos Multifuncionais (SRM), na oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE) no município de Buriti dos Montes. Os resultados apontam que a ação foi oportuna, pois significou uma superação efetiva em relação às políticas de educação desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação, favorecendo a eliminação de barreiras ainda existentes para uma inclusão de qualidade.

- **Experiência do Programa Educação Infantil em Ação em Buriti dos Montes**, das autoras Flávia Rejane Soares e Raimunda Alves Melo, discute a experiência do Programa Educação Infantil em Ação no município de Buriti dos Montes, uma política educacional que tem foco no fortalecimento de práticas pedagógicas mediadoras de aprendizagem e no desenvolvimento das crianças. Os resultados apontam que, ao longo de cinco anos, o Programa Educação Infantil em Ação fortaleceu a política municipal de Educação Infantil.
- **Contribuições do Programa Educação em Ação para a alfabetização de crianças em Novo Santo Antônio/PI**, escrito por Ildomar Soares Cruz e Raimunda Alves Melo, registra uma discussão sobre a implementação desse programa no município, cujo objetivo é fortalecer a gestão pedagógica da Secretaria Municipal de Educação e das unidades escolares garantindo a melhoria nos processos de ensino e aprendizagem. O resultado evidencia que o conjunto de ações desenvolvidas vêm favorecendo o delineamento de uma política de alfabetização cujos resultados estão contribuindo para avançar na garantia do direito de aprender em cada ano/série.
- **Lendo, escrevendo e aprendendo: a experiência do Projeto Campeões de Leitura**, de autoria de Maria Goretti Soares e Raimunda Alves Melo, discute a importância da leitura como ferramenta pedagógica que possibilita tanto o desenvolvimento de habilidades cognitivas como também a formação de alunos leitores, tendo como referência a experiência do Projeto Campeões de Leitura. Os resultados apontam que as ações do Projeto Campeões de Leitura proporcionam aos alunos o regaste da autoestima, se constituindo como um dos focos principais para o desenvolvimento de habilidades de leitura e escrita.

- **Experiência do Programa Projovem Campo – Saberes da Terra em Buriti dos Montes**, das autoras Francisléa de Abreu Vieira e Raimunda Alves Melo, caracteriza a proposta do Programa Projovem Saberes do Campo, evidenciando a sua relação com concepções de Educação do Campo. Os resultados revelam que o Projovem Campo contribuiu para a elevação da escolaridade da população dos jovens do campo de Buriti dos Montes, criando condições para o melhoramento da formação deste sujeitos, ampliando seus saberes e conhecimentos de uma forma mais humana e significativa.

A segunda parte do livro - **Práticas educativas em escolas do campo**, apresenta resultados de projetos de pesquisa-intervenção desenvolvidas pelos estudantes do Curso de Licenciatura em Educação do Campo durante o Tempo Comunidade, evidenciando que se trata de propostas que oportunizam aos mesmos reflexões sobre problemas locais, levantamento de hipóteses acerca de soluções possíveis, planejamento e desenvolvimento de intervenções que resultam em mudanças. As experiências que compõem esta parte são:

- **Utilização de modelos didáticos, jogos e experimentos no ensino de ciências**, de autoria de Dina Késia Pereira de Sousa, Luís Fernando da Silva Bezerra, Keylla Rejane Almeida Melo e Raimunda Alves Melo, socializa conhecimentos sobre a utilização de recursos didáticos mais lúdicos, de cunho prático, no ensino de Ciências Naturais na Unidade Escolar Santo Antonio do Campo Verde, localizada a 9 Km do município de Sigefredo Pacheco/PI. Os resultados apontam que a realização dessas atividades contribuem para minimizar o impacto negativo das aulas que envolvem metodologias predominantemente tradicionais.

- **Produção de alimentos em ambiente escolar**, dos autores Josiel de Melo Gomes, Jovane Gomes de Melo, Keylla Rejane Almeida Melo e Raimunda Alves Melo, apresenta resultados de projeto de intervenção de uma horta escolar, através da qual as crianças tiveram oportunidade de trabalhar em grupo, valorizar a natureza e o meio ambiente em que vivem, e adotarem hábitos alimentares saudáveis. O resultado apontou que a horta escolar é de grande relevância, pois possibilita, além dos ganhos referidos, que esta seja utilizada pelo professor como meio didático, trabalhando os conteúdos de forma contextualizada e significativa.
- **Pedagogia da Alternância e os serões formativos na Escola Família Agrícola Santa Ângela**, das autoras Letícia Alves Pereira, Keylla Rejane Almeida Melo e Raimunda Alves Melo, apresenta a análise dos resultados parciais sobre o processo de implementação das ações do Projeto de Intervenção Serões Formativos desenvolvidos na Escola Família Agrícola Santa Ângela. Os resultados apontam que esta ação contribuiu para a formação dos educandos e da comunidade escolar em relação a temas atuais da nossa sociedade, propostos pelos estudantes.
- **Feira de ciências na escola Instituto Municipal João Francisco Andrade**, de autoria de Joice Soares de Oliveira, Raimunda Alves Melo e Keylla Rejane Almeida Melo, descreve a Feira de Ciências, realizada no Instituto Municipal João Francisco Andrade, em Juazeiro do Piauí, que teve como objetivo incentivar o conhecimento científico dos estudantes da referida escola. Os resultados evidenciaram uma maior participação e criatividade dos estudantes nas atividades escolares.
- **Feira de Ciências na Unidade Escolar Monsenhor Mateus** escrito por Ednelma do Carmo Cruz, Wesley Alves, Raimunda Alves Melo e Keylla Rejane Almeida Melo, relata

o desenvolvimento de um projeto de intervenção na escola, cujo objetivo foi contribuir na formação dos conceitos científicos e desenvolvimento cognitivo dos alunos, a partir de atividades capazes de gerar uma aprendizagem efetiva, usando a contextualização como recurso principal, por meio do qual se busca um novo significado ao conhecimento da matéria. Os resultados apontam para as contribuições que a Feira de Ciências traz no sentido de se quebrar paradigmas do ensino tradicional em ciências naturais que, há muito tempo, se fazia presente na escola.

- **Utilização da técnica de jardinagem pelos alunos do 3º ano do Ensino Médio na Unidade Escolar Antonio Deromi Soares como projeto de conscientização do meio ambiente**, de autoria de José Thiago Soares Beserra e Maria Fabiana Sousa Freitas, discute sobre a utilização de plantas ornamentais e seus cultivos no ambiente escolar como forma de explicar a importância da preservação ambiental, bem como as ações educativas desenvolvidas sobre o papel do ser humano como agente transformador do ambiente. Os resultados apontam que é imprescindível que a educação voltada para o meio ambiente seja trabalhada nas escolas, pois a implantação da educação ambiental nelas pode ser considerada uma das formas mais eficazes para a conquista de uma sociedade sustentável.

A terceira parte do livro apresenta estudos de comunidades rurais, apontando aspectos históricos, políticos, econômicos e culturais desses lugares no contexto histórico contemporâneo, destacando o processo de mudança social, numa conjuntura marcada pelas transformações de ordem interna e externa. As experiências que compõem esta parte são:

- **Ações de conscientização dos moradores da comunidade Lajeiro Branco em Assunção do Piauí sobre o lixo e seus impactos no ambiente**, de autoria de

Marcus Vinicius Antunes dos Santos, Pedro Luiz Oliveira Britto, Keyla Cristina da Silva Machado e Raimunda Alves Melo, discute as ações de um projeto de intervenção realizado na U. E Lúcia Bezerra Lima para os moradores da comunidade Lajeiro Branco em Assunção do Piauí sobre consequências do lixo na natureza. O objetivo do projeto foi conscientizar os residentes da localidade sobre a questão do lixo na atual sociedade: surgimento, impactos no meio ambiente e maneiras de sanar esse problema.

- **Associativismo e geração de renda através da exploração da cajucultura: a experiência da comunidade Livramento**, da autora Raimunda Alves Melo, discute a importância do aproveitamento do caju para a melhoria da qualidade de vida das populações que vivem no Semiárido a partir da experiência da comunidade rural Livramento. Os resultados apontam que a experiência dessa comunidade foi importante para divulgação do associativismo como proposta de desenvolvimento integrado e sustentável e da cajucultura como proposta viável para o crescimento econômico do município de Castelo do Piauí.
- **Aspectos históricos e constituintes da educação da comunidade Lajeiro Branco no município de Assunção do Piauí**, de Pedro Luiz Oliveira Britto, cujo objetivo é conhecer aspectos históricos da educação do referido povoado, destaca o surgimento da escola e a relação dela com a comunidade e com o poder público. Os resultados apontam que a escola apresenta problemas, desde estruturais até pedagógicos. Logo, a prática da educação campesina segue negligenciada pelo poder público também nesse povoado, mas a luta por ela segue constante.
- **Diagnóstico da comunidade Lajeiro Branco em Assunção do Piauí**, dos autores Marcus Vinicius Antunes

dos Santos, Pedro Luiz Oliveira Britto, Keyla Cristina da Silva Machado e Raimunda Alves Melo, apresenta diagnóstico realizado na comunidade rural Lajeiro Branco, localizada a nordeste do município de Assunção do Piauí, abrangendo desde o processo de povoamento, bem como os aspectos habitacionais dos moradores na atualidade. O estudo promove o início de uma série de pesquisas a serem desenvolvidas na referida comunidade, como proposta do Tempo Comunidade do Curso de Licenciatura em Educação do Campo.

- **Historicidade da Comunidade Caldeirão no Município de Assunção – Piauí**, de autoria de João Victor Antunes dos Santos, Yasmim Cristini Bezerra Marques, Keyla Cristina da Silva Machado e Raimunda Alves Melo, apresenta pesquisa realizada com o objetivo de conhecer os aspectos históricos, geográficos e culturais da comunidade e identificar potencialidades e problemáticas possíveis de intervenção. Trata-se de uma pesquisa relevante, pois mostra aspectos históricos, geográficos, econômicos, culturais e sociais vigentes na comunidade, mas que, anteriormente, não eram conhecidos, discutidos e problematizados.

À comunidade docente e discente destes municípios, aos estudantes do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, razão da nossa ação pedagógica, nosso apreço. Em comunhão com estudantes, educadores, as ideias germinadas no contexto das escolas e secretarias de educação ganharam consistência e se transformaram em produções científicas. Esperamos que este livro retorne para estes espaços e proporcione reflexões sobre as políticas e práticas desenvolvidas, gerando estímulos para que continuem e aprimorem o trabalho.

Aos demais leitores, o direito de instigar o debate a partir de uma crítica pautada no exercício ético de quem se propõe a

analisar a produção de outrem.

Acreditamos que o presente trabalho poderá contribuir com a construção crítica de reflexões acerca da educação escolar piauiense.

Teresina, dezembro de 2019

Raimunda Alves Melo
Keylla Rejane Almeida Melo
Keyla Cristina da Silva Machado



PARTE I

POLÍTICA EDUCACIONAL NO CAMPO

EXPERIÊNCIA DO PROGRAMA EDUCAÇÃO INFANTIL EM AÇÃO: PERSPECTIVAS E DESAFIOS

Raimunda Alves Melo

Docente do Curso de Licenciatura em Educação do Campo/UFPI

Maria do Desterro Melo da Rocha Nogueira Barros

Mestre em Educação pela Universidade Federal do Piauí/UFPI

Docente da Rede Estadual de Educação do Piauí

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas três décadas, a Educação Infantil registrou muitos avanços na sua legalização e sistematização. A Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 definiram-na como primeira etapa da educação básica, antecedendo o Ensino Fundamental. A partir da modificação introduzida na LDB em 2006, o acesso ao Ensino Fundamental foi antecipado para os 6 anos de idade e a Educação Infantil passou a atender a faixa etária de zero a cinco anos. Através da Emenda Constitucional nº 59/200926, a educação básica passou a ser obrigatória dos 4 aos 17 anos. Essa extensão da obrigatoriedade foi incluída na LDB em 2013, consagrando plenamente a obrigatoriedade de matrícula de todas as crianças de 4 e 5 anos. Em 2017, a Educação Infantil foi incluída na BNCC, mais um importante passo nesse processo histórico de sua integração ao conjunto da educação básica.

A ampliação do direito à educação a todas as crianças representa uma conquista importante para a sociedade brasileira. No entanto, para que esse direito se traduza realmente em melhores oportunidades educacionais, é preciso que as Secretarias de Educação garantam atendimento de boa qualidade. Assim, promover uma política educacional de qualidade na Educação Infantil, implica dar condições aos estabelecimentos e assegurar que eles atendam a uma série de requisitos relacionados às instalações físicas, condições de trabalho, formação continuada de professores, organização curricular, entre outras condições.

Nesse contexto, o Programa Educação Infantil em Ação (PEIA), criado em 2013, política pública em cinco municípios do Piauí (Buriti dos Montes, Juazeiro do Piauí, Assunção do Piauí, Sigefredo Pacheco e Novo Santo Antonio) vem contribuindo para o fortalecimento da política de Educação Infantil, garantindo melhoria aos processos educativos por meio da articulação de ações educacionais intersetoriais.

Considerando o exposto, este artigo tem como objetivo discutir as condicionantes estruturais de uma política pública de Educação Infantil, a partir da experiência do PEIA. As discussões encontram-se fundamentadas nos documentos legais: Base Nacional Comum Curricular (2017), Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (1998), Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394/96.

A produção de dados ocorreu através de pesquisa documental, “definida como a que tem como objeto não os fenômenos sociais, quando e como se produzem, mas as manifestações que registram estes fenômenos e as ideias elaboradas a partir deles” (RICHARDSON, 2012, p. 228). Após a análise documental da legislação que trata sobre Educação Infantil, procedemos à análise do Programa Educação Infantil em Ação, que consistiu em um estudo rigoroso realizado em três etapas: a pré-análise (seleção e leitura superficial do material); a análise do material (codificação, categorização e quantificação da

informação) e o tratamento dos resultados, incluindo a inferência e a interpretação (p. 230).

2 CONHECENDO MELHOR O PROGRAMA

Com o objetivo de melhorar a qualidade da Educação Infantil, as Secretarias Municipais de Educação dos municípios de Buriti dos Montes, Juazeiro do Piauí, Assunção do Piauí, Sigefredo Pacheco e Novo Santo Antônio implantaram o Programa Educação Infantil em Ação (PEIA), cujo objetivo é fortalecer a política educacional e as práticas pedagógicas mediadoras de aprendizagem.

O Programa almeja o alcance das seguintes metas: matricular 100% das crianças de 4 (quatro) e 5 (cinco) anos em pré-escolas e 50% das do zero e três anos em creches; assegurar frequência dos educadores de, no mínimo, 95%; assegurar frequência das crianças de, no mínimo, 60%; oferecer formação contínua para 100% dos educadores; assegurar o cumprimento dos 200 dias e 800 horas de trabalho letivo; assegurar que, no mínimo, 50% das crianças de cinco anos compreendam noções básicas sobre o funcionamento do sistema de escrita alfabética.

Para o alcance das metas, o PEIA contempla um conjunto de ações desenvolvidas pelos profissionais que atuam na Educação Infantil, entre elas:

- a) Elaboração do diagnóstico dos Centros Municipais de Educação Infantil (CEMEIS), por meio da aplicação do instrumental “Indicadores da Qualidade na Educação Infantil”;
- b) Elaboração do Plano Municipal da Educação Infantil e estímulo para que os educadores dos CEMEIS também elaborem os seus planos;
- c) Implantação de uma política de formação contínua dos profissionais da Educação Infantil, com carga horária de, no mínimo, 8 horas mensais;

- d) Implantação de sistemática de acompanhamento da prática pedagógica dos profissionais, com o propósito de orientar as rotinas escolares, as ações de formação continuada, entre outros aspectos;
- e) Sistematização do planejamento escolar por meio da adoção de rotinas de trabalho e da estruturação do trabalho pedagógico;
- f) Elaboração de Proposta Curricular da Educação Infantil com matrizes de habilidades e instrumentais de registro do desempenho das crianças, de acordo com cada faixa etária.

2.1 A elaboração do diagnóstico e do plano de trabalho nos municípios

O trabalho tem início com a realização de um diagnóstico situacional que utiliza como referência uma publicação do Ministério da Educação intitulada *Indicadores da Qualidade na Educação Infantil*. Trata-se uma proposta flexível que pode ser usada de acordo com a criatividade e a experiência de cada instituição. No PEIA, os indicadores foram utilizados como meio de identificação dos pontos positivos e negativos das práticas educativas desenvolvidas pelos municípios participantes, e, ainda, como ponto de partida para a elaboração de um plano de trabalho.

Os *Indicadores da Qualidade na Educação Infantil* trazem reflexões e parâmetros em sete dimensões: planejamento institucional; multiplicidade de experiências e linguagens; interações; promoção da saúde; espaços, materiais e mobiliários; formação e condições de trabalho dos (as) professores (as) e

demais profissionais; cooperação e troca com as famílias e participação na rede de proteção social³.

Em todos os municípios que desenvolvem as ações do Programa Educação Infantil em Ação verificamos um grande número de indicadores em situação negativa, principalmente nas dimensões que tratam sobre a infraestrutura (espaços, materiais e mobiliários), formação e condições de trabalho e multiplicidade de experiências e linguagens. Vale salientar que, além dessa identificação, reflexão e análise, o objetivo do diagnóstico foi levantar informações e conhecimentos técnicos sobre a Educação Infantil, sobre as condições em que a mesma é oferecida e subsídios para a construção de um plano de trabalho, um planejamento amplo cujo objetivo é intervir na melhoria da gestão educacional e pedagógica dos municípios para modificar os indicadores educacionais registrados no diagnóstico.

2.2 A formação de professoras

Um dos principais objetivos do Programa Educação Infantil em Ação é implantar uma política de formação contínua para os profissionais que atuam na Educação Infantil, objetivando o fortalecimento das práticas pedagógicas como mediadoras das aprendizagens e do desenvolvimento infantil, bem como o redimensionamento do olhar das professoras para melhor atenderem às necessidades das crianças.

A formação das professoras se baseia em processos formais de aprendizagem, na troca de saberes experienciais e no fortalecimento da competência pedagógica. Nessa perspectiva, as atividades formativas acontecem por meio de cursos presenciais

³ Rede de Proteção Social se consistiu em uma junção de diferentes programas de cunho social que coordenam esforços voltados à assistência da classe brasileira mais carente, definida a partir de parâmetros de renda e constituição familiar.

com uma metodologia que contempla momentos de estudos e atividades práticas.

O planejamento da formação é realizado a partir dos seguintes princípios: *A prática da reflexividade* – proposta a partir do registro da prática em agendas, cadernos pedagógicos ou portfólios; *A mobilização dos saberes docentes* – desenvolvida por meio de atividades que articulam teoria e prática; *A constituição da identidade profissional* – estimulada através da construção positiva da identidade profissional coletiva, reforçando a importância e a responsabilidade dessa atividade no contexto social; *A socialização* – favorecida por meio dos espaços de comunicação, diálogo, socialização das experiências e saberes; *O engajamento* – proporcionado por meio do estímulo individual e coletivo, responsabilização, apoio e encorajamento diante das dificuldades encontradas; *A colaboração* – estímulos à troca de saberes e experiências, trabalhos coletivos e apoio sistemáticos na formação e durante as visitas de monitoramento.

A formação conta com uma carga horária anual de 80 horas, distribuídas em 10 encontros de 8 horas cada. O trabalho é realizado por meio de exposição dialogada dos conteúdos, debates, oficinas, leitura compartilhada, dinâmica de grupo, apresentação de filmes, vídeos, dentre outros, que contribuem para o aprendizado e a interação das professoras.

Não há dúvidas da importância da formação continuada para o fortalecimento da prática pedagógica, melhoria dos processos de ensino e aprendizagem das crianças, entre tantos outros benefícios. Sendo assim, afirma-se a concepção de que o professor é um mediador no processo de aprendizagem e que, por meio de sua ação, proporciona às crianças situações de reconstrução e construção de novos conhecimentos. Dessa forma, possibilitar aos professores oportunidade de participar de processos formativos, é de fundamental importância para a qualidade da Educação Infantil.

2.3 Acompanhamento, planejamento e orientação

Uma das principais contribuições do Programa é a sistematização dos processos de acompanhamento, planejamento e orientação educacional. A estruturação acontece graças à formação dos atores que participaram de forma ativa das diversas etapas e, principalmente, do trabalho das Coordenadoras do Programa que desenvolvem o trabalho de planejamento mensal, orientado a partir do plano de curso, enriquecido com sugestões de atividades e projetos didáticos.

O Programa Educação Infantil em Ação implantou, ainda, uma rotina. O termo “rotina”, aparentemente, parece impróprio para o trabalho na Educação Infantil, porém o mesmo não sugere atividades enfadonhas e repetitivas. Trata-se de um roteiro para desenvolvimento das atividades diárias de uma aula favorecendo, com esta dinâmica, uma sequência lógica das atividades e subsidiando as professoras na avaliação diária da prática pedagógica e aprendizagem das crianças.

A ideia do Programa é que, nesta etapa, as professoras utilizem a brincadeira, a literatura, o material concreto e o jogo como ferramentas de aprendizagem, pois estes proporcionam uma ação voluntária, que, por si só, já predispõem a criança para a aprendizagem, além de impor limites no que diz respeito a tempo, espaço e regras, também contribuindo para o espírito de criatividade, cooperação, formação da autoestima e do autoconhecimento.

Como parte da proposta de trabalho, através das ações do PEIA, foi realizada a mediação para que os educadores elaborassem a Proposta Curricular da Educação Infantil, bem como a definição de matrizes de habilidades e instrumentais de registro do desenvolvimento motor, cognitivo, físico, psicológico, intelectual e social, de acordo com cada faixa etária, contemplando os campos de experiências propostos pela BNCC.

As Propostas Curriculares também propõem que as aprendizagens e o desenvolvimento das crianças tenham como eixos estruturantes as **interações e a brincadeira**, assegurando-lhes os direitos de conviver, brincar, participar, explorar, expressar-se e conhecer-se, conforme proposições da BNCC.

Em síntese, essa organização curricular contribui para melhorar os processos de ensino e aprendizagem por criarem uma identidade de rede, assegurarem aprendizagens comuns às crianças, direcionarem a prática das professoras, garantirem o acompanhamento da aprendizagem das crianças e criarem vínculos afetivos entre as professoras e as coordenadoras do Programa.

2.4 Avaliação da aprendizagem

A avaliação adotada pelo Programa tem como objetivo obter informações e subsídios capazes de favorecer o desenvolvimento das crianças e ampliação de seus conhecimentos. Nesse sentido, a avaliação não objetiva medir, comparar ou julgar, mas observar e compreender o dinamismo presente no desenvolvimento infantil e redimensionar o fazer pedagógico das professoras. Como parte do processo avaliativo, foram elaborados instrumentais de registro da aprendizagem e do desenvolvimento das crianças que são preenchidos bimestralmente e afixados em portfólios, onde são coletadas atividades e registradas as informações.

O portfólio se constituiu como um instrumento de avaliação do desempenho, evidenciando melhor acompanhamento pelas professoras que, de posse dos registros, podem esclarecer melhor aos pais a situação de suas crianças. Sobre o uso de portfólios, Villas Boas (2004, p. 38) afirma que,

O portfólio é um procedimento de avaliação que permite aos alunos participar da formulação dos objetivos de sua aprendizagem e avaliar seu progresso. Eles são, portanto, participantes ativos da avaliação, selecionando as melhores amostras de seu trabalho para incluí-las no portfólio.

O trabalho com os portfólios garante o desenvolvimento reflexivo das crianças, estimula a originalidade e criatividade individuais, favorece os processos de auto avaliação, aprofunda o conhecimento sobre a relação ensino e aprendizagem, assegurando melhor compreensão e mais elevados índices de qualidade.

Os procedimentos avaliativos desenvolvidos atendem aos requisitos do Artigo 31 da LDB, segundo o qual a Educação Infantil deve ser organizada mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção mesmo para o acesso ao Ensino Fundamental.

2.5 Resultados

O Quadro 01 contempla informações a respeito do alcance das metas pelos municípios que desenvolvem as ações do Programa Educação Infantil em Ação há mais de cinco anos.

Quadro 01: Acompanhamento das metas

METAS	BURITI DOS MONT ES	JUAZEIR O DO PIAUI	ASSUNÇÃO DO PIAUI
Matricular 100% das crianças de 4 e 5 anos em Pré-Escolas ⁴	96,5%	97,8%	97,2%
Matricular, no mínimo, 50% das crianças de 0 a 3 anos em Creches ⁵	76%	45%	53%
Assegurar frequência dos educadores de no mínimo 95%	98%	98%	97%
Assegurar frequência das crianças de no mínimo 60%	100%	100%	100%

Resultados obtidos via dados do UNICEF por meio da Campanha: Fora da Escola Não Pode.

Resultados obtidos via dados do UNICEF por meio da Campanha: Fora da Escola Não Pode.

Oferecer formação continuada para 100% dos educadores que trabalham com Educação Infantil	100%	100%	100%
Assegurar o cumprimento dos 200 dias e 800 horas de trabalho letivo.	100%	100%	100%
Pré-alfabetizar pelo menos 50% das crianças aos 5 anos.	58%	78%	67%

Fonte: Relatório do Programa Educação Infantil em Ação (2018). S/I – Sem Informação

3 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Ao longo de cinco anos, o Programa Educação Infantil em Ação fortaleceu a Política Municipal de Educação Infantil dos municípios parceiros por promover a articulação de ações educacionais, proporcionando melhorias nos indicadores de qualidade da Educação Infantil. Os resultados obtidos por meio da observação, da análise das avaliações das crianças e dos depoimentos das professoras, coordenadoras e equipes das Secretarias apontam bons índices de aproveitamento e aprendizagem que contribuirão significativamente para a melhoria dos índices de alfabetização no Ensino Fundamental.

Cabe salientar que os resultados são frutos do trabalho responsável e articulado das Secretarias Municipais de Educação por meio dos investimentos em estrutura e infraestrutura das escolas, da ação eficiente das Coordenadoras do Programa e, principalmente, das professoras que sempre se colocaram à disposição e receberam de braços abertos as orientações do Programa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988. Disponível em:

<www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/principal.htm>. Acesso em: 27 out. 2016.

_____. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 24 dez. 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lei_n9394.pdf>. Acesso em: 27 out. 2018.

BRASIL. **Indicadores da Qualidade da Educação Infantil** – Brasília: MEC/SEB, 2009.

_____. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular** – BNCC/ Brasília, DF, 3ª versão, 2017.

_____. **Observatório do PNE**. Disponível em: <www.observatoriodopne.org.br>. Acesso em: 10 out. 2017

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEB, 2009.

_____. **Referencial curricular para a Educação Infantil**. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental/MEC, 1998.

PROGRAMA EDUCAÇÃO INFANTIL EM AÇÃO.
Relatório do Programa, 2018.

VILLAS BOAS, B. M. de F. **Portfólio, avaliação e trabalho pedagógico**. Campinas, SP: Papirus, 2004.

IMPLEMENTAÇÃO DA BNCC NO ESTADO DO PIAUÍ

Edimilson Pereira de Araújo

Mestre em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Piauí

Docente da Rede Estadual de Educação do Piauí

1 INTRODUÇÃO

Em 2017, foi aprovada a Base Nacional Comum Curricular – BNCC, um documento que aponta o caminho que a educação brasileira deve seguir através de um conjunto de orientações que norteiam as equipes pedagógicas na elaboração do currículo local. Este documento deverá ser seguido tanto nas escolas públicas quanto nos particulares, independentemente de onde as crianças, adolescentes e jovens estudam ou moram.

A BNCC contempla um conjunto de objetos de conhecimentos, competências e habilidades que Estados e Municípios deverão considerar nos processos de implementação de suas propostas curriculares. Tal fato, exige planejamento e organização na tarefa de mobilização dos diferentes seguimentos da comunidade escolar, formação continuada dos educadores para elaboração e redação dos currículos.

É válido salientar que o processo de construção da BNCC iniciou-se com a publicação da Constituição da República de 1988, que estabelece, no seu Artigo 210, a necessidade de serem fixados conteúdos mínimos para o Ensino Fundamental. Partindo desse pressuposto, a publicação da LDBEN nº 9394/1996, foi de grande importância, pois o tema voltou a ser objeto de análise, uma vez que o Art. 26 determina que:

Os currículos da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e do Ensino Médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de

ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013).

A Lei trata de toda a Educação Básica, percurso atendido através da elaboração e homologação da BNCC, que no âmbito da Educação Infantil e do Ensino Fundamental foi homologada em dezembro de 2017 e deve ser implementada em todas as escolas do país até 2020. No tocante ao Ensino Médio, foi aprovada pelo CNE em 4 de dezembro de 2018 e homologada em 14 de dezembro de 2018 pelo Ministro da Educação⁶.

O processo de elaboração da BNCC contou com diferentes atores, desde professores de Universidades, a órgãos e entidades e, ainda, à assessoria internacional. Segundo o Ministério da Educação-MEC⁷, a atual BNCC foi construída com a participação da sociedade, em três etapas: consulta pública em plataforma disponibilizada pelo MEC, em 2015, que teve a participação de 12 milhões de pessoas; realização de seminários estaduais em 2016, com a participação de 9 mil pessoas; e, em abril de 2017, foi entregue a proposta da BNCC ao Conselho Nacional de Educação-CNE, que ouviu todas as regiões do país e, por fim, depois de analisado por este Conselho, o documento foi homologado pelo MEC e passou a valer em todo o Brasil, com o prazo de até final de 2019 para ser implantada.

Ao nosso ver, a BNCC se traduz pelo esforço da equidade educacional e pela superação das desigualdades educacionais que provocam desigualdades sociais em todo o território nacional. Dessa forma, a estrutura da educação torna a BNCC uma exigência de colaboração entre os entes federados para assegurar a formação básica comum.

⁶ Informações obtidas no site: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em 02/09/2019.

⁷ Informações obtidas no site: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em 02/09/2019.

A reorganização do currículo no Estado do Piauí apoiou-se na concepção de educação integral, que compreende o currículo como um conjunto de conhecimentos, saberes, habilidades e competências, presentes nos aspectos cognitivos, sociais, físicos, culturais, entre outros, que devem ser trabalhados nas instituições educativas ao longo de toda a educação básica. Neste sentido, a educação integral visa uma educação plena como um processo que gera autonomia dos estudantes para a construção de projetos de vida, resolução de problemas e superação de desafios. Isso pressupõe um conhecimento de mundo desses estudantes e participação nas decisões coletivas que constituem a sociedade.

Dessa forma, neste artigo, objetivamos discutir o processo de implementação da BNCC no Estado do Piauí e sua relevância para uma educação de qualidade, com igualdade e equidade, de forma que os estudantes piauienses aprendam e desenvolvam competências cognitivas e socioemocionais.

Realizamos pesquisa documental procedida de observação simples. Silva et al (2009) afirmam que o uso de documentos em pesquisa deve ser apreciado e valorizado, uma vez que a riqueza de informações que deles podem ser extraídas justifica o seu uso, possibilitando o entendimento de objetos cuja compreensão necessita de contextualização histórica e sociocultural. Nesse sentido, a pesquisa documental mostrou-se apropriada para a realização deste estudo.

2 O PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DA BNCC NO PIAUÍ

A construção do currículo piauiense foi realizada em regime de colaboração, como determina a BNCC. A resolução nº 02/2017, do Ministério da Educação, determinou que Estados, Municípios e o Distrito Federal implementassem seus currículos

até o ano de 2019. Nessa perspectiva, foi formada uma comissão com representantes da União dos Dirigentes Municipais de Educação, seção Piauí - UNDIME e da Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Piauí - SEDUC para redigir o currículo do referido Estado. Nesse ínterim, foram realizadas reuniões com os secretários e técnicos municipais de educação, esclarecendo a necessidade de construção da proposta curricular e a metodologia utilizada neste processo, procedida da nomeação de uma equipe de redatores com formação específica nas diferentes áreas do conhecimento.

Dessa forma, a equipe de redatores passou por diversos momentos de formação em Brasília com a equipe do Ministério da Educação – MEC; em Vitória, ES, com a equipe do Instituto Ayrton Senna; e em Teresina, com equipe da Fundação Lemam. Todos esses momentos tiveram como foco fortalecer os redatores e coordenadores Pro BNCC no Piauí para redação do Currículo, ocorrido ao longo dos anos de 2017 e 2018.

Uma das etapas mais complexas dessa elaboração foi a definição comum do que é currículo e educação pela equipe de redatores. Nesse sentido, definiu-se de comum acordo que o currículo é carregado de sentido, construído em tempo e espaço onde o foco deve ser a qualidade do processo educacional, a construção da autonomia e do desenvolvimento pleno desses sujeitos. Portanto, a compreensão dos sujeitos no processo educacional direciona-se para uma visão interativa com o mundo, sua diversidade permeia uma tolerância social, isso significa reconhecer o outro como sujeito de direitos. Esse exercício consubstancia educandos que pensam, constroem saberes e são capazes de dar sentido às suas vidas.

No que se refere à compreensão sobre o significado da educação, ensino e aprendizagem, a equipe de redatores definiu que a educação precisa ter significado para a vida dos estudantes e funcionar como estímulo de desenvolvimento, superação de

desafios e alcance dos objetivos desejados e esperados até o final da educação básica. Gimeno Sacristán (2000) afirma que quando definimos currículo estamos descrevendo a concretização das funções da própria escola e a forma particular de enfocá-las num momento histórico e social determinado, para um nível de modalidade de educação, numa trama institucional, compreendendo que a formação das ações pedagógicas, que constituem em que aluno pretende-se formar.

Nessa perspectiva, o currículo do Estado do Piauí adotou como pressupostos metodológicos as metodologias integradoras que funcionam com a interação entre estudantes, professores e toda a comunidade escolar. Trata-se de metodologias com foco no desenvolvimento de competências cognitivas e socioemocionais de maneira que os estudantes tenham formação plena, estruturada, conforme indicativos contidos no Quadro 01.

Quadro 01: Metodologias Integradoras

Indicador Metodológico Integrador	Competências Integradoras	Sugestão Didática
Aprendizagem colaborativa	Colaboração - Envolvimento na rotina da escola de maneira que professores e alunos trabalhem em regime de parceria	Definição de tarefas; atividades interdisciplinares.
Presença Pedagógica	Autoconhecimento e Abertura para o novo – O trabalho em grupo, as rodas de conversas e o diálogo em sala de aula proporciona a interação entre os estudantes e com os professores.	Realizar debates e rodas de conversas de forma que os alunos se vejam no processo de construção do conhecimento.
Problematização	Pensamento crítico e Resolução de problemas – A criação de	Perguntas e questionamentos que ajudem na

	problemas utilizando-se de situações cotidianas do aluno de maneira que seja desenvolvido o raciocínio lógico.	articulação coerente e lógica dos saberes problematizados.
Educação por projetos	Criatividade – Os projetos são elementos fundamentais para o desenvolvimento das competências cognitivas e socioemocionais dos alunos. Os estudantes são o foco da educação, pois dessas formas estes sujeitos adquirem autonomia na construção do conhecimento.	Desenvolver projeto de pesquisa e de intervenção na escola ou na comunidade.
Ensino Híbrido	Responsabilidade – O aluno tem duas maneiras de estudo: sozinho ele se utiliza de ferramentas que lhe ajudem a descobrir e a construir novos conhecimentos; ele também estuda em grupos como forma de criar uma identidade coletiva, de grupo e de equipe.	Criar momentos de estudo individuais em biblioteca ou em sala apropriada para o momento; Atividade em equipe e socializada em um grupo maior.
A formação de leitores e produtores de textos na perspectiva dos multiletramentos	Comunicação – a escrita e a leitura são forma de interação entre os sujeitos e precisam ser exercitadas para que os mesmos adquiram as competências cognitivas e socioemocionais.	Dialogar e realizar rodas de conversas sobre o assunto a ser escrito pelos alunos; esclarecer as regras da escrita e o que deve conter no texto a ser produzido.

Fonte: dados do pesquisador, com base nas proposições da BNCC (2017).

Esse processo de inter-relação no espaço escolar favorece a construção da autonomia na construção do conhecimento

tendo como ponto de partida as experiências dos estudantes que são transformadas em projeto de vida e se materializam no debate, trabalhos em grupos, pontos de vistas de cada estudante, no planejamento e execução de ações interdisciplinares.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como resultado da implementação da BNCC no Piauí, obteve-se como produto o Currículo do Estado do Piauí, aprovado pelo Conselho Estadual de Educação - CEE. O referido Currículo articula as 10 competências gerais propostas pela BNCC, bem como as competências específicas de cada área do conhecimento e suas habilidades. Para que essas competências façam parte do processo educacional, faz-se necessário que elas estejam presentes nos currículos das redes de ensino.

Em síntese, essas 10 competências curriculares propõem, a saber, a valorização dos conhecimentos históricos, o exercício da curiosidade intelectual, a valorização das artes, o uso de linguagens, a valorização das diversidades de conhecimentos, argumentação de ideias, uso e criação de tecnologia, saúde física e mental, resolução de conflitos e visão coletiva. Assim, esses eixos delineiam a educação básica observando o que se é pensado com essencial na educação de todos.

Seguindo as recomendações da BNCC, o Currículo do Estado do Piauí contempla competências cognitivas e socioemocionais, porque no mundo atual os alunos precisam ir além dos conhecimentos cognitivos, pois o mercado de trabalho exige pessoas capazes de resolver problemas de forma ética, ser criativo no ambiente de trabalho e na vida. As competências socioemocionais são habilidades (saber fazer) ligadas ao desenvolvimento dos sujeitos de maneira plena, em todas as suas dimensões, diferentemente das competências cognitivas que dizem respeito ao conteúdo aprendido.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acreditamos que a Base Nacional Comum Curricular - BNCC é essencial no processo de transformação da educação brasileira e que a construção do Currículo do Piauí foi um passo necessário em um contexto que evolui muito rápido e em uma diversidade de interfaces. A equipe de coordenadores, redatores e colaboradores acredita que a implementação do currículo alinhado à BNCC é um ponto de organização para a qualidade da educação. No entanto, isso não dispensa as condições para materialização desse instrumental curricular no Estado.

REFERÊNCIAS

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** nº 9394/96. Brasília, 1996.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular** – BNCC 3ª versão. Brasília, DF, 2017.

GIMENO SACRISTAN, J. **O currículo**: uma reflexão sobre a prática. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SÁ-SILVA, J. R. Et al. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**. Ano I - Número I - Julho de 2009, p. 1-15. Disponível em: www.rbhcs.com. Acesso em: 18/09/2019.

EDUCAÇÃO CONTEXTUALIZADA PARA A CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO EM BURITI DOS MONTES/PI

Maria Dinaele Pereira de Freitas

Acadêmica do Curso de Licenciatura em Educação do Campo/UFPI

Keylla Rejane Almeida Melo

Docente do Curso de Licenciatura em Educação do Campo/UFPI

Raimunda Alves Melo

Docente do Curso de Licenciatura em Educação do Campo/UFPI

1 INTRODUÇÃO

Historicamente, o Semiárido costuma ser retratado no País como um lugar de pobreza, seca e poucas oportunidades. Esse quadro vem mudando aos poucos. Mas ainda se repete a visão equivocada de atraso e de falta de perspectivas, principalmente no campo, sugerindo que os alunos saiam de sua localidade para morar na cidade.

Ao contrário disso, a Educação Contextualizada para a Convivência com o Semiárido ensina a transformar o lugar onde se vive e manter raízes e laços de família. Esse reconhecimento vai além da noção de campo e escola apenas como um espaço rural⁸ e compreende suas necessidades culturais, direitos sociais e formação integral dos indivíduos.

Nesse cenário, o município de Buriti dos Montes, localizado na microrregião de Campo Maior, mesorregião do centro-norte do semiárido piauiense, vem implementando, desde

¹ De acordo com as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (2002), historicamente, o conceito de Educação rural esteve associado a uma educação precária, atrasada, com pouca qualidade e poucos recursos. Tinha como pressuposto um espaço rural visto como inferior.

2017, práticas educativas de Educação Contextualizada para a Convivência com o Semiárido. Esses projetos e ações são desenvolvidos por intermédio da Secretaria Municipal de Educação (SEMEC), contando com a parceria da Associação Caatinga, uma organização não governamental com sede em Fortaleza, que realiza projetos de conscientização e preservação da fauna e da flora do bioma caatinga nos municípios de Crateús\CE e Buriti dos Montes\PI.

Entre as principais iniciativas desenvolvidas, destaca-se o *Projeto No Clima da Caatinga*, realizado pela Associação Caatinga e patrocinado pela Petrobrás, por meio do Programa Socioambiental, e Governo Federal. As ações desse projeto acontecem nos municípios de Crateús\CE e Buriti dos Montes\PI, em áreas do entorno da Reserva Natural Serra das Almas e na cidade de Fortaleza. Além desse, por intermédio dessa instituição, o município desenvolve o *Projeto Tatu-bola*, que objetiva mobilizar as comunidades e a sociedade em geral para a preservação do tatu-bola, espécie ameaçada de extinção e, também, a preservação da Caatinga, seu habitat natural.

Pela relevância social que tais projetos possuem, no tocante à convivência com o Semiárido e à potencialidade para uma educação contextualizada, está-se realizando pesquisa qualitativa descritiva com professores de Ciências das Escolas Municipais Gonçalo Furtado de Mendonça, localizada na comunidade Cana Brava e Claudimiro Alves Feitosa, situada na comunidade Jatobá Medonho, visando investigar, por meio da aplicação de questionários, as contribuições dessas ações para a ressignificação da prática educativa de professores de Ciências Naturais que atuam nos anos finais do Ensino Fundamental no município de Buriti dos Montes.

Este texto, portanto, tem como objetivo descrever os projetos de Educação para a Convivência com o Semiárido desenvolvidos pelas escolas municipais de Buriti dos Montes e

suas contribuições para a promoção dos direitos da criança e do adolescente, respeitando sua própria realidade e a da comunidade a que pertence. Ao vivenciá-los, estudantes e educadores participam intensamente da melhoria das condições locais, integrados a outras iniciativas e fortalecidos pelo interesse comum.

2 MATERIAL E MÉTODOS

O estudo está sendo realizado a partir de pesquisa qualitativa descritiva. Os dados estão sendo obtidos por meio de questionários, respondidos por professores de Ciências que atuam nos anos finais do Ensino Fundamental nas escolas rurais contextos da pesquisa. O questionário tem como objetivo adquirir informações sobre as questões da implementação de uma Educação Contextualizada nas escolas do campo.

A pesquisa está sendo realizada com dois docentes, das escolas municipais Unidade Escolar Gonçalo Furtado de Mendonça e da Unidade Escolar Claudimiro Alves Feitosa, ambas situadas na zona rural do município de Buriti dos Montes

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O município de Buriti dos Montes, localizado no sertão piauiense, vem enfatizando cada vez mais projetos voltados para a convivência com o Semiárido, por meio de uma educação que dialogue com a realidade de seus alunos e que não acarrete apenas em números, mas também como métodos facilitadores de ensino-aprendizagem.

Estes projetos pretendem que a população reconheça, aceite e valorize o local no qual está inserida, mudando a visão

que a mesma tem sobre o semiárido. Nesse sentido, Silva (2006) relata que essa nova visão se caracteriza pela quebra do paradigma das ações emergenciais nas secas, substituindo-as por programas multidisciplinares e permanentes de desenvolvimento solidário e sustentável, baseados na “Convivência com o Semiárido”.

Alguns projetos voltados para a convivência com o semiárido já foram desenvolvidos no âmbito do município. Um deles foi executado pela Articulação do Semiárido (ASA), uma entidade criada pela organização civil e grupos sociais, representada juridicamente pela Associação Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC), criada em 2002(ASA, 2015). Em 2013, o município foi beneficiado com o Programa 1 milhão de Cisternas (P1MC), que construiu cisternas de placas para algumas famílias da zona rural. O programa utilizava os telhados para captação da água das chuvas e a mesma era armazenada nas cisternas, destinada para consumo das famílias.

Diante do contexto acima caracterizado, a Fundação Caatinga, junto com a Prefeitura Municipal, passou a desenvolver projetos voltados para conscientização de educadores, educandos e suas famílias. Na mesma linha do P1MC, a Associação Caatinga irá executar a construção de algumas cisternas nessas comunidades. No que diz respeito à estrutura física da cisterna, Pontes (2010) explica que a cisterna de forma geral, é um reservatório, abaixo do nível do solo, onde se reserva água.

Outro projeto desenvolvido no município é o torneio *Tatu-Bola* de futebol, que tem como objetivo preservar o animal nativo do bioma caatinga, o tatu-bola, por meio da conscientização nas escolas e nas comunidades de Cana Brava e Jatobá Medonho, sobre preservação da fauna do bioma.

O projeto *No Clima da Caatinga (NCC)* realiza formação continuada para professores das escolas do município, por meio da educação contextualizada no semiárido, voltada especialmente para o bioma da caatinga. A conscientização é feita através de várias ações, dentre elas, exposição de banners com a fauna e

flora presentes na caatinga, cursos de capacitação, filmes e documentários, e construções de fornos solares, fogões ecoeficientes e sistemas de bioágua. O projeto NCC gira em torno de levar políticas que realmente atendam às especificidades do semiárido.

A Secretaria Municipal de Educação implantou nas escolas situadas no campo, o *Projeto Educando com a Horta*, que produz conhecimento e a ação participativa sobre a produção e o consumo, principalmente, de hortaliças - fonte de vitaminas, sais minerais e fibras - despertam nos alunos mudanças em seu comportamento alimentar, atingindo toda a família, conforme relata Turano (1990).

Através desse projeto, pretende contribuir para que o comportamento alimentar das crianças e adolescentes seja voltado para produtos mais naturais e saudáveis, oferecendo um contraponto à ostensiva propaganda de produtos industrializados e do tipo fast-food. A respeito dessa questão, Magalhães (2003) afirma que utilizar a horta escolar como estratégia, visando estimular o consumo de feijões, hortaliças e frutas, torna possível adequar a dieta das crianças. Outro fator interessante é que as hortaliças cultivadas na horta escolar, quando presentes na alimentação escolar, fazem muito sucesso, ou seja, todos querem provar, pois é fruto do trabalho dos próprios alunos.

As atividades realizadas na horta escolar contribuem para os alunos compreenderem o perigo na utilização de agrotóxicos para a saúde humana e para o meio ambiente; proporciona uma compreensão da necessidade da preservação do meio ambiente escolar; desenvolve a capacidade do trabalho em equipe e da cooperação; proporciona um maior contato com a natureza, já que crianças dos centros urbanos estão cada vez mais afastadas desse contato.

4 CONCLUSÕES

A partir dos resultados ainda parciais da investigação,

concluimos que o município de Buriti dos Montes tem investido de forma considerável num processo educativo que corrobore com os princípios da convivência com o semiárido, a partir de ações e projetos de educação contextualizada. Esses projetos contemplam ações de conservação, disseminação de tecnologias sustentáveis, formação de professores e produção de materiais didáticos, visando contribuir para a redução da degradação do meio ambiente. Assim, reiteramos a relevância de se analisar as contribuições efetivas desse investimento público municipal nas práticas dos professores de escolas participantes dos projetos.

REFERÊNCIAS

ARTICULAÇÃO NO SEMI-ÁRIDO BRASILEIRO (ASA).

Semiárido: Caderno de debates 01. 2019. Disponível em: <http://www.asabrasil.org.br/publicações>. Acesso em: 06 jul. 2019.

BURITI DOS MONTES. Secretaria Municipal de Educação e Cultura. **Projeto Educandocom a Horta**, Buriti dos Montes, PI: SEMEC, 2018.

MAGALHÃES, A. M. **A horta como estratégia de educação alimentar em creche**. 2003. 120 f. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

PONTES, E. T. M. MACHADO. T. A. Programa um milhão de cisternas rurais no Nordeste brasileiro: políticas públicas, desenvolvimento sustentável e convivência com o semiárido. XIX ENGA. **Anais...**São Paulo. 2009.

SILVA, R. M. A. da. Entre o Combate à Seca e a Convivência com o Semi-árido: políticas públicas e transição paradigmática. **Revista Econômica do Nordeste**. Fortaleza, v. 38, n. 3, p.

466-485, jul./set. 2007.

TURANO, W. A didática na educação nutricional. In:
GOUVEIA, E. **Nutrição Saúde e Comunidade**. São Paulo:
Revinter, 1990. 246 p.

PERSPECTIVAS DO SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM DE BURITI DOS MONTES

Francisco Marcos Pereira Soares

*Mestre em Educação pela Universidade Federal do Piauí – UFPI
Docente da Rede Municipal de Ensino de Buriti dos Montes/PI e de
Crateús/CE*

Elisângela Maria Alves de Sousa

*Especialista em Gestão Escolar pela Universidade Luterana do Brasil
Docente da Rede Municipal de Ensino de Buriti dos Montes/PI*

1 INTRODUÇÃO

Instituído pela Secretaria Municipal de Educação, no ano de 2010, o Sistema de Avaliação da Aprendizagem de Buriti dos Montes – SIAB, com a denominação de Prova Buriti, tem como maior expressão o compromisso com o direito de aprender de crianças, adolescentes e jovens buritienses e perspectiva a construção de políticas públicas com base em evidências, compreendendo, portanto, uma concepção de avaliação formativa.

Sobre essa concepção, Fernandes (2002, p. 35) discute que avaliação formativa tem, entre outras funções, de diagnóstico, quando se identificam os pré-requisitos dos alunos, situando-os relativamente aos objetivos definidos e regulando os caminhos da aprendizagem, perante o que se pretende ensinar e se deseja que aprendam. Os conceitos apresentados pelo autor caracterizam os procedimentos de avaliação formativa, cujo propósito visa informar o professor e o estudante sobre o momento inicial, os progressos obtidos ao longo do processo e localizar falhas com vistas à sua correção.

A avaliação também expressa um processo de pesquisa relacionado à qualidade da educação ofertada em Buriti dos Montes, de modo que os resultados gerem reflexões que contribuam para o planejamento e implementação de políticas públicas educacionais, para assegurar o direito de aprender a toda criança, jovem e adolescente buritienses matriculados na Rede Municipal de Educação.

Trata-se de um sistema de avaliação fundamentado legalmente na Constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB/96), e no Plano Municipal de Educação de Buriti dos Montes, ao propor metas e estratégias pela qualidade da educação. Os referidos documentos determinam que sejam feitos esforços para a garantia de acesso e permanência dos estudantes na escola, bem como, um compromisso coletivo pela qualidade com equidade.

Desse modo, o presente trabalho tem como objetivo geral analisar o Sistema de Avaliação da Aprendizagem de Buriti dos Montes e como objetivos específicos refletir sobre processos de avaliação da aprendizagem e conhecer as perspectivas do Sistema de avaliação da aprendizagem de Buriti dos Montes. As discussões encontram-se embasadas em autores como: Fernandes (2002) e Hoffmam (2008).

2 MATERIAL E MÉTODOS

O estudo foi realizado a partir de pesquisa qualitativa. Segundo Denzin e Lincoln (2006), a pesquisa qualitativa envolve uma abordagem interpretativa do mundo, o que significa que seus pesquisadores estudam as coisas em seus cenários naturais, tentando entender os fenômenos em termos dos significados que as pessoas a eles conferem.

O instrumento de produção de dados se deu a partir da análise documental do Caderno 2019 do Sistema de Avaliação da

Aprendizagem de Buriti dos Montes, produzido pela Secretaria Municipal de Educação. Segundo Lakatos e Marconi (2004), a pesquisa documental é a coleta de dados em fontes primárias, como documentos escritos ou não, pertencentes a arquivos públicos; arquivos particulares de instituições e domicílios, e fontes estatísticas.

3 CONHECENDO O SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM DE BURITI DOS MONTES

O SIAB tem como fundamento a compreensão de que avaliar é muito mais que a realização de provas ou testes, mas um conjunto de procedimentos através do qual é possível compreender a dinâmica escolar, conhecer os avanços e dificuldades dos estudantes e, com base nisso, planejar intervenções capazes de subsidiar as práticas educativas. Dessa forma, os dados coletados através da Prova Buriti norteiam o trabalho das equipes da Secretaria Municipal de Educação, dos gestores e professores na tomada de decisões e propostas de intervenção escolar. Nessa direção, o SIAB dialoga com os postulados de Hoffmann (2008, p. 17), que propõe a avaliação como:

[...] uma ação ampla que abrange o cotidiano do fazer pedagógico e cuja energia faz pulsar o planejamento, a proposta pedagógica e a relação entre todos os elementos da ação educativa. Basta pensar que avaliar é agir com base na compreensão do outro, para se entender que ela nutre de forma vigorosa todo o trabalho educativo.

Na verdade, o SIAB reflete mudanças nas concepções de quem está à frente da política educacional buritiense, bem como, as proposições nacionais e locais que trazem a perspectiva da

Base Nacional Comum Curricular e da proposta curricular de Buriti dos Montes, respectivamente.

Tendo em vista as mudanças de perspectivas e estes documentos atuais, a Secretaria Municipal de Educação de Buriti dos Montes – PI criou um sistema de avaliação externa com o objetivo geral de apresentar uma análise detalhada sobre o processo de aprendizagem dos estudantes do município, permitindo que a Secretaria Municipal de Educação tome decisões e implemente políticas fundamentadas e eficazes no sentido de elevar a qualidade e garantir a equidade da oferta educacional.

A exemplo dessa questão, as Figuras 01 e 02, demonstram síntese dos resultados na Prova Buriti no ano de 2018.

Dados da prova buriti – anos iniciais: 2018

UNIDADE ESCOLAR	LINGUA PORTUGUESA	ARTES	MATEMÁTICA	CIÊNCIAS	HISTÓRIA	GEOGRAFIA	% MÉDIA ESCOLAS
CLAUDIMIRO ALVES FEITOSA	35,3%	27,0%	67,0%	38,9%	30,6%	57,6%	42,7%
FRANCISCO BEZERRA DA SILVA	28,0%	16,0%	56,0%	36,0%	40,0%	76,0%	36,0%
GENERAL GAYOSO DE ALMENDRA	50,0%	37,1%	70,7%	45,7%	34,3%	58,6%	49,4% (2º lugar)
GONÇALO FURTADO DE MENDONÇA	38,7%	30,7%	60,7%	42,7%	38,7%	68,0%	46,5% (3º lugar)
RAIMUNDO VICENTE FERREIRA	43,3%	20,0%	75,0%	48,3%	30,0%	56,6%	45,5%
SEBASTIÃO MARREIROS	37,5%	60,0%	65,0%	45,0%	25,0%	35,0%	44,5%
TIA DECA "A"	53,0%	38,0%	70,5%	58,0%	53,0%	70,0%	50,8 (1º lugar)
TIA DECA "B"	41,7%	33,0%	58,7%	40,0%	38,3%	55,6%	
MÉDIA Buriti dos Montes	41,0	32,7	65,4	44,3	36,2	59,6	46,5

Fonte: dados dos pesquisadores (2018).

Dados da prova buriti – anos finais: 2018

UNIDADE ESCOLAR	LINGUA PORTUGUESA	INGLÊS	ARTES	E. FÍSICA	MATEMÁTICA	CIÊNCIAS	HISTÓRIA	GEOGRAFIA	Média por escola
CLAUDIMIRO ALVES FEITOSA	49,2	30,8	47,7	40,0	44,6	53,8	44,6	29,2	42,4
GENERAL GAYOSO DE ALMENDRA	36,8	56,3	53,6	20,9	43,6	36,3	52,7	48,2	43,5
GONÇALO FURTADO DE MENDONÇA	55,0	26,0	56,0	74,0	47,0	58,0	48,0	36,0	50,0 (1º lugar)
PROFESSORA ISAUARA SOARES MONTE "A"	60,0	45,2	68,7	66,1	49,1	64,3	48,7	39,1	47,2 (2º lugar)
PROFESSORA ISAUARA SOARES MONTE "B"	43,9	51,1	40,0	34,4	37,2	34,4	54,4	60,0	46,0 (3º lugar)
RAIMUNDO VICENTE FERREIRA	48,2	27,0	65,9	34,1	45,3	61,2	49,4	37,6	46,0 (3º lugar)
SEBASTIÃO MARREIROS	40,0	40,0	60,0	80,0	40,0	60,0	60,0	20,0	42,5
% MÉDIA Buriti dos Montes	47,5	39,4	56,0	49,9	43,8	52,5	51,1	38,5	47,3

Fonte: dados dos pesquisadores (2018).

Utilizando como referência esses resultados, considerados insatisfatórios pela equipe da Secretaria de Educação, no ano de 2019 foram adotadas como intervenções: implementação das Propostas Curriculares Municipais da Educação Infantil e do Ensino Fundamental; formação continuada dos educadores para que pudessem desenvolver uma prática docente focada no desenvolvimento dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento e habilidades; adequações na proposta de avaliação da aprendizagem, favorecendo o acompanhamento individualizado dos(as) alunos(as) do ensino fundamental, de modo a acompanhar a consecução de direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento e as habilidades, entre outras.

No seu desenho inicial, o SIAB avaliava apenas estudantes do 5º e do 9º anos do ensino fundamental de nove anos. Em 2019, essa amostra foi ampliada e, atualmente, avalia o último ano da Educação Infantil e todos os estudantes do Ensino Fundamental no que se refere ao desenvolvimento de habilidades dos diferentes componentes curriculares.

Em 2013, a Educação Infantil foi inserida no processo de avaliação sem a utilização de testes padronizados, mas com instrumentais de habilidades preenchidos e afixados em um portfólio. Nos anos seguintes, sobretudo em 2019, passou-se a avaliar os objetivos conquistados pelas crianças a partir dos campos de experiências vivenciados e trabalhos na escola, com forte influência da Base Nacional Comum Curricular e da proposta curricular, em fase de implementação no município de Buriti dos Montes.

Em 2015, a avaliação contou com a participação de todos os alunos do 1º ao 9º ano da rede municipal de ensino e todos os componentes curriculares foram avaliados. A avaliação também alcançou a Educação Infantil, o que permitiu gerar dados importantes sobre como está o trabalho nesta etapa da educação básica, bem como, identificar habilidades que as crianças desenvolveram ao final da etapa. Em 2016 e 2018, a avaliação contemplou apenas Educação Infantil (crianças de 5 anos) e estudantes do Ensino Fundamental matriculados no 2º, 5º e 9º ano, através do qual foram avaliados conhecimentos de todos os componentes curriculares da base comum do ensino fundamental.

Em 2019, a Secretaria Municipal de Educação, pensando em qualificar o processo avaliativo, utilizou como referência para elaboração dos instrumentos as habilidades contidas na Proposta Curricular. Com a avaliação, será possível elaborar políticas e intervenções que contribuam para melhorar a qualidade da educação em Buriti dos Montes, gerar reflexões sobre a prática dos professores e a função social da escola e seus sujeitos no processo de formação dos estudantes. Além disso, o SIAB passou a analisar as perspectivas que a educação escolar tem adotado e se estas estão alinhadas à Proposta Curricular do município, aprovada em 2019 pelo Conselho Municipal de Educação e homologada pela Secretaria Municipal de Educação.

Este breve histórico sobre as realizações da Prova Burity e a criação do Sistema evidencia a consolidação da cultura da avaliação no cenário educacional buritiense e reafirma o compromisso da Secretaria de Educação com uma educação de qualidade, com equidade e justiça social.

4 CONCLUSÕES

Os resultados apontam que a avaliação externa realizada pela Secretaria Municipal de Educação vem se consolidando como uma política educacional, cujos resultados contribuem para a produção de diagnósticos que identificam avanços e desafios no processo de ensino e aprendizagem.

Os dados produzidos também contribuem para que professores, gestores e a Secretaria Municipal de Educação possam conhecer a situação dos alunos da rede e propor intervenções e/ou criar políticas públicas educacionais que melhorem qualitativamente a educação e o ensino nas escolas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 15 Agosto. 2019.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.

HOFFMAM. **Avaliar para promover**: as setas do caminho. Porto Alegre: Mediação, 2008.

FERNANDES, D. Para uma teoria da avaliação formativa. **Revista Portuguesa de Educação**. 19(2). (pp. 21-50). 2006. CIEd -Universidade do Minho. Disponível em: <<http://www>.

scielo.oces.mctes.pt/pdf/rpe/v19n2/v19n2a03.pdf >. Acesso em: 20 Agost. . 2019.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. V. **Metodologia científica**. São Paulo: Editora Atlas, 2004.

EXPERIÊNCIA DO PROJETO EDUCANDO COM A HORTA ESCOLAR

Marcos Paulo Soares

*Graduando em História pela Universidade Estadual do Piauí - UESPI.
Especialista em Gestão e Coordenação Escola pela Universidade Luterana
do Brasil (ULBRA)*

Docente da Rede Municipal de Ensino de Buriti dos Montes/PI

1 INTRODUÇÃO

O município de Buriti dos Montes – Piauí, ao longo da última década, vem se destacando como promotor de uma das melhores políticas educacionais públicas do Estado do Piauí, ocupando deste o ano de 2009, as primeiras colocações segundo o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Em 2007, obteve média de 6,6 nos anos iniciais e 5,9 nos anos finais.

Além do reconhecido crescimento do IDEB, outras instituições nacionais e, até mesmo internacionais, têm reconhecido os avanços promovidos pela gestão pública municipal, com o apoio e contribuição do povo buritiense. Podemos citar como exemplos: o UNICEF Internacional, que em visita ao município em outubro de 2015, afirmou em nota e entrevista para a TV Cidade Verde de Teresina, que “Buriti dos Montes tem um modelo de educação para ser levado para o mundo”. A Federação da Indústria do Rio de Janeiro (FIRJAN), no dia 28 de junho de 2018, divulgou os dados de uma pesquisa de desenvolvimento dos municípios em que Buriti dos Montes aparece como a cidade de maior desenvolvimento do Piauí, ficando atrás apenas da Capital do Estado, Teresina.

Na perspectiva de continuar melhorando a educação e promovê-la numa perspectiva integral para todos os alunos da rede pública municipal, propomos em 2018, em parceria com o

Setor de Nutrição da Secretaria Municipal de Educação de Buriti dos Montes, o Projeto Educando Com Horta na Escola, cujo objetivo geral é promover educação integral e integrada focada na sobrevivência no semiárido, através da qual os estudantes possam produzir alimentos orgânicos e desenvolver hábitos alimentares saudáveis.

Estando Buriti dos Montes localizado no semiárido nordestino, tendo em sua base econômica a agricultura familiar, torna-se necessária a construção de uma educação que contribua para uma formação integral do ser humano, sendo difícil a promoção dessa educação citada sem atentarmos para esse fator de sociedade do campo e de economia agrária.

Considerando o exposto, o presente relato tem como objetivo discutir as proposições do Projeto Educando com a Horta, evidenciando suas contribuições para a educação escolar.

Trata-se de um trabalho importante, uma vez que a horta na escola é um instrumento que, dependendo do encaminhamento dado pelo educador, possibilita abordar diferentes conteúdos curriculares de forma significativa e contextualizada e promover vivências que resgatam valores. Também é possível sensibilizar os alunos, funcionários e familiares quanto à necessidade de práticas alimentares mais saudáveis, gerando mudanças na cultura da comunidade no que se refere à alimentação, nutrição, saúde, respeito ao meio ambiente e qualidade de vida de todos.

2 MATERIAL E MÉTODOS

O projeto está sendo desenvolvido em cinco escolas do campo do município de Buriti dos Montes, são elas: Unidade Escolar Francisco Bezerra (Assentamento Pitombeira), Unidade Escolar Claudimiro Alves (Povoado Jatobá Medonho), Unidade Escolar General Gayoso e Almendra (Povoado Nava Olinda), Unidade Escola Tia Deca (Sede).

Uma das primeiras ações desenvolvidas foi a formação continuada dos professores para uma atuação mais efetiva, somando esforços para que os mesmos possam contribuir para uma educação mais integral dos nossos alunos. Paralela a esta ação, também fizemos reuniões educativas com as famílias com o propósito de conscientizá-las a respeito da dinâmica do projeto e sobre a participação de seus filhos, uma vez que o projeto é parte do currículo, evitando, assim, comentários distorcidos e algum tipo de rejeição.

Durante as reuniões, convidamos as famílias para participarem dos momentos de formações juntamente com seus filhos, um incentivo para que pudessem construir suas próprias hortas e garantir uma melhor qualidade alimentar e uma renda extra, vendendo o excedente da produção.

Além da formação continuada para os professores e as famílias, também distribuimos para cada professor uma apostila contendo todas as informações a respeito do processo de produção das hortaliças básicas, utilizado como fonte de consulta, estudo e preparação das aulas.

No processo de produção da horta, aproveitamos os canteiros já existentes nas escolas, mas também construímos outros canteiros por meio da participação efetiva dos alunos, utilizando para tanto, materiais recicláveis tipo: pneus, garrafas pet e outros.

Os cuidados e manutenção da horta escolar ocorrem diariamente, no horário das 7h30 às 9h00 horas durante as atividades do Programa Mais Educação e de algumas disciplinas. É válido salientar que as turmas variam, criando possibilidades para que os alunos cultivem alimentos e cuidem da horta, inclusive aos finais de semana.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Projeto Educando Com Horta na Escola parte do entendimento de que, por meio da promoção da ação escolar e

de uma educação integral dos educandos, é possível gerar mudanças na cultura da comunidade no que se refere à alimentação, à nutrição, à saúde e à qualidade de vida de todos, sobretudo, tendo a horta escolar como o eixo gerador de tais mudanças, razão pela qual compreendemos que seja relevante socializar esta experiência.

O projeto foi implantado nas escolas municipais no ano de 2018, como parte do currículo escolar, servindo como eixo temático para abordagem interdisciplinar dos componentes curriculares, contribuindo para que os estudantes aprendam os conhecimentos escolares de forma teórica e prática e incorporem as aprendizagens construídas como parte da cultura escolar, familiar e comunitária.

Todos os alunos, desde a pré-escola até o 9º ano do Ensino Fundamental, participam das atividades do projeto. Esse fato é relevante, uma vez que fazemos parte do Semiárido nordestino, vivemos numa região de economia agrária e familiar, o que leva à necessidade de aprender a conviver dentro do ambiente no qual estamos inseridos, tirando dele o melhor proveito e isso se aprende desde os primeiros anos de vida.

Uma importante ação foi localizar com os professores de cada série/ano e componente curricular os objetos de conhecimento e as habilidades previstas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), como requisito necessário para fazer a abordagem dos conhecimentos escolares em estreita relação com os saberes produzidos na horta, que se tornou espaço de aprendizagem.

O Quadro 01 ilustra a síntese dos conhecimentos escolares trabalhados em alguns componentes curriculares, cujos professores utilizam a horta escolar como espaço de produção de conhecimento e eixo norteador para o desenvolvimento das atividades teóricas e práticas.

Quadro 01: abordagem do conhecimento escolar e sua relação com a horta

COMPONENTE CURRICULAR	OBJETOS DO CONHECIMENTO	ATIVIDADES
Língua Portuguesa	Decodificação/Fluência de leitura: ritmo e entonação em leitura; Construção do sistema alfabético e da ortografia; Convenções da escrita; Pontuação; Morfologia; Morfossintaxe; Forma de composição dos textos; Adequação do texto às normas de escrita; Textualização.	Leitura/escuta (compartilhada e autônoma) de textos orais e escritos sobre: agroecologia, cultivo de alimentos orgânicos, alimentação saudável. Produção de textos (escrita compartilhada e autônoma) sobre as temáticas relacionadas a horta. Gêneros textuais: listas, cardápios, receitas, lendas, notas, notícias, textos de campanhas de conscientização, relatos de experimentos
Matemática	Contagem de rotina; Contagem ascendente e descendente; Reconhecimento de números no contexto diário: indicação de quantidades, indicação de ordem ou indicação de código para a organização de informações;	Atividades escritas; Atividades de contagem de sementes e mudas; Estudos de caso; Medida do terreno e dos canteiros; Resolução de problemas de

	<p>Leitura, escrita e comparação de números naturais;</p> <p>Reta numérica;</p> <p>Problemas envolvendo diferentes significados da adição, da subtração, da multiplicação, da divisão. Procedimentos de cálculo (mental e escrito) com números naturais: adição e subtração</p> <p>Localização de objetos e de pessoas no espaço, utilizando diversos pontos de referência e vocabulário apropriado;</p> <p>Figuras geométricas espaciais: reconhecimento e relações com objetos familiares do mundo físico;</p> <p>Figuras geométricas planas: reconhecimento do formato das faces de figuras geométricas espaciais;</p> <p>Medidas de comprimento, massa e capacidade: comparações e unidades de medida não convencionais;</p> <p>Medidas de tempo: unidades de medida de tempo, suas relações e o uso do calendário</p> <p>intervalo de tempo, uso do calendário, leitura de horas em relógios digitais e ordenação de datas;</p> <p>Representação fracionária dos números racionais:</p>	<p>matemática;</p> <p>Construção do desenho da horta;</p> <p>Elaboração do calendário da horta;</p> <p>Elaboração de quadro de horário.</p>
--	--	---

	reconhecimento, significados, leitura e representação na reta numérica	
Ciências Naturais	Seres vivos no ambiente; Plantas; O Sol como fonte de luz e calor; Usos do solo; Microrganismos; Ciclo hidrológico; Consumo consciente; Reciclagem; Nutrição do organismo Hábitos alimentares; Integração entre os sistemas digestório, respiratório e circulatório; Diversidade de ecossistemas; Fenômenos naturais e impactos ambientais	Exercícios escritos; Pesquisas; Estudos de textos; Experimentos; Produção de modelos didáticos; Construção de maquetes; Atividades práticas na horta; Observação in loco.
História	A noção do “Eu” e do “Outro”: comunidade, convivências e interações entre pessoas; O tempo como medida; As fontes: relatos orais, objetos, escrita... A sobrevivência e a relação com a natureza os desafios sociais, culturais e ambientais do lugar onde vive; A ação das pessoas, grupos sociais e comunidades no tempo e no espaço: nomadismo, agricultura...	Exercícios escritos; Pesquisas; Estudos de textos; Construção de maquetes; Rodas de conversa; Visita ao museu.
Geografia	Convivência e interações entre pessoas na comunidade;	Exercícios escritos; Pesquisas;

	<p>Tipos de trabalho em lugares e tempos diferentes;</p> <p>Os usos dos recursos naturais: solo e água no campo e na cidade;</p> <p>Produção, circulação e consumo;</p> <p>Relação campo e cidade;</p> <p>Trabalho no campo e na cidade;</p> <p>Conservação e degradação da natureza Biodiversidade e ciclo hidrológico.</p>	<p>Estudos de textos;</p> <p>Experimentos;</p> <p>Construção de maquetes;</p> <p>Atividades práticas na horta;</p> <p>Observação in loco.</p>
--	--	---

Fonte: do pesquisador (2019).

Nesse entrosamento, a horta na escola é uma estratégia viva, capaz de promover estudos, pesquisas, debates e atividades sobre as questões ambiental, alimentar e nutricional, estimulando o trabalho pedagógico dinâmico, participativo, prazeroso, interdisciplinar, proporcionando descobertas e gerando aprendizagens múltiplas.

O acompanhamento de todo o ciclo da planta, desde sua germinação até seu processo de frutificação, amplia os conhecimentos adquiridos na escola e estimula os alunos a colocarem em prática o que aprenderam em sala de aula. O contato com a terra no preparo dos canteiros e a descoberta de inúmeras formas de vida que ali existem e convivem, o encanto com as sementes que brotam como mágica, a prática diária do cuidado – regar, transplantar, tirar matinhos, espantar formigas com o uso da borra de café ou plantio de coentro, o exercício da paciência e perseverança até que a natureza nos brinde com a transformação de pequenas sementes em verduras e legumes viçosos e coloridos (MAGALHÃES, 2003), são algumas das possibilidades vivenciadas.

Podem ser trabalhados na horta assuntos globais

envolvendo temas delicados, como o uso exagerado de agrotóxico e o que isso impacta em todas as formas de vida, bem como incentivar o consumo de alimentos naturais. Assim, a horta serve como fonte de alimentação, além de ser um local de atividades didático-pedagógicas, em que os alunos podem unir a teoria com a prática, envolvendo a comunidade para obter alimentos de qualidade e de baixo custo (MAGALHÃES, 2003).

As atividades realizadas na horta escolar contribuem para que os alunos compreendam o perigo na utilização de agrotóxicos para a saúde humana e para o meio ambiente, proporcionam compreensão sobre a necessidade da preservação ambiental, contribuem para a modificação dos hábitos alimentares dos alunos e auxiliam no desenvolvimento da consciência de que é necessário adotarmos um estilo de vida menos impactante sobre a natureza bem como a integração dos alunos com a problemática ambiental vivenciada a partir do universo da horta escolar.

O monitoramento e avaliação das atividades do projeto são feitos através de reuniões quinzenais com a gestora, os professores e funcionários ligados ao projeto, com o intuito de manter, refazer ou melhorar o andamento de suas ações. Ao final de cada bimestre, realizamos uma avaliação com os alunos, onde os mesmos fazem suas considerações a respeito do projeto, expondo suas críticas, insatisfações, elogios e sugestões, contribuindo para a construção de um melhor diagnóstico avaliativo do projeto.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Hoje a educação escolar precisa ter como finalidade o desenvolvimento de instrumentos pedagógicos, para que possa inserir o aluno não só na parte teórica dos assuntos abordados, como também na parte prática das atividades, a fim de desenvolver sujeitos críticos, capazes de mudar aspectos

relevantes da realidade. Através da horta na escola, abre-se um leque de possibilidades, e dentro destas, destacamos a finalidade de gerar hábitos alimentares saudáveis, promovendo a saúde, qualidade de vida e, conseqüentemente, por meio destas ações desenvolvidas, estimular o trabalho pedagógico dinâmico, participativo, prazeroso e de integração das pessoas que estão envolvidas.

A capacitação dos alunos, bem como, de toda a comunidade escolar para a produção de hortaliças básicas, está favorecendo a conformação de hábitos alimentares locais, resgatando uma diversidade regional de alimentos. Além disso, está impactando na mudança na estrutura de abastecimento em função do aumento e da demanda por estes alimentos, além de permitir o apoio e fortalecimento da agricultura familiar local, contribuindo para a segurança alimentar e nutricional das comunidades.

REFERÊNCIAS

MAGALHÃES, A. M. A horta como estratégia de educação alimentar em creche. 2003. 120 f. Dissertação (Mestrado em Agrossistemas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

A LEITURA É UMA ARTE: A EXPERIÊNCIA DO PROJETO CHÁ COM ARTE

Maria Goretti Soares

*Graduada em Licenciatura em Letras Português pela Universidade
Estadual do Piauí (UESPI)
Docente da Rede Municipal de Ensino de Buriti dos Montes/PI*

Raimunda Alves Melo

Docente do Curso de Licenciatura em Educação do Campo/UFPI

1 INTRODUÇÃO

A leitura e a escrita, em uma sociedade globalizada, são condições imprescindíveis ao ser humano, uma vez que não se concebe uma cidadania plena, sem a utilização desses processos, pois, por meio deles, o homem se comunica, tem acesso a informações, expressa-se e defende seu ponto de vista, partilha e constrói visões do mundo, produz conhecimento.

Apesar de óbvio, assegurá-las de forma efetiva e prazerosa não é uma tarefa fácil e simples. O prazer pela leitura não é algo que nasce pela obrigação, imposição da prática ou atividade mecânica, e sim, uma atividade que precisa ser realizada a partir de uma postura prazerosa, alegre, criativa, que imprima cores e vida, despertando a curiosidade e a ludicidade naquele que lê.

Foi partindo desse pressuposto que surgiu da ideia de juntar Literatura e Arte, com o propósito de trabalhar a leitura de forma prazerosa, estimulando o pensamento crítico e criativo e rompendo com a visão de que ler é chato e cansativo. O estímulo à leitura lúdica, prazerosa e criativa é um dos princípios fundamentais do Projeto Chá com Arte, um projeto diferente que propõe atividades diversificadas que valorizam e exploram a criatividade de alunos e professores.

O Projeto Chá com Arte possui os seguintes objetivos:

estimular a criatividade dos alunos e aproximá-los de atividades artísticas e de leitura; promover a interdisciplinaridade entre os componentes curriculares, estimulando a produção e socialização do conhecimentos das diversas disciplinas; favorecer o gosto da leitura através de atividades artísticas e dramatizações e conhecer em profundidade a obra de um autor brasileiro a cada ano.

No quadro abaixo, apresentamos dados sobre os autores que já foram trabalhados desde a criação do Projeto Chá com Arte.

Quadro 01: Autores homenageados no Projeto Chá com Arte

ANO	AUTOR
2013	Vinicius de Moraes
2014	Ruth Rocha
2015	Ana Maria Machado
2016	Luiz Gonzaga
2017	Cecília Meireles
2018	Monteiro Lobato

Fonte: das autoras (2019).

O incentivo à leitura se constitui em uma das principais ferramentas, pois, quando bem mediada, possibilita a liberdade de usufruir do conhecimento, resolver mais facilmente problemas e conflitos e, certamente, viver melhor. Um dos objetivos da leitura é formar cidadãos capazes de compreender diferentes textos e contextos com os quais se defrontam.

Um leitor competente é alguém que, por iniciativa própria, é capaz de selecionar, dentre os textos que circulam socialmente, aqueles que podem atender a uma necessidade sua, que consegue utilizar estratégias de leitura adequadas para abordá-los de forma a atender essa necessidade (BRASIL, 1997, p. 54).

O leitor qualificado é aquele que consegue interagir com o texto, identificando não apenas elementos explícitos, mas também lendo nas entrelinhas. Ler é básico para o progresso na aprendizagem. A formação de um leitor competente, segundo os PCNs (2001, p. 54), “só pode constituir-se mediante uma prática constante de leitura de textos de fato, a partir de um trabalho que deve se organizar em torno da diversidade de textos que circulam socialmente”. Por meio da leitura o leitor estabelece uma relação aprofundada com a linguagem e as significações. Aqueles que apenas se relacionam de modo mecânico com o texto não se constituirão leitores sem um trabalho efetivo.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

A primeira ação do Projeto Chá com Arte é a escolha do autor homenageado por membros das comunidades (professores, gestores e estudantes). Para tanto, é sugerida uma lista de autores e as equipes votam naquele que consideram como o mais relevante para ser homenageado. A segunda ação é o estudo da obra do autor escolhido pelos professores e gestores escolares. No âmbito da Escola Tia Deca, realizamos os estudos durante os horários de trabalho pedagógico. À medida que estudamos, também propomos e elaboramos atividades que são desenvolvidas em cada turma do Ensino Fundamental. Paralela a essa ação, também fazemos o levantamento das obras disponíveis na escola, campanha de arrecadação, outras pesquisas na internet, aquisição de livros, tudo isso com o propósito de garantir que esses materiais estejam disponíveis para os estudantes.

De posse das obras do autor homenageado e das atividades catalogadas, fazemos uma programação da forma como serão abordados em sala de aula. Esta etapa incluiu a leitura, discussão das obras considerando a sua relação com os

aspectos históricos, geográficos e culturais do Brasil na época em que foi produzida.

O Projeto Chá de Literatura com Arte inicia suas atividades no mês de abril e conta com o envolvimento de todos os professores, garantindo a o estudo da obra do autor homenageado a partir do viés dos componentes curriculares: Artes, História, Geografia, Ciências, Matemática, Educação Física, Inglês e Língua Portuguesa. A título de ilustração, segue síntese de como os professores da Escola Municipal Tia Deca trabalharam a obra do autor Monteiro Lobato em 2018.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

No primeiro momento, os professores, juntamente com os alunos, pesquisaram sobre a vida e as obras de Monteiro Lobato. Ao longo dos dois meses (abril e maio), foram realizadas atividades de leitura, interpretação e produção de texto das principais obras do autor. Em seguida, os alunos tiveram a oportunidade de analisar e aprofundar conhecimentos por meio de pesquisas na internet.

Após a pesquisa aprofundada sobre vida e obras do autor, do desenvolvimento das atividades de leitura e interpretação, os professores e estudantes iniciaram os trabalhos de transposição artística das obras estudadas, conforme síntese abaixo:

Quadro 02: Atividades por componente curricular

COMPONENTE CURRICULAR	ATIVIDADES DE ESTUDO
------------------------------	-----------------------------

<p>Língua Portuguesa</p>	<p>Textos e obras de Monteiro Lobato Expressão oral e Interpretação dos textos Produção de pequenos Textos Cronologia de Monteiro Lobato: vida e obra do autor. Leitura, interpretação e reescrita das histórias de Monteiro Lobato explorando os recursos da intertextualidade, visto que as personagens da literatura tradicional (como Branca de Neve, Cinderela e Aladim) são inseridas no ambiente do Pica-Pau Amarelo e, por meio da paródia, interagem com Dona Benta, Tia Nastácia, Pedrinho e Narizinho. Identificação da riqueza da língua inscrita nos textos e a variação linguística instaurada. Gramática (Emília no País da Gramática).</p>
<p>Matemática</p>	<p>Estudo de conceitos matemáticos através da obra: A Aritmética de Emília. Comparação de quantidades, ordem e sequência numérica Situações-problemas e desafios envolvendo as situações abordadas nas histórias do Sítio do Pica-pau Amarelo.</p>
<p>Ciências</p>	<p>Estudo de conceitos científicos como elementos de explicação aos diversos fenômenos relacionados a Ciências Naturais (Geologia, Botânica, Astronomia, entre outros). Os vegetais: como são, suas utilidades, como nascem e como as plantas se alimentam. Os animais: como são, como vivem, como nascem e se alimentam. Alimentação</p>

História	<p>O Brasil nas décadas de 1920 a 1940. Localização nas histórias de Reinações de Narizinho o contexto político-social do período em que foram escritas. A ênfase foi entender o momento histórico vivenciado pelo artista, suas convicções políticas, sua poética, seu projeto literário e a importância de sua iniciativa para a formação do mercado editorial brasileiro. Seus textos dialogam com o contexto histórico das décadas de 1920, 1930 e 1940. Por ali desfilam a Segunda Guerra Mundial, as intervenções de Getúlio Vargas e ainda a mentalidade escravocrata que permeava as relações sociais. A história de vida do aluno na cidade em comparação com as histórias de vida das crianças do sítio; Folclore e tradições</p>
Geografia	<p>Estudo da obra de Lobato a partir da análise do discurso sobre as riquezas naturais do Brasil, o trabalho eficiente e disciplinado, a siderurgia, o petróleo, o transporte e a criação de um mercado interno como elementos fundamentais para o projeto de progresso. O livro Poço do Visconde foi uma das principais referências. A cidade e o campo Ambiente natural e modificado; As diferenças entre os costumes da cidade e do campo</p>
Arte	<p>Dramatização Desenhos e pinturas Colagens, recortes, painéis Canções folclóricas e músicas do CD do Sítio Histórias do Sítio gravadas em DVDs Montagem e execução de livrinhos e painéis.</p>
Educação Física	<p>Atividades rítmicas Brincadeiras infantis Rodas cantadas e dramatizadas Brincadeiras folclóricas, Danças folclóricas Jogos e recreação</p>

Inglês	A valorização da cultura americana na Obra: Jeca Tatu.
Ensino Religioso	As obras de Lobato tratam sobre guerras, morte, condição humana, preconceito do tempo e de outras questões de natureza existencial. As aulas de E.R trataram sobre esses aspectos a partir do viés antropológicos dessas temáticas.

Fonte: das autoras (2019).

Após essa etapa, os alunos foram organizados em grupos e iniciaram o trabalho de transposição das obras através de uma linguagem artística: dramatizações de trechos; recitação de poemas e/ou jograis; pintura de cenas; criação de coreografias e produções teatrais; musicalização de trechos das obras; desfile de personagens criados por esse escritor; painéis ilustrativos sobre as principais obras.

Com a orientação da professora da Língua Portuguesa, os alunos realizaram produção escritas de poesias, teatros criados individual ou coletivamente; e com as orientações da professora de Educação Física e do professor de Artes, os alunos criaram coreografias e tela para representar a poesia produzida por eles. Para finalizar, os alunos orientados pelos professores de Língua Portuguesa, Inglês e de Artes produziram cartazes para divulgar o evento cultural Chá com Arte e também confeccionaram os convites da culminância do Projeto. Além das diferentes disciplinas do currículo, as atividades também foram desenvolvidas durante as aulas do Programa Mais Educação.

A nossa responsabilidade é viabilizar todas as condições para que as ações do projeto aconteçam regularmente. Além disso, realizamos encontros de formação continuada com os professores, visitamos semanalmente todas as turmas, apoiamos o desenvolvimento das atividades, catalogamos atividades de estudo da obra dos autores homenageados, analisamos os cadernos de produção de texto dos alunos, tudo isso com o propósito de garantir os objetivos do projeto.

A culminância do Projeto Chá com Arte foi realizada, primeiramente, na escola, e, em momento posterior, no Auditório da Secretaria Municipal de Educação, no mês de junho.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo de todos esses anos, o Projeto Chá com Arte vem contribuindo significativamente para a melhoria da qualidade da educação na Escola Municipal Tia Deca. A título de informação, a sua aprovação escolar em 2018 foi 98,6 %. O abandono foi 0%. 95% das crianças do 1º ano aprendem a ler e escrever aos 6 anos. No 2º ano e no 3º ano, este índice foi de 100%. O seu Índice de Desenvolvimento – IDEB é 6,6, um dos melhores resultados de escolas públicas do Piauí. Trata-se de uma instituição de educação que é referência para o Município de Buriti dos Montes e para o Piauí.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Secretaria de Ensino Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

PROJETO TODOS PELA APRENDIZAGEM E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A ALFABETIZAÇÃO DE CRIANÇAS

Maria do Socorro Soares Monte

*Graduada em Licenciatura em Biologia pela Universidade Estadual do
Piauí (UESPI)*

Docente da Rede Municipal de Ensino de Buriti dos Montes/PI

Raimunda Alves Melo

Docente do Curso de Licenciatura em Educação do Campo/UFPI

1 INTRODUÇÃO

O desafio de assegurar o acesso e o sucesso escolar de todos os alunos tem sido pauta das políticas educacionais, no intuito de criar as condições adequadas para o desenvolvimento de competências e habilidades, cada vez mais necessárias no mundo contemporâneo e na vida cotidiana. Nesse cenário, a alfabetização de crianças tem se destacado como uma das principais preocupações dos dirigentes municipais de educação, não sem razão, uma vez que aprender a ler e a escrever é condição fundamental para o sucesso escolar.

Para Kramer (2010), ao longo de toda a sua história, a alfabetização tem se consolidado como um problema social, um impasse, um obstáculo de difícil superação. A autora afirma que o Brasil ainda é um dos países com índices mais altos de analfabetismo em todo o mundo. Tal fato tem motivado grupos profissionais, sistemas de ensino e gestores da administração pública a se envolverem insistentemente em busca de políticas, metodologias e estratégias, objetivando a resolução deste problema.

Em Buriti dos Montes, a alfabetização é desenvolvida por meio de um conjunto de ações que possibilitam o direito de

aprender a ler e a escrever até o terceiro ano do Ensino Fundamental. A política de alfabetização desenvolvida inclui, *a priori*, formação continuada, organização curricular por sequências e projetos didáticos, acompanhamento pedagógico e monitoramento dos índices de alfabetização, a disponibilização de materiais didáticos e pedagógicos, entre outras ações.

Neste trabalho, discutimos a importância do acompanhamento pedagógico e monitoramento dos dados de alfabetização para a garantia do direito de aprender a ler e escrever até os oito anos de idade. Para tanto, apoiamos-nos nas experiências do Projeto Todos pela Aprendizagem, criado em 2017 com o objetivo de acompanhar e orientar a organização dos espaços escolares, os processos de ensino e gestão e apoiar professores na garantia da aprendizagem de todos os estudantes.

Embora as ações desse projeto contemplem estudantes matriculados em todas as etapas (Educação Infantil e Ensino Fundamental) e modalidade de educação (EJA e Educação Especial), neste relato discutimos apenas as suas contribuições para a alfabetização de crianças.

2 MATERIAL E MÉTODOS

As ações do Projeto Todos pela Aprendizagem envolvem visitas pedagógicas pelos coordenadores da Secretaria Municipal de Educação em todas as escolas do município para acompanhar a prática pedagógica e gestora e planejar intervenções juntamente com a equipe escolar. Para tanto, logo no início do ano letivo, realizam o planejamento anual das ações do projeto, incluindo as datas das visitas de acompanhamento no calendário escolar.

Os dados coletados nas visitas de acompanhamento e orientação pedagógica são registrados em instrumentais de acompanhamento, devolvidos para a equipe escolar que, de posse dos mesmos, realiza momentos de reflexão e planejamento das

intervenções indicadas. Também são objetos de discussão encontro de formação de professores, gestores escolares e coordenadores pedagógicos.

Além disso, durante as visitas, as equipes verificam o funcionamento de programas e projetos, analisam o clima de convivência entre os diferentes membros da comunidade escolar, acompanham a execução da proposta pedagógica, a rotina proposta, conhecem os níveis de aprendizagem dos estudantes, como: o número de alunos abaixo da média nos rendimentos escolares, índices de alfabetização em cada turma, número de livros lidos, para casas não feitos, entre outros.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme discutido anteriormente, o Projeto Todos pela Aprendizagem tem como objetivo acompanhar e orientar a organização dos espaços escolares, os processos de ensino e gestão e apoiar professores na garantia da aprendizagem de todos os estudantes. Um dos principais indicadores acompanhados pela equipe é o compromisso efetivo com o tempo mínimo estabelecido pela legislação (200 dias e 800 horas).

O acompanhamento sistemático dos dias letivos previstos e cumpridos é o ponto de partida para as intervenções imediatas como agendamento de reposição de aulas, substituição de professores com problemas de saúde, entre outras. Além disso, a equipe também acompanha outros indicadores de sucesso escolar, como: faltas de professores e alunos, número de livros lidos e para casa não feitos, reuniões pedagógicas realizadas e outros.

Após a consolidação e registro desses dados, são realizadas reuniões mensais com diretores, coordenadores e professores para análise e planejamento de intervenções. Esse monitoramento contínuo promove o aprimoramento do olhar, o

foco na aprendizagem e mudanças, seja na concepção dos educadores, seja nas condições de trabalho.

Segundo o Coordenador, Marcos Paulo, trata-se de uma ação que possibilita a socialização e troca de conhecimentos e experiências, ajudando a comunidade escolar a vencer obstáculos. O projeto vem contribuindo para melhorar a aproximação da equipe da SEMEC com os gestores escolares, professores e famílias, minimizar problemas.

É válido ressaltar que, além das visitas de acompanhamento pedagógico, a Secretaria Municipal de Educação realiza encontros de formação continuada mensalmente tanto com os gestores e coordenadores quanto com os professores. As pautas dos encontros são deliberadas de acordo com as necessidades identificadas no processo de ensino e aprendizagem. Ressalta-se que todos os professores possuem um terço da carga horária para realização do planejamento e participação na formação continuada.

No âmbito do município, a alfabetização das crianças é planejada de forma sistemática e com prioridade nos processos de acompanhamento e formação de professores. A formação contempla discussões teóricas e práticas, planejadas a partir do diagnóstico que aponta o nível de alfabetização dos alunos, e orientações para que os professores possam acompanhá-los e apoiá-los no processo de aprendizagem. Kramer (2010) afirma que o acesso à aprendizagem da leitura e da escrita são condições essenciais para o desenvolvimento da cidadania.

Garantir o acesso à leitura e a escrita é direito de cidadania. A escola tem um papel importante a desempenhar na concretização desse direito, contribuindo na construção do conhecimento de crianças e adultos e ajudando-os a nunca esquecer a história, a sempre lembrar o esquecido, para que se torne possível – mais do que nunca – mudar a história. Para isso, ler a história é crucial. Por isso, ler,

escrever e reescrever os textos é essencial, (KRAMER, 2010, p.18).

Com o propósito de acompanhar os índices de aprendizagem, periodicamente, são aplicadas avaliações diagnósticas internas para verificar a aprendizagem e as dificuldades não superadas. Além dessas, são aplicadas avaliações externas como as que são propostas pelo Programa Mais Alfabetização com o objetivo de acompanhar a aprendizagem e promover intervenções. A política pública de alfabetização conta, ainda, com apoio metodológico dos seguintes projetos: Campeões de Leitura, Eu Preciso Aprender a Ler, Corrida da Leitura, Programa Mais Alfabetização, entre outros.

A política pública de alfabetização desenvolvida no município de Buriti dos Montes pode ser melhor representada na Figura 01:

Figura 01: Árvore da Alfabetização



Fonte: acervo do município, 2019.

O fato é que a alfabetização nas escolas do município é desenvolvida por meio de um conjunto de ações que possibilita o direito de aprender a ler e a escrever na idade certa.

Nesse rol de ações, destaca-se o acompanhamento

pedagógico proposto pelo Projeto Todos pela Aprendizagem e também a formação de professores, gestores e coordenadores pedagógicos, cuja pauta é elaborada a partir das observações *in loco*, realizadas através das ações desse projeto, conforme Figura 02.

Figura 02: Ações do Projeto Todos pela Alfabetização.



Fonte: acervo do município (2019).

Após a implantação do Projeto Todos pela Aprendizagem, houve avanços nos índices de alfabetização, conforme quadro abaixo.

Quadro 01: Evolução dos dados de alfabetização

SÉRIE/ANO	2016	2017	2018
1º ANO DO E. FUNDAMENTAL	80,0	96,0	93,0
2º ANO DO E. FUNDAMENTAL	95,3	94,0	100
3º ANO DO E. FUNDAMENTAL	95,5	98,0	97,0

Fonte: Relatório Municipal de Educação (2019)

Em 2016, antes da implantação do projeto, o índice de alfabetização no 1º ano era de 80%, em 2018 esse índice subiu para 93%. No 1º ano do Ensino Fundamental, houve um avanço

de 13% em dois anos. No 2º ano, melhorou 4,7%, saindo 95,3% em 2016 para 100% em 2018. No 3º ano melhorou 1,5%, alcançando uma média de 97% de crianças alfabetizadas em 2018.

4 CONCLUSÕES

A Constituição Federal de 1988 definiu que educação é direito de todos. Para o alcance deste direito, a sociedade brasileira vem se organizando por meio de um conjunto de ações que vem contribuindo para o avanço da oferta e da qualidade. O direito à alfabetização na idade certa é uma porta para a conquista de muitos outros direitos sociais, razão pela qual a Secretaria Municipal de Educação de Buriti dos Montes vem empreendendo esforços nessa área.

Concordamos com as discussões realizadas pelo Fórum Nacional da Educação Brasileira (2013), segunda as quais, um dos grandes desafios do Ensino Fundamental é garantir melhorias efetivas nos processos formativos, incluindo a alfabetização das crianças. Neste sentido, é fundamental o desenvolvimento de ações coordenadas visando assegurar que todas as crianças, jovens e adultos tenham a garantia de uma formação de qualidade que lhes permitam compreender a realidade social em que se situam, bem como ter acesso aos saberes historicamente produzidos pela humanidade, como ocorre em Buriti dos Montes.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em:

www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/principal.htm.

Acesso em 20/09/2019.

BRASIL. Fórum Nacional de Educação. **Educação brasileira:** alguns indicadores e desafios, Brasília, 2013.

KRAMER, Sonia. **Alfabetização, leitura e escrita:** formação de professores em curso. São Paulo: Ática, 2010.

COMO MELHORAR O IDEB? A EXPERIÊNCIA DE BURUTI DOS MONTES

Ernandes Soares Lima

Graduado em Química e Matemática (UFPI)

Docente da Rede Municipal de Ensino de Buriti dos Montes/PI

Ana Paula Alves de Oliveira

Graduada em Letras/Inglês e Espanhol(UVA)/(UESPI)

Docente da Rede Municipal de Ensino de Buriti dos Montes/PI

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos 10 (dez) anos, a educação pública de Buriti dos Montes vem chamando a atenção de organismos nacionais e internacionais como o UNICEF, Fundação Abrinq e Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN) pelos avanços em indicadores educacionais. Não sem motivo, pelo segundo período consecutivo, o município obteve o melhor índice de crescimento educacional do Piauí, segundo a Firjan.

Esses resultados podem ser confirmados pelos dados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) dos últimos seis anos. Por dois anos (2009 e 2013), Buriti dos Montes obteve o melhor resultado do Estado do Piauí, ou seja, o primeiro lugar. Em 2011, 2015 e 2017 obteve o segundo melhor resultado nos anos finais do ensino fundamental. Atualmente, o município possui média de 6,6 nos anos iniciais do Ensino Fundamental e 5,9 nos anos finais.

Estes resultados são fruto de um conjunto de ações já consagradas, entre elas: a formação contínua dos profissionais da educação, o acompanhamento pedagógico, a atenção especial à Educação Infantil e ao ciclo da alfabetização, a distribuição gratuita de material escolar, merenda de qualidade, incentivo à formação de alunos leitores, investimento na infraestrutura das

escolas, enfim, quando o quesito é educação de qualidade fica evidente a responsabilidade dos gestores públicos em investir.

Além desse conjunto de ações preventivas que abarcam todos os níveis e modalidades de educação, os bons resultados do IDEB também são fruto de um conjunto de ações específicas que objetivam fornecer o suporte necessário para que os alunos matriculados no 5º e 9º ano do Ensino Fundamental obtenham sucesso nas avaliações. É sobre essas ações que tratamos neste relato de experiência.

O IDEB foi criado em 2007, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), para avaliar a qualidade do aprendizado nacional e estabelecer metas para a melhoria do ensino. O indicador, que mede a qualidade da educação, foi pensado para facilitar o entendimento de todos e estabelecido numa escala que vai de zero a dez. A partir deste instrumento, o Ministério da Educação traçou metas de desempenho bianuais para cada escola e cada rede até 2022. O novo indicador utilizou, na primeira medição, dados que foram levantados em 2005. Dois anos mais tarde, em 2007, ficou provado que unir o país em torno da educação pode trazer resultados efetivos. Ele é calculado a partir de dois componentes: a taxa de rendimento escolar (aprovação) e as médias de desempenho nos exames aplicados pelo Inep: A Prova Brasil (Saeb).

As médias de desempenho obtidas por meio da Prova Brasil, realizada a cada dois anos, possibilita que escolas, municípios e Estados, através desse Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), conheçam a qualidade da educação, principalmente no que se refere às aprendizagens obtidas em Língua Portuguesa e Matemática, foco dessa avaliação externa.

As metas estabelecidas pelo Ideb são diferenciadas para cada escola e rede de ensino, com o objetivo único de alcançar 6 pontos até 2022, média correspondente ao sistema educacional

dos países desenvolvidos. É válido ressaltar que, desde 2013, o município Buriti dos Montes alcançou essa média nos anos iniciais e em 2017 obteve 5,9 nos anos finais, razão pela qual a meta projetada para 2019 é alcançar 7,0 e 6,5, respectivamente.

Considerando o exposto, este relato de experiência tem como objetivo apresentar um conjunto de ações e esforço empreendidos para darem o suporte necessário às turmas de 5º e 9º anos do Ensino Fundamental que farão a Prova Saeb este ano.

2 MATERIAL E MÉTODOS

O processo de preparação dos estudantes para a Prova Saeb teve início com a realização de um diagnóstico através do qual foi possível identificar a quantidade de escolas avaliadas (03 escolas anos iniciais e 04 escolas anos finais), turmas (04 anos iniciais e 05 anos finais), alunos e professores envolvidos diretamente no processo avaliativo.

Na sequência, a Secretaria Municipal de Educação escolheu dois professores, um responsável pela área de Língua Portuguesa e outro pela de Matemática para que os mesmos pudessem contribuir para o aprimoramento das práticas pedagógicas dos professores titulares das turmas avaliadas, atuassem na elaboração de atividades e simulados envolvendo os descritores dessas avaliações.

Paralelo a estas ações, também foram realizados processos de conscientização tanto dos estudantes quanto de suas famílias para que os mesmos pudessem se envolver na dinâmica educativa proposta pela equipe.

No mais, foi preparado um cronograma com aplicação dos simulados, aplicados a cada semana, através do quais é possível monitorar os índices de aprendizagem e planejar intervenções didáticas para cada turma.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O processo de preparação dos estudantes para a Prova Saeb tem foco em formar e orientar os professores dessas turmas para desenvolver situações de aprendizagem através das quais os estudantes possam construir o seu próprio conhecimento, por meio da problematização de situações didáticas que estimulem a compreensão, interpretação, análise e síntese das novas aprendizagens, priorizando as diferentes linguagens. Nesse sentido, orienta-se que as atividades didáticas sejam desenvolvidas com dinâmicas diversificadas, utilizando materiais existentes na escola – jogos didáticos, revistas, livros, entre outros.

3.1 Formação de professores

Por meio da formação continuada, os professores aprimoram o seu trabalho docente, criam novos ambientes de aprendizagem, ponderam os aspectos pedagógicos e, para além deles, criam estratégias com a finalidade de desenvolver as diferentes áreas do conhecimento, conduzindo o aperfeiçoamento didático que possibilita a inovação, a troca de experiências e a construção de conhecimentos, propiciando uma abordagem reflexiva sobre a prática em sala de aula.

As formações acontecem mensalmente, de acordo com o calendário escolar da Secretaria Municipal de Educação de Buriti dos Montes-Piauí.

3.2 Sensibilização dos alunos e das famílias

A família, em si, é o principal estimulante para o indivíduo desenvolver suas capacidades. A educação escolar é considerada a primeira etapa para o desenvolvimento intelectual dos estudantes.

Considerando essa compreensão, o desempenho dos estudantes depende de muitos fatores, dentre eles: a frequência nas aulas, a disciplina, a participação da família nos ambientes escolares e a motivação pela aprendizagem.

Pensando nisso, a equipe gestora e pedagógica das escolas, juntamente com os coordenadores municipais, promoveram reuniões com as famílias e os estudantes que participarão da prova Saeb, refletindo sobre a importância do projeto, a fim de que as escolas e o município alcancem a meta estabelecida e, principalmente, o aprendizado dos alunos.

3.3. Aplicação de simulados

As avaliações são relacionadas à busca pela melhoria da qualidade do ensino, colocando-as como um meio pelo qual se torna possível um planejamento educacional e a verificação da eficácia das políticas públicas para a educação (BRASIL,2001).

Nesse sentido, a Secretaria de Educação de Buriti dos Montes, considerando-se quanto instituição que oferece o ensino, planeja ações pedagógicas que auxiliam os professores em sua prática profissional, através dos coordenadores municipais responsáveis pelo projeto Ideb, auxiliando no planejamento de atividades a serem trabalhadas em sala de aula, a partir de pesquisas e reflexões sobre as avaliações externas para aperfeiçoamento de práticas e avaliação.

As figuras 1 e 2 mostram como é feita a consolidação dos dados das avaliações para posterior análise pelas equipes, estudantes e suas famílias:

Figura 1: Consolidação dos dados da avaliação diagnóstica de 18/03/2019

UNIDADE ESCOLAR TIA DECA - ACOMPANHAMENTO DE SIMULADOS POR DESCRITORES
TURMA: 5º ANO; PROFESSORA: DENEIDE; DISCIPLINA: PORTUGUÊS
AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA - 18/03/2019

NOME	QUESTÕES E DESCRITORES															TOTAL DE ACERTOS DA TURMA
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	
	D1	D2	D3	D4	D5	D6	D7	D8	D9	D10	D11	D12	D13	D14	D15	
JADE MARIA	1	1	1	0	1	1	1	1	0	1	1	1	0	0	1	73,3%
MARIA KAURY	1	1	1	1	1	0	1	0	1	1	1	1	1	1	1	86,7%
VICTOR EMANUEL	1	1	0	0	1	1	1	1	1	0	0	0	1	1	0	60,0%
LOREN SOPHIA	1	1	0	0	1	1	1	1	1	0	1	1	1	1	0	73,3%
FRANCISCO DIEGO	1	1	1	0	1	1	1	0	1	1	0	0	1	1	0	66,7%
YURE FELIPE	1	1	0	1	1	1	0	1	1	1	0	0	1	0	1	66,7%
MARIA BEATRIZ	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	0	80,0%
CASSIA DOMINIQUE	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	86,7%
ANA LUIZA	1	1	0	0	1	1	0	1	1	1	1	0	0	1	0	60,0%
YURE FRANCISCO	1	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	26,7%
MARIA RAFAELA	1	1	1	0	1	0	1	1	1	1	1	1	1	0	1	80,0%
HANNA ISABEL	1	1	0	1	1	1	0	1	0	0	0	0	0	1	1	53,3%
LISBEL MARIA	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	86,7%
LANA ISABELLE	1	1	1	1	1	0	0	1	1	1	1	1	1	1	0	80,0%
HEROS SILVA	0	0	1	0	1	0	1	0	1	0	1	0	0	0	0	33,3%
JOÃO MARCOS	1	1	1	1	0	1	1	0	1	1	0	1	1	0	1	73,3%
ANTONIO CAVALCANTE	1	1	0	0	1	1	0	0	1	0	1	0	0	0	0	40,0%
JOÃO GABRIEL	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	0	1	0	1	80,0%
CLARA VITORIA	1	1	0	0	1	0	1	0	1	1	0	1	0	0	0	46,7%
TOTAL DESCRITORES	96,7%	89,5%	57,6%	82,1%	89,5%	68,4%	68,4%	61,7%	84,2%	68,4%	63,2%	36,3%	68,4%	52,6%	42,1%	66,0%

Fonte: Dados da SEMEC Buriti dos Montes/PI (2019)

Figura 2: Consolidação dos dados da segunda avaliação diagnóstica (03/05/2019)

UNIDADE ESCOLAR TIA DECA - ACOMPANHAMENTO DE SIMULADOS POR DESCRITORES
TURMA: 5º ANO; PROFESSORA: DENEIDE; DISCIPLINA: PORTUGUÊS
2ª AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA - 03/05/2019

NOME	QUESTÕES E DESCRITORES										TOTAL DE ACERTOS DA TURMA
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
	D11	D11	D11	D5	D5	D5	D5	D9	D9	D9	
JADE MARIA	0	1	0	1	1	1	1	1	0	1	70,0%
MARIA KAURY	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	100,0%
VICTOR EMANUEL	1	1	0	1	1	1	1	1	0	1	80,0%
LOREN SOPHIA	1	0	1	1	1	1	1	1	1	0	80,0%
FRANCISCO DIEGO	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	90,0%
YURE FELIPE	0	0	1	0	1	1	1	1	0	1	60,0%
MARIA BEATRIZ	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	90,0%
CASSIA DOMINIQUE	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	100,0%
ANA LUIZA	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	70,0%
YURE FRANCISCO	1	0	0	0	1	1	1	1	1	1	70,0%
MARIA RAFAELA	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	90,0%
HANNA ISABEL	0	0	1	1	1	1	0	1	1	1	70,0%
LISBEL MARIA	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	100,0%
LANA ISABELLE	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	90,0%
HEROS SILVA	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	100,0%
JOÃO MARCOS	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	100,0%
ANTONIO CAVALCANTE	0	1	0	1	1	1	1	1	0	1	70,0%
JOÃO GABRIEL	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	100,0%
GUSTAVO	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	100,0%
CLARA VITORIA	0	1	0	1	1	1	1	1	0	0	60,0%
TOTAL DESCRITORES	70,0%	65,0%	70,0%	90,0%	100,0%	100,0%	95,0%	100,0%	75,0%	89,0%	84,5%

Fonte: Dados da SEMEC Buriti dos Montes/PI (2019)

3.4 Aulões preparatórios

Considerando a aprendizagem uma atividade de produção do conhecimento, sob condições de orientação social dentro do paradigma histórico cultural, segundo Viana (2002), as características deste processo são seu caráter social, ativo, individual, consciente, comunicativo, motivante, significativo e cooperativo.

Neste contexto, para acompanhar o desenvolvimento e crescimento dos alunos, principalmente na aquisição de conhecimentos matemáticos e língua portuguesa, analisando processos, recursos, estratégias e resultados das atividades em interações discursivas, a Secretaria de Educação de Buriti dos Montes promove aulões com as turmas de 9º ano das escolas municipais com a participação dos coordenadores, gestores e professores das escolas das respectivas áreas do conhecimento.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto Ideb desenvolvido no município de Buriti dos Montes-Piauí, com a colaboração da Secretaria Municipal de Educação, buscou a participação de toda a comunidade escolar e a sociedade em geral na reflexão e busca por meios efetivos para a transformação e progresso da aprendizagem dos estudantes.

Esse processo nos levou ao crescimento pessoal e profissional fazendo-nos perceber que a qualidade do ensino só ocorre quando todos participam. Observamos avanços em que gestores escolares compartilharam experiências, incentivando os professores em seus afazeres pedagógicos, com isso, contribuindo para a melhoria do índice de desenvolvimento das escolas em que atuam, somadas as ações já realizadas. Professores têm se empenhado, buscando novas metodologias para que os fatores relacionados a esse índice sejam positivos, dialogando

com os alunos e familiares para envolvê-los em um crescimento mútuo.

Contudo, aprendemos que é essencial que gestores e professores, assim como a população em geral consigam entender o índice e interpretar o resultado para alcançar a qualidade desejada e realizar mudanças efetivas em suas práticas em sala de aula, compreendendo que o nível socioeconômico faz parte de uma série de fatores externos à escola.

REFERÊNCIAS

VIANA, M. C. V. **O processo de ensino/aprendizagem sob diferentes olhares.** Ed amp. Ouro Preto: Centro de Educação Aberta e a Distância da Universidade Federal de Ouro preto. 2013.

A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO: DESAFIOS DA IMPLANTAÇÃO DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NO MUNICÍPIO DE BURITI DOS MONTES

Maria de Fátima Soares Pinho

*Especialista em Educação Especial e Inclusão pela Universidade
Estadual do Piauí-UESPI
Docente da Rede Municipal de Ensino de Buriti dos Montes/PI*

Francisco Marcos Pereira Soares

*Mestre em Educação pela Universidade Federal do Piauí-UFPI
Docente das Redes Municipais de Ensino de Buriti dos Montes/PI e de
Crateús/PI*

1 INTRODUÇÃO

A Educação Especial, como modalidade de ensino, perpassa todos os segmentos da escolarização (da Educação Infantil ao ensino superior), realiza o Atendimento Educacional Especializado- AEE, disponibilizando serviços de forma complementar ou suplementar ao ensino voltado para alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação, garantindo-lhes o direito à educação comum, funcionando em Salas de Recursos Multifuncionais ou em centros da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas.

Tradicionalmente, caracterizou-se como substitutiva ao ensino comum, pois acreditava-se que essa seria a forma mais apropriada para o atendimento de estudantes que apresentavam deficiência ou que não se adequassem à estrutura rígida dos sistemas de ensino. Estas práticas perduraram por muito tempo na história da Educação Especial, resultando em ações que não

contemplavam aspectos relativos à dimensão pedagógica, supervalorizando apenas os aspectos sociais. Com o desenvolvimento de estudos no campo da educação e dos direitos humanos, essa prática começa a mudar os conceitos, a legislação, e as políticas educacionais e de gestão, indicando a necessidade urgente de uma reestruturação da escola comum e da educação ofertada, até ali, àqueles que deveriam participar plenamente de seus direitos educacionais.

Em 2008, o Ministério da Educação e Cultura – MEC lançou a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, dando um grande passo para a implantação da política pública de educação inclusiva nos estados e municípios. A partir deste documento, outros decretos, resoluções e leis começam a aparecer em prol dessa caminhada para incluir TODOS no sistema educacional, independente das limitações e diferenças apresentadas por cada sujeito. Contamos, ainda, com um documento lançado recentemente, reforçando o apoio às políticas públicas, a Lei Brasileira de Inclusão da pessoa com Deficiência (LBI)- Lei 13.146/2015, que determina:

Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar:

(...) **II** - aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena;

(...) **VI** - pesquisas voltadas para o desenvolvimento de novos métodos e técnicas pedagógicas, de materiais didáticos, de equipamentos e de recursos de tecnologia assistiva.

No que se refere a essas mudanças, é que buscamos investigar a proposta de implantação do Atendimento educacional Especializado (AEE) nas Salas de Recursos Multifuncionais na cidade de Buriti dos Montes, tendo como

objetivo geral investigar que motivos levaram a esta decisão, e como objetivos específicos descrever quais procedimentos foram adotados para tal efetivação e apresentar a concepção dos envolvidos nesta ação como Secretaria da Educação, professores, gestores e familiares. O suporte bibliográfico está ancorado em autores como Mantoan (2010), Fávero(2007) e Brasil(2008).

2 MATERIAL E MÉTODOS

Para a realização desse estudo, utilizou-se a pesquisa qualitativa descritiva caracterizada como aquela em que o pesquisador procede à observação de fatos e fenômenos exatamente como eles ocorrem e, finalmente, a análise e interpretação dos dados, com base numa fundamentação teórica consistente, objetivando compreender e explicar o problema pesquisado (GIL,2011). Para coleta de dados, realizou-se pesquisa documental que possibilita uma leitura aprofundada das fontes, e, ainda, a observação participante, pois, de acordo com Richardson (2012), esse tipo de observação tem mais condições de compreender as atitudes, interesses, ações e relações vivenciadas pelos interlocutores do estudo. Os sujeitos da pesquisa foram a secretária municipal de educação de Buriti dos Montes e duas professoras que trabalham com o Atendimento Educacional Especializado.

3 O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO COMO SUPORTE AO PROCESSO DE INCLUSÃO NA REDE MUNICIPAL DE BURITI DOS MONTES

A “educação inclusiva” é uma proposta educacional que tem por objetivo atender e responder às necessidades dos alunos, tendo como princípio básico que, independentemente de suas condições sociais, econômicas, culturais, raciais e de

desenvolvimento, todos os alunos deverão ser inseridos em escolas regulares.

A Política Nacional de Educação Especial, na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), tem como objetivo o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares, orientando os sistemas de ensino para promover respostas às necessidades educacionais específicas, com a participação no contexto da escola sob todos os aspectos, a fim de obter a inclusão plena.

A proposta de adotar a educação inclusiva no município de Buriti dos Montes surgiu da necessidade de colocar em prática o projeto requerido pela Políticas Públicas Nacionais, quando em momento anterior remeteu recursos materiais para o funcionamento das Salas de Recursos Multifuncionais. Partindo desse entendimento, iniciou-se em 2016 o Atendimento Educacional Especializado (AEE), adotando como ponto de partida a formação dos professores que iriam iniciar o referido trabalho. Pois como afirma Mantoan (2010), é essencial que os professores dominem os conhecimentos pedagógicos, de forma a desenvolverem o ensino, planejamento e avaliação de forma adequada aos alunos com necessidades especiais.

Após a seleção e formação dos professores, realizaram-se reuniões nas escolas, envolvendo os familiares dos alunos que seriam ali atendidos, sensibilizando-os sobre seus compromissos em levar e acompanhar seus filhos à escola, bem como seria o funcionamento das referidas salas. Ressaltando que, para que o trabalho aconteça na prática, é necessário o compromisso e responsabilidade de todos os envolvidos, como gestores, professores e familiares. Assim, a oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE), inicialmente, foi implantado no município em quatro escolas, uma na zona urbana e três na zona rural, conforme apresentado a seguir:

- Na **Escola Tia Deca**, em Buriti dos Montes (sede), com 14 alunos em atendimento no turno tarde;
- Na **Escola Gonçalo Furtado de Mendonça**, na comunidade Cana Brava, com 12 alunos nos turnos manhã e tarde;
- Na **Escola Claudimiro Alves Feitosa**, na comunidade Jatobá Medonho, com 09 alunos atendidos nos turnos manhã e tarde;
- Na **Escola Raimundo Vicente Ferreira**, na comunidade Jati, com 08 alunos em atendimento, nos turnos manhã e tarde.

De acordo com o tipo de deficiência, os alunos estão assim divididos nas Salas de Recursos de Buriti dos Montes, conforme apresenta o Quadro 01.

Quadro 01: Distribuição de alunos por tipo de deficiência

TIPOS DE DEFICIÊNCIAS	QUANTIDADE
DEFICIÊNCIA VISUAL	02
BAIXA VISÃO	03
SURDOCEGO	01
DEFICIÊNCIA INTELECTUAL (com diagnóstico/suspeitas)	20
DEFICIÊNCIA FÍSICA	06
DEFICIÊNCIA AUDITIVA	01
TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISMO	05
SÍNDROME DE DOWN	03
MICROCEFALIA	01
DEFICIÊNCIA MÚLTIPLA	01
TOTAL MATRICULADOS/ATENDIDOS	GERAL 43

5 CONCLUSÕES

Entende-se que a inclusão é muito mais do que os alunos com deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD) e altas habilidades/superdotação, estarem matriculados na rede regular de ensino. São necessários investimentos concretos de políticas públicas que possam dar suporte à melhoria do ensino. O Atendimento Educacional Especializado (AEE) veio com o propósito de eliminar as barreiras existentes nos sistemas educacionais.

Diante disso, identificou-se que a implantação das Salas de Recursos Multifuncionais nas escolas de Buriti dos Montes foi oportuna, significando uma superação em relação à busca de melhorias nas políticas de educação desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação, pois a mesma compreende o valor desta ação para que a inclusão possa superar os desafios ainda existentes.

São inegáveis os inúmeros desafios a serem, ainda, enfrentados, para que as ações tornem-se efetivas e assegurem a Educação Especial, na perspectiva de uma inclusão almejada tanto pelo sistema quanto pelos sujeitos que dela necessitam.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação- Secretaria de Educação Especial (SEESP). **Política Nacional de Educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília: MEC, 2008.

BRASIL. Lei 13.146, de 06 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão das Pessoas com Deficiência** (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União 2015.

FÁVERO, E. A. G. *Et al.* **Atendimento educacional especializado: Aspectos Legais e Orientações Pedagógicas**. São Paulo: MEC/SEESP, 2007. 60p.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2011.

MANTOAN, M. T. E; SANTOS, M. T. T. **Atendimento Educacional Especializado:** políticas públicas e gestão nos municípios. São Paulo: Moderna, 2010.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social:** métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 2012.

EXPERIÊNCIA DO PROGRAMA EDUCAÇÃO INFANTIL EM AÇÃO EM BURITI DOS MONTES

Flávia Rejane Soares

*Graduada em Matemática pela Universidade Estadual do Piauí
Especialista em Gestão e Coordenação Escolar pela Universidade
Luterana do Brasil ULBRA
Docente da Rede Municipal de Ensino de Buriti dos Montes/PI*

Raimunda Alves Melo

Docente do Curso de Licenciatura em Educação do Campo/UFPI

1 INTRODUÇÃO

Em 2012, a Secretária Municipal de Educação de Buriti dos Montes (SEMEC), Maria de Lourdes Soares da Silva, convidou-nos para ocupar uma pasta na referida instituição como Coordenadora Pedagógica da Educação Infantil. Por se tratar de um município pequeno, possui apenas oito instituições de educação que, no total, atendem cerca de 390 crianças. Estas escolas, uma urbana e sete situadas em áreas rurais, possuem um número reduzido de crianças, fato que dificulta a disponibilização de uma coordenação pedagógica em cada uma delas. Nesse cenário, a Semec dispõe de uma profissional, responsável pela formação dos professores, acompanhamento e orientação pedagógica, mobilização das famílias, entre outras ações.

Quando assumimos o cargo de coordenadora, deparamo-nos com uma situação desafiadora, pois faltavam formação continuada e acompanhamento pedagógico, além de o corpo docente possuir uma visão equivocada a respeito do papel da Educação Infantil – a de que esta etapa da educação básica era um preparatório para o Ensino Fundamental. Também, era

bastante prevalente a concepção assistencialista. Ao contrário disso, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) apontou, em seu Art. 29, que a Educação Infantil tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Naquela ocasião, conversamos com a Secretária de Educação e falamos da necessidade de promover uma política educacional de qualidade na Educação Infantil, para tanto, seria necessária a disponibilização de condições básicas para que as instituições assegurassem requisitos relacionados às instalações físicas, aos materiais e equipamentos, ao número de professores por turmas, à formação docente, à estruturação do planejamento, do currículo e das rotinas de trabalho, entre outras condições.

Com a ajuda de uma amiga, a Professora Raimunda Alves Melo, criamos o Programa Educação Infantil em Ação (PEIA) que, desde sua implantação em 2013, vem contribuindo para o delineamento da política de Educação Infantil, garantindo melhoria nos processos de ensino e aprendizagem, por meio da articulação de ações educacionais e intersetoriais.

O desenho formalizado no Programa tem foco no fortalecimento de práticas pedagógicas mediadoras de aprendizagem e no desenvolvimento das crianças. Sua proposta é norteadada pela prática do diagnóstico situacional dos sistemas de ensino, pelos processos de formação continuada de professores, pelo planejamento e monitoramento das ações, e pela avaliação, tanto em nível de operacionalização das ações do programa, como também no que diz respeito ao desenvolvimento das competências e habilidades previstas para cada faixa etária.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

A metodologia de trabalho contempla ações que são

implementadas a partir de 10 passos: 1) formação continuada/autoformação do coordenador pedagógico, cujo objetivo é o fortalecimento da liderança para a condução dos trabalhos; 2) realização de diagnóstico nas instituições por meio da aplicação do instrumental: Indicadores da Qualidade na Educação Infantil; 3) elaboração do Plano Municipal da Educação Infantil e estímulo para que as creches e pré-escolas também implementem os seus planos; 4) realização da formação continuada dos professores da Educação Infantil (80 horas anuais); 5) implantação de sistemática de acompanhamento da prática pedagógica dos professores da Educação Infantil com o propósito de nortear as rotinas escolares, as ações de formação e garantir a eficácia da orientação pedagógica; 6) sistematização do planejamento por meio da adoção de rotinas de trabalho; 7) estruturação do trabalho pedagógico a partir da (re) organização do currículo, da (re) estruturação do projeto pedagógico e da implantação da Proposta Curricular; 8) implantação de matrizes de habilidades e instrumentais de registro do desenvolvimento das crianças de acordo com cada faixa etária e campos de experiência; 9) implantação do Projeto Escola das Famílias; 10) articulação da política educacional a um trabalho intersetorial que envolva ações de saúde, proteção e inclusão social.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O desenvolvimento das ações do referido programa exige que a coordenação pedagógica atue no processo de identificação das dificuldades e planejamento das intervenções; na realização do diagnóstico e do plano de trabalho nas instituições de Educação Infantil; no gerenciamento mensal do alcance das metas e a realização das ações propostas no plano de trabalho; na formação continuada de professores, gestores e coordenadores pedagógicos; no acompanhamento das ações de ensino e do

processo de aprendizagem das crianças, entre outras. É dessa forma que estamos desenvolvendo o trabalho.

3.1 A elaboração do diagnóstico e do plano de trabalho

Iniciamos o trabalho com a realização de um diagnóstico situacional. O instrumento utilizado foi uma publicação do Ministério da Educação intitulada: *Indicadores da Qualidade na Educação Infantil*. Trata-se de uma proposta flexível que pode ser usada de acordo com a criatividade e a experiência de cada instituição de educação infantil. No Programa, os Indicadores foram utilizados como parâmetro para identificação dos pontos positivos e negativos das práticas de Educação Infantil e, ainda, como ponto de partida para a elaboração de um plano de trabalho.

A realização do diagnóstico possibilitou uma análise e reflexão sobre as práticas pedagógicas, processos de formação, estrutura física, infraestrutura e condições de trabalho, participação das famílias e da sociedade, evidenciando, ainda, os aspectos mais críticos relacionados à Educação Infantil desenvolvida. Vale salientar que, além desta identificação, reflexão e análise, o objetivo do diagnóstico foi levantar informações e conhecimentos técnicos sobre esta etapa da educação básica, bem como as condições em que a mesma era oferecida, com vistas a subsidiar a elaboração do Plano.

O *Plano de Trabalho da Política de Educação Infantil* também foi elaborado a partir das sete dimensões dos *Indicadores da Qualidade da Educação Infantil* (planejamento institucional; multiplicidade de experiências e linguagens; interações; promoção da saúde; espaços, materiais e mobiliários; formação e condições de trabalho dos (as) professores (as) e demais profissionais; cooperação e troca com as famílias e participação na rede de proteção social). O objetivo da proposta foi intervir

na melhoria da gestão educacional e pedagógica do município para modificar os indicadores educacionais registrados no diagnóstico, através de ações voltadas para a qualidade da Educação Infantil. A cada ano, são realizados dois momentos para monitoramento do Plano, sendo um no primeiro semestre e outro no segundo.

3.2 A formação de professoras

Um dos principais objetivos do Programa foi implementar uma política de formação continuada para os profissionais que atuam na Educação Infantil, cujo foco é o fortalecimento das práticas pedagógicas como mediadoras das aprendizagens e do desenvolvimento infantil, e também do redimensionamento do olhar dos educadores, oferecendo uma educação que atenda melhor às necessidades das crianças.

A formação das professoras baseia-se em processos formais de aprendizagem, na troca de saberes experienciais e no fortalecimento da competência pedagógica. Nessa perspectiva, as atividades formativas acontecem por meio de cursos presenciais, com uma metodologia que contempla momentos de estudos e atividades práticas (articulação entre teoria e prática), e, ainda, atividades de auto formação à distância.

A formação continuada conta com uma carga horária total de 80 horas anuais, distribuídas da seguinte forma: 08 encontros de 8 horas; 02 jornadas pedagógicas de 8 horas. Com vistas a alcançar os objetivos propostos, são realizadas as seguintes estratégias metodológicas: exposição dialogada dos conteúdos, debates, oficinas, leitura compartilhada, dinâmica de grupo, exposição de filmes, vídeos, dentre outras, que contribuem para o aprendizado e a interação dos professores.

3.3 Sistemática de acompanhamento da prática dos

professores

Através do Programa, começamos a utilizar uma sistemática de acompanhamento da prática docente dos profissionais da Educação Infantil com o propósito de monitorar e nortear as rotinas escolares, as ações de formação e garantir a eficácia da orientação pedagógica. Esta sistemática contempla 17 itens relativos à prática das professoras. A definição dos itens se deu por meio da identificação das questões mais relevantes propostas nos Indicadores da Qualidade da Educação Infantil.

As proposições do Programa consideram que, nessa etapa, é importante que as professoras trabalhem utilizando a brincadeira, a literatura, os materiais concretos e o jogo como ferramentas de aprendizagem, pois estes proporcionam uma ação voluntária e que, por si só, já predis põem a criança para a aprendizagem, além de impor limites no que diz respeito a tempo, espaço e regras, também contribuindo para o espírito de criatividade, cooperação, formação da autoestima e do autoconhecimento.

3.4 Sistematização dos processos de ensino e o papel do coordenador institucional do Programa

Uma das principais contribuições do Programa foi a sistematização dos processos de supervisão, planejamento e orientação educacional. Essa estruturação acontece graças à nossa atuação como coordenadora pedagógica por meio da qual desenvolvemos as seguintes ações: organização do planejamento mensal, orientado a partir dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento previstos na Proposta Curricular e nos planos de cursos, enriquecido com sugestões de atividades, projetos didáticos e rotinas; visitas mensais às turmas da Educação Infantil com vistas a acompanhar *in loco* a prática docente das professoras,

a relação teoria e prática, e, acima de tudo, apoiá-las em suas dificuldades; orientações para a reorganização dos horários de trabalho pedagógico. Também realizamos as reuniões de HTP – horário de trabalho pedagógico. É nesse contexto que ocorre o planejamento de atividades, a confecção de materiais e a troca de experiências. Para os profissionais com regime de trabalho de 20 horas semanais, é garantido um turno por semana e aos de 40 horas semanais, é concedido um dia inteiro de atividade, ou seja, 8 horas seguidas.

O Programa Educação Infantil em Ação implementou, ainda, uma rotina para as turmas de Educação Infantil. O termo “rotina” aparentemente parece impróprio para o trabalho com esta modalidade, porém o mesmo não sugere atividades enfadonhas e rotineiras. Trata-se de um roteiro para desenvolvimento das atividades diárias de uma aula, favorecendo, com esta dinâmica, uma sequência lógica das atividades e subsidiando o professor na avaliação diária da sua prática e do desempenho das crianças.

A rotina contempla os seguintes momentos: *Que bom que você veio* (todos os dias as crianças são acolhidas de maneira criativa e alegre); *Alimentação*; *Higiene* (escovar os dentes e lavar as mãos); *História e diversão* (atividades de leitura, que devem ser agradáveis e variadas). Esse momento deve ser aproveitado pelo professor utilizando diferentes técnicas que garantam a significância desta atividade por meio das seguintes estratégias: ler e desenhar; ler e cantar; ler e brincar; ler e conversar; ler e descobrir). *Desenvolvimento das atividades do currículo escolar* (elaboradas a partir de sequências didáticas); *Almoço*; *Repouso*; *Brincadeiras e Brinquedos*; *Avaliação* (acontece diariamente, e é o momento em que professor e aluno se auto avaliam); *Despedida*. Parece pouco e óbvio, mas para a situação que encontramos no município é fundamental e necessária. A rotina foi necessária para a organização do trabalho didático, contribuindo para que as crianças tenham consciência dos espaços e tempos de aprendizagem, entendendo o que se

passa em sala de aula.

3.5 Reorganização do currículo escolar, projeto pedagógico e matrizes de habilidades

Como parte da proposta de trabalho, o Programa definiu direitos de aprendizagem e desenvolvimento e instrumentais de registro do desempenho das crianças de acordo com cada faixa etária, contemplando os campos de experiência. Esta organização curricular é norteada pelos princípios do sociointeracionismo, que defende que toda aprendizagem resulta de interações sociais, é mediada pelo outro e pela linguagem, e apoia-se em conhecimentos prévios (significados, conceitos, procedimentos, habilidades) que precisam ser mobilizados. Necessita de motivação que precisa envolver o conhecimento tal como ele existe na sociedade e na cultura, com suas funções e usos sociais, supõe transformações individuais e diferentes modos e ritmos que precisam ser compreendidos, respeitados e atendidos. Implica um planejamento das ações/situações pelo mediador, gera relações de crença/confiança nas capacidades de aprendizes e professores de aprender e ensinar e supõe emoção, esforço, transformação.

A definição do currículo foi realizada a partir de eixos norteadores, de modo que as experiências favorecessem a imersão das crianças nas diferentes linguagens e o progressivo domínio por elas de vários gêneros e formas de expressão (gestual, verbal, plástica, dramática e musical); o conhecimento de si e do mundo por meio da ampliação de experiências sensoriais, expressivas e corporais, que possibilitam movimentação ampla, expressão da individualidade e respeito pelos ritmos e desejos da criança; as experiências narrativas de apreciação e interação com a linguagem oral e escrita, e convívio com suportes e gêneros textuais orais e escritos; a curiosidade, a exploração e o encantamento, o questionamento, a indagação e o conhecimento

das crianças em relação ao mundo físico e social, ao tempo e à natureza; o relacionamento e interação das crianças com diversificadas manifestações culturais: músicas, artes plásticas e gráficas, danças, teatro, poesia e literatura.

Para assegurar os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento definidos para cada etapa da Educação Infantil, elaboramos, anualmente, juntamente com as professoras, o plano de curso, e também adotamos instrumentais de registro e acompanhamento da aprendizagem e desenvolvimento das crianças. Estas ações contribuíram significativamente para a melhoria dos processos de ensino e aprendizagem, por criarem uma identidade de rede, assegurarem aprendizagens comuns às crianças de todas as escolas, direcionarem a prática das professoras, garantirem o acompanhamento da aprendizagem das crianças e criarem vínculos afetivos entre as professoras e as coordenadoras do Programa.

3.6 Avaliação da aprendizagem

A proposta de avaliação adotada pelo Programa tem como objetivo obter informações e subsídios capazes de favorecer o desenvolvimento das crianças e ampliação de seus conhecimentos. Nesse sentido, a avaliação não objetiva apenas medir, comparar ou julgar, mas observar e compreender o dinamismo presente no desenvolvimento infantil e redimensionar o fazer pedagógico das professoras. Como parte do processo avaliativo, o Programa propôs instrumental de acompanhamento para o registro da aprendizagem e do desenvolvimento das crianças, que é preenchido a cada bimestre e afixados em portfólios, por meio dos quais são coletadas atividades e registradas as informações.

Os portfólios são organizados pelas professoras com o objetivo de avaliar e registrar o desempenho das crianças e, ainda, de informar às famílias sobre as atividades realizadas durante o

bimestre. A estrutura do portfólio incluiu uma capa, geralmente com foto, seguida de uma mensagem para as famílias, a relação das atividades desenvolvidas, um boletim com as habilidades desenvolvidas pela criança e, ao final, um espaço para a família se pronunciar. O portfólio constituiu-se como um instrumento de avaliação do desempenho, evidenciando melhor o acompanhamento realizado pelas professoras que, de posse dos registros, puderam esclarecer melhor aos pais a situação de suas crianças.

O trabalho com os portfólios garantiu o desenvolvimento reflexivo das crianças; estímulos à originalidade e criatividade individuais no que se refere aos processos de intervenção educativa; facilidade nos processos de auto avaliação, aprofundamento do conhecimento sobre a relação ensino e aprendizagem, assegurando melhor compreensão e mais elevados índices de qualidade.

Os procedimentos avaliativos desenvolvidos atendem aos requisitos do Artigo 31 da LDB, que orienta que a educação infantil deve ser organizada de acordo com as seguintes regras comuns: “I - avaliação mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental”.

3.7 Projeto Escola das Famílias

Com o propósito de fortalecer a relação família e escola, propusemos o Projeto Escola das Famílias, cujo objetivo é promover ações educativas de integração entre família e escola, estimulando a melhoria da qualidade da educação das crianças. Parte do princípio de que família e escola devem atuar juntas, planejando a educação escolar de forma simultânea, propiciando aos educandos segurança na aprendizagem, de forma a favorecer a formação de cidadãos críticos e com competências para

enfrentar a complexidade de situações que surgem na escola e na sociedade. Através das ações desse projeto, são realizados encontros educativos bimestrais, plantões pedagógicos, orientações educativas, entre outras.

3.8 Articulação da política educacional a um trabalho intersetorial que envolva ações de saúde, proteção e inclusão social

A parceria com a Secretaria Municipal de Assistência Social é realizada através do encaminhamento das famílias em situação de pobreza. Lá, são desenvolvidas ações de proteção social básica, cujo objetivo é prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. A Proteção Social Básica tem como porta de entrada do Sistema Único da Assistência Social (SUAS) os Centros de Referência de Assistência Social – CRAS, que são unidades públicas municipais, integrantes do SUAS, destinado à prestação de serviços socioassistenciais de proteção social básica às famílias e indivíduos. No entanto, Buriti dos Montes possui apenas um CRAS e uma equipe volante responsável pelo atendimento das populações camponesas. Na área da saúde, a parceria ocorre por meio do Programa Saúde da Família, uma estratégia de expansão, qualificação e consolidação da atenção básica por favorecer uma reorientação do processo de trabalho com maior potencial de aprofundar os princípios, diretrizes e fundamentos da atenção básica, de ampliar a resolutividade e impacto na situação de saúde das pessoas e coletividades, além de propiciar uma importante relação custo-efetividade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Programa Educação Infantil em Ação fortaleceu a Política Municipal de Educação Infantil em Buriti dos Montes por promover a articulação de ações educacionais, proporcionando melhorias nos indicadores de qualidade da Educação Infantil, que são: planejamento institucional, multiplicidade de experiências e linguagens, promoção da saúde, interações, espaços, materiais e mobiliários, formação e condições de trabalho dos profissionais da educação e cooperação, troca com as famílias e participação na rede de proteção social, ou seja, desenvolveu ações de melhorias educativas através de mobilizações intersetoriais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 24 dez. 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lei_n9394.pdf>. Acesso em: 27 agos. 2019.

BRASIL. **Indicadores da Qualidade da Educação Infantil** – Brasília: MEC/SEB, 2009.

AS CONTRIBUIÇÕES DO PROGRAMA EDUCAÇÃO EM AÇÃO PARA A ALFABETIZAÇÃO DE CRIANÇAS EM NOVO SANTO ANTÔNIO

Ildomar Soares Cruz

*Graduado em Licenciatura em Língua Portuguesa pela UESPI
Docente da Rede Municipal de Ensino de Novo Santo Antonio/PI*

Raimunda Alves Melo

Docente do Curso de Licenciatura em Educação do Campo/UFPI

1 INTRODUÇÃO

O direito à alfabetização até os 7 (sete) anos de idade é uma oportunidade para a conquista de muitos outros direitos sociais, razão pela qual deve ser uma das principais preocupações dos gestores públicos e educadores. Apesar disso, as pesquisas e avaliações têm revelado que a população brasileira precisa percorrer um longo caminho para se tornar uma sociedade de leitores e produtores de texto (MELO; MORAIS, 2014).

A universalização das matrículas no Ensino Fundamental de crianças com idades entre 6 e 14 anos foi um importante passo, mas, por outro lado, apenas uma parcela das crianças apresenta desempenho adequado para cada ano escolar, e grande parte das que concluem o Ensino Fundamental, ainda não estão plenamente alfabetizadas, conforme dados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

Nesse cenário, o município de Novo Santo Antônio, no ano de 2019, vem desenvolvendo um conjunto ações estruturadas através de um programa denominado Educação em Ação, cujo objetivo é fortalecer a gestão pedagógica da Secretaria Municipal de Educação e das unidades escolares, garantindo a melhoria nos processos de ensino e aprendizagem.

O presente resumo expandido tem como objetivo registrar uma discussão sobre as contribuições desse programa para a alfabetização das crianças ao longo de seis meses de sua implantação.

2 MATERIAL E MÉTODOS

O Programa Educação em Ação é desenvolvido, fundamentalmente, através de formações com os atores (secretária de educação, supervisores, coordenadores, gestores e professores), que participam de forma ativa de suas diversas etapas, a saber: a) realização de diagnóstico situacional da educação municipal e das escolas; b) formação continuada dos gestores, coordenadores pedagógicos, supervisores e professores; c) orientações para o monitoramento contínuo da prática pedagógica dos professores e para sistematização das rotinas de trabalho nas escolas e salas de aula; d) organização do planejamento semanal e mensal; e) elaboração da Propostas Curriculares e reformulação dos projetos políticos pedagógicos; f) implantação da sistemática de acompanhamento de indicadores de sucesso escolar; g) orientações para a realização de avaliação de processo e recuperação paralela.

A pesquisa foi realizada por meio da análise dos dados educacionais do município nos meses de março e agosto de 2019, da apreciação da proposta do Programa Educação em Ação, e na vivência à frente das orientações do referido programa no âmbito do Sistema Municipal de Educação de Novo Santo Antônio.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nestes tempos em que a alfabetização vem adquirindo um maior espaço nas discussões sobre políticas públicas de educação, consideramos que é necessário avançar no desenvolvimento de

programas cujo foco seja a garantia de aprender habilidades previstas para cada etapa do Ensino Fundamental, como é o caso do Programa Educação em Ação.

É claro que a garantia de uma educação de qualidade depende de um conjunto de ações bem estruturadas e de gestores dispostos a abraçá-las, implantá-las e aproveitar a proposição dos programas como ponto de partida para a construção de uma política de alfabetização permanente, perspectiva essa que acreditamos ser possível de se realizar no município de Novo Santo Antônio.

Em síntese, esse Programa Educação em Ação propõe uma gestão focada no aprendizado do aluno, tanto no âmbito da secretaria de educação quanto no das escolas. Por isso, em primeiro lugar, determina ser essencial que todos os envolvidos se comprometam com os resultados e com uma educação de qualidade. Em segundo lugar, que o sucesso das ações implica na realização de diagnóstico, definição de metas e de indicadores, criação de estratégias, monitoramento constante, e integração estratégica de todas as ações.

Com o propósito de conhecer os índices de alfabetização nos anos iniciais do Ensino Fundamental, no mês de março realizou-se um diagnóstico, através do qual foi possível evidenciar a seguinte situação:

Quadro 01: Índices de alfabetização em turmas do 1º ao 3º ano (mês de março)

ANO/Nº DE ALUNOS	NÃO LÊ	LÊ SILABANDO	LÊ PALAVRA POR PALAVRA	LÊ COM FLUÊNCIA
1º ANO 43 alunos	21 49%	08 18,6%	06 14%	08 18,6%
2º ANO 50 alunos	06 12%	13 26%	12 24%	17 34%

3º ANO	09	09	12	25
58 alunos	15,5%	15,5%	20,6%	43%
Turma Especial	06	05	02	00
13 alunos	46,1%	38,5%	15,3%	
TOTAL	42	35	32	50
164 alunos	25,6%	21,3%	19,5%	30,5%

Fonte: Dados dos pesquisadores (2019).

Inicialmente, esclarecemos que as metas do Programa Educação em Ação são: redução do índice de infrequência de professores, com meta de 95% frequência; redução do índice de infrequência de alunos, assegurando 98% de frequência; cumprimento dos 200 dias e 800 horas de trabalho letivo; alfabetização de 95% das crianças até os 7 anos de idade, 90% no 1º ano e 100% no 3º ano. Nesse sentido, foi possível observar uma enorme distância entre as metas de alfabetização propostas e os resultados expostos no Quadro 01, entre os quais destacamos a grande quantidade de crianças sem saber ler ou lendo apenas silabando, quando as metas propostas objetivam que as mesmas concluam o ano letivo lendo com fluência. Em síntese, os dados evidenciaram a necessidade de avançar em 70% no 1º ano, 61% no 2º ano e 57% no 3º ano. É válido ressaltar que, naquela ocasião, já havíamos formado uma turma especial com alunos do 3º, 4º e 5º anos que não sabiam ler ou que liam apenas silabando.

Como propostas de intervenção, definimos as seguintes ações interventivas:

- a) onde todos são vencedores.

Essas ações sinalizam para os pontos essenciais a serem articulados pelos gestores educacionais: currículo, programas de formação docente, definição de materiais, sistema de gerenciamento e avaliação, projetos de intervenção que, em conjunto, geram resultados positivos, conforme evidências do **Quadro 02: Índices de alfabetização em turmas do 1º ao 3º ano (mês de agosto)**

ANO/Nº DE ALUNOS	NÃO LÊ	LÊ SILABANDO	LÊ PALAVRA POR PALAVRA	LÊ COM FLUÊNCIA
1º ANO 49 alunos	17 34,6%	07 14,2%	09 18,3%	16 32,6%
2º ANO 48 alunos	00	08 ,6%	19 39,5%	24 50%
3º ANO 50 alunos	04 8%	06 12%	10 20%	30 60%
Turma Especial 10 alunos	03 30%	04 40%	03 30%	00
TOTAL 157 alunos	24 15,2%	25 16%	41 26%	70 44,5%

Fonte: Dados dos pesquisadores (2019).

Análise dos dados do Quadro 02, em contraponto com as informações contidas no Quadro 01, evidenciam os seguintes avanços: o número de crianças que não sabiam ler baixou de 42 para 24, um avanço significativo em números, chegando a quase 50% de diminuição. O número de alunos lendo com fluência subiu de 50 para 70, alcançando, em média, 45% dos estudantes matriculados no ciclo da alfabetização. Apesar dos avanços, percebemos que será desafiador alcançar as metas previstas, principalmente para o 1º ano do Ensino Fundamental, cujo índice de crianças que não sabem ler ainda é de quase 35%, precisando avançar 25% para alcançar a meta prevista (90%). No 3º ano, precisa avançar para garantir que 4 estudantes aprendam a ler e que 30% avance na leitura fluente.

4 CONCLUSÕES

O conjunto de ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação de Novo Santo Antônio, através das ações do Programa Educação em Ação e dos educadores, têm

contribuído para o delineamento de uma política de alfabetização cujos resultados estão fazendo avançar na garantia do direito de aprender em cada ano/série.

Apesar de todas as considerações positivas, observamos alguns entraves na execução das atividades, entre eles, o compromisso de todos os docentes, razão pela qual chegamos à conclusão de que, é preciso que a comunidade escolar esteja munida de interesse coletivo e compromisso social, que abracem a causa e sejam cada vez mais protagonistas na implementação e execução de políticas educacionais em seus municípios.

Para garantir a alfabetização, é preciso mais compromisso por parte dos gestores públicos, dos educadores e da comunidade escolar como um todo. Faz-se necessário que todos se mobilizem e unam esforços para garantir que todas as crianças do município aprendam a ler e escrever até os 7 anos de idade, como propõe o Ministério da Educação. É preciso, também, agilizar processos, demandas, recursos e investimentos materiais, humanos e financeiros. Não podemos mais esperar. A alfabetização é um direito social por meio do qual podemos assegurar muitos outros direitos.

REFERÊNCIAS

MELO, R. A.; COSTA, A. F. M. **Educação, Saberes e práticas**: desafios educacionais de municípios piauienses na contemporaneidade. Teresina, EDUFPI, 2014.

MELO, R. A. **Programa Educação em Ação**. Castelo do Piauí, 2014.

LENDO, ESCRREVENDO E APRENDENDO: A EXPERIÊNCIA DO PROJETO CAMPEÕES DE LEITURA

Maria Goretti Soares

*Graduada em Licenciatura em Letras Português pela Universidade
Estadual do Piauí (UESPI)*

Docente da Rede Municipal de Ensino de Buriti dos Montes/PI

Raimunda Alves Melo

Docente do Curso de Licenciatura em Educação do Campo/UFPI

1 INTRODUÇÃO

No ano de 2006, o município de Buriti dos Montes passava por grandes dificuldades na área educacional. Embora a parceria com a Universidade Estadual do Piauí (UESPI) tivesse assegurado a formação inicial para a maioria dos professores que, até aquele momento, eram leigos, esses processos formativos “aligeirados” não haviam contribuído significativamente para uma prática educativa capaz de dá conta das demandas da sala de aula.

Essa deficiência, aliada a outros fatores de ordem interna e externa, resultavam em fracasso escolar, evidenciado pelos dados de rendimento (aprovação, reprovação, abandono). Naquele ano, conforme dados de Relatório da Secretaria Municipal de Educação (2006), a distorção de idade-série era superior a 60%, fruto de um índice de reprovação e abandono que eram de 27% e 8%, respectivamente. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) era de apenas 2,8 nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Naquelas circunstâncias, a Secretaria Municipal de Educação de Buriti dos Montes implementou um programa

educacional amplo, denominado: *Semeando Educação para Colher Desenvolvimento*, cujo foco é a promoção e articulação de ações conjuntas em parceria com as escolas, com vistas à garantia de uma educação de qualidade. Seu objetivo é oferecer as condições necessárias para o ensino e a aprendizagem através do fortalecimento da gestão pedagógica das unidades escolares, de processos formativos para educadores e melhoria das condições de trabalho.

Um dos eixos desse Programa é a formação de alunos leitores e escritores. A inclusão desse eixo partiu do entendimento de que a leitura é uma importante ferramenta pedagógica que possibilita tanto o desenvolvimento de habilidades cognitivas relativas à alfabetização como também a formação de alunos leitores. Dessa forma, o domínio da leitura e da escrita é condição para o bom desenvolvimento de outros conteúdos escolares e, também, para que, depois de concluída a educação básica, os estudantes possam continuar aprendendo e se desenvolvendo com autonomia.

Foi nesse cenário que, em 2007, assumimos a coordenação do eixo leitura e produção de textos no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, com o propósito de melhorar a qualidade do Ensino Fundamental. Como proposta para alcançar esse objetivo, com a ajuda da Professora Raimunda Alves Melo, propomos o Projeto Campeões de Leitura, que tem como objetivo ampliar ações e práticas de leitura e escrita dentro e fora das escolas, contribuindo para o desenvolvimento dos aspectos cognitivos, sociais e culturais dos estudantes, através da inclusão de todos os estudantes do Sistema Municipal de Educação em atividades de leitura e escrita, contribuindo para que os mesmos se tornem leitores e escritores proficientes.

Considerando o exposto, buscamos, neste relato de experiência, discutir a importância da leitura como ferramenta pedagógica que possibilita tanto o desenvolvimento de

habilidades cognitivas como também a formação de alunos leitores, tendo como referência a experiência do Projeto Campeões de Leitura.

Trata-se de um trabalho relevante, uma vez que a escola tem como uma das suas principais atribuições, proporcionar educação de qualidade. Enquanto instituição responsável pela formação cidadã e pela aprendizagem da leitura e da escrita, tem como responsabilidade, proporcionar aos educandos o acesso a diferentes suportes textuais, bem como garantir que as práticas pedagógicas contemplem e valorizem o ensino e a aprendizagem da leitura, com vistas à formação para a cidadania.

2 MATERIAIS E MÉTODO

No Projeto Campeões de Leitura, todas as ações têm foco na formação de alunos leitores. Por este motivo, a meta estabelecida pelo projeto é que cada estudante leia, anualmente, um mínimo de 30 (trinta) livros e produza, no mínimo, 30 textos durante o ano letivo. Para o alcance da meta, a leitura e a escrita é valorizada por todos da comunidade escolar e as atividades em sala de aula são realizadas num clima favorável que possibilita escolhas, manuseio, encantamento e o prazer, oportunizando, ainda, a emissão de opiniões e a troca de ideias entre os leitores.

A metodologia do Projeto orienta que todos os professores conheçam e leiam os livros disponibilizados para a sua turma. Essa ação é necessária para que ele possa planejar o trabalho, incentivar a leitura dos títulos pelos seus alunos, dialogar com eles sobre o tema e ideias principais. Os materiais de leitura, em diferentes gêneros textuais, ficam em um espaço organizado em local de fácil acesso, denominado de Cantinho de Leitura, cabendo aos alunos a responsabilidade pela escolha do que desejam ler em razão de seus objetivos. Este Cantinho é

ampliado com outros materiais, como gibis, revistas, jornais, convites, folhetos de propaganda, cartas, etc.

Nas aulas, as atividades desenvolvidas pelos professores variam entre a leitura do material, instigação da curiosidade, propaganda do material lido, incentivo à leitura, audição de leitura realizada por outro leitor, troca de opiniões sobre o livro lido, dentre outras estratégias. Diariamente, o professor realiza leitura em voz alta para seus alunos, de diferentes suportes e gêneros. Uma vez por semana ele lê um dos livros disponíveis na sala para que as crianças se sintam mais estimuladas a fazer a leitura das obras.

No campeonato de leitura, os livros de literatura são levados para casa pelos alunos, inclusive em fins de semana. Essa ação é possível graças à participação e envolvimento dos pais, que também são orientados quanto aos trabalhos com a leitura desenvolvidos em sala de aula. Além disso, os pais são incentivados também a levarem livros para casa e lerem em voz alta para seus filhos.

Após a leitura, o registro do livro lido é feito em cartaz de acompanhamento ou em caderno de registro do professor, desde que ele esteja convencido de que o aluno efetivamente leu o livro. Para esse convencimento, o professor se vale de suas observações sobre o desenvolvimento escolar do aluno em leitura e da adoção de estratégias que oportunizem a explicitação de ideias principais e secundárias do livro, pelo aluno leitor.

Ao realizar a leitura semanal de um livro, que também é feita como atividade de casa, os alunos organizam, no caderno de produção de texto, o reconto escrito da história lida. A avaliação dos cadernos de produção e registro das leituras é um dos critérios para a premiação de alunos leitores e escritores, bem como do reconhecimento das escolas e dos professores.

A Secretaria Municipal de Educação de Buriti dos Montes disponibiliza cadernos de produção de texto para todos os alunos

matriculados no Ensino Fundamental. Nesses cadernos, são afixados instrumento de acompanhamento das habilidades de produção de texto, retiradas da Proposta Curricular. O preenchimento desse instrumento é realizado a cada bimestre, a partir da análise das produções realizadas pelos estudantes.

Os textos são produzidos semanalmente ou quinzenalmente, de acordo com os gêneros selecionados para cada ano, definidos na Proposta Curricular, e também nos instrumentos de acompanhamento afixados nos cadernos de produção de texto. É responsabilidade dos alunos e professores a organização desses cadernos e que os textos produzidos obedçam aos seguintes critérios: letra legível, utilização apenas de lápis, respeito às margens do caderno, escrita na frente e verso das folhas do caderno, ilustração quando solicitada, organização, produção conforme tipologia e gênero textual, não rasgar, desenhar ou rabiscar as folhas do caderno, reescrita a partir das observações dos professores, entre outros definidos pela escola.

A nossa responsabilidade é viabilizar as condições para que as ações do projeto aconteçam regularmente. Além disso, realizamos encontros de formação continuada com os professores, visitamos mensalmente todas as turmas, analisamos instrumentos de acompanhamento, cadernos de produção, fazemos rodas de conversas com os estudantes e suas famílias, tudo isso com o propósito de garantir os objetivos do projeto.

Além da dinâmica metodológica definida pelo Projeto, as escolas também desenvolvem outras ações com vistas a garantir o estímulo à leitura de livros por todas os estudantes. Entre as atividades, identificamos a escolha de livros para serem trabalhados durante a semana; teatros literários; pesquisas sobre autores e obras literárias; rodas de leituras; jornal mural; chás literários; exposição de vídeos e filmes baseados em obras literárias, entre outras.

Todas estas atividades acontecem diariamente, e paralelamente ao longo de todo o ano letivo. No mês de

novembro, as escolas realizam uma oficina de leitura, interpretação e produção de texto. É o resultado dessa oficina e o número de livros lidos anualmente que definem o campeão de cada turma e de cada escola que, posteriormente, participará de uma oficina onde os campeões de cada escola concorrem entre si para a escolha do Campeão de Leitura de cada ano do Ensino Fundamental.

A oficina é realizada pela Secretaria de Educação e tem como objetivo classificar, reconhecer e premiar os(as) alunos(as) com melhor desempenho em leitura (número de livros lidos), interpretação e produção de texto. A título de ilustração, no ano de 2018, trabalhamos a obra de Antoine de Saint-Exupéry: *O Pequeno Príncipe*, disponibilizada para cada um dos finalistas com antecedência de 20 dias antes da oficina.

A oficina teve como tema: Infância, amor, esperança e inocência. A sua programação incluiu piquenique de literatura; acolhida musical com apresentação do Ballet do Projeto Jasmim; abertura oficial e entrega de camisetas e materiais; exposição do filme: *O pequeno príncipe*; almoço; discussão do filme; apresentação do resumo da obra em slides; interpretação escrita da obra; produção de texto; encerramento e entrega de lembranças.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A leitura é uma prática que está presente na escola, em todas as atividades que envolvem as disciplinas do currículo. Lê-se para ampliar os limites do próprio conhecimento. Por isso, precisa se fazer presente na vida do estudante, não apenas como algo paralelo à sua aprendizagem, mas principalmente, como parte essencial para o desenvolvimento cognitivo. Para Freire (1997, p. 29-30):

Ler é uma operação inteligente, difícil, exigente, mas gratificante. Ninguém lê ou estuda autenticamente se

não assume, diante do texto ou do objeto da curiosidade a forma crítica de ser ou de estar sendo sujeito da curiosidade, sujeito da leitura, sujeito do processo de conhecer em que se acha. Ler é procurar ou buscar criar a compreensão do lido; daí, entre outros pontos fundamentais, a importância do ensino correto da leitura e da escrita.

As atividades de leitura podem ser realizadas desde os primeiros dias de aula, mesmo em se tratando de crianças que ainda não conhecem letra alguma. Elas podem olhar para as ilustrações, que não deixa de ser um tipo de leitura, enquanto o professor lê o texto. Nessa fase inicial, as crianças começam a ter contato com o livro, aprendem a manuseá-lo, a reconhecer suas formas, percebem a diagramação e iniciam suas experiências com as formas de composição textual.

As ações do Projeto Campeões de Leitura proporcionam aos alunos o regaste da autoestima, constituindo-se como um dos focos principais para o desenvolvimento de habilidades de leitura e escrita. Além disso, proporciona o desenvolvimento da oralidade, argumentação, experiências significativas, que ajudam os mesmos a melhorar o desempenho escolar nas outras disciplinas, a se posicionarem criticamente diante de situações cotidianas.

Projetos como esse, aliados a outras iniciativas, trouxeram muitas conquistas e avanços para a educação de Buriti dos Montes. É nosso um dos melhores índices de desenvolvimento da educação (IDEB) do Piauí, com uma média de 6,6 nos anos iniciais (o quarto melhor do Piauí) e 5,9 nos anos finais (o segundo melhor do Piauí).

Desde 2011, zeramos o abandono escolar; em 2018, aprovamos 97% dos alunos do ensino fundamental; 98% das crianças são alfabetizadas até os 8 anos. As contribuições do Projeto Campeões de Leitura não se limitaram apenas à evolução dos dados de rendimento e do IDEB. Por meio da análise das

fichas dos alunos que participaram das oficinas de leitura, evidenciamos a influência desse projeto na formação de práticas diárias da leitura, na formação da consciência crítica, na alfabetização das crianças e na ampliação das aprendizagens escolares em diferentes disciplinas.

Nesse sentido, o incentivo à leitura se constitui em uma das principais ferramentas, pois, quando bem mediada, possibilita a liberdade de usufruir do conhecimento, resolver mais facilmente problemas e conflitos e, certamente, viver melhor. Um dos objetivos da leitura é formar cidadãos capazes de compreender diferentes textos e contextos com os quais se defrontam.

Vale salientar que isso só foi possível graças ao trabalho dos professores enquanto agentes diretos desse processo, seja por meio da mediação das atividades de leitura em sala de aula, auxiliando os alunos na construção da sua autonomia de leitor assíduo, bem como no registro de todas as atividades do projeto e, ainda, por meio do incentivo às famílias.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos seus onze anos de existência, o Projeto Campeões de Leitura vem se consagrando como uma das melhores iniciativas na área de leitura e escrita, cujos resultados ilustram a importância da leitura como algo crucial para a aprendizagem dos educandos, pois é através dela que podemos enriquecer nosso vocabulário, obter conhecimento, estimular o raciocínio e a interpretação. Durante a leitura, os estudantes descobrem um mundo novo, cheio de coisas que, até então, eram desconhecidas. As atividades de leitura e escrita orientadas pelo Projeto proporcionam a leitura diária desde a infância, de forma prazerosa, desenvolvendo, ainda, a capacidade de interpretação da realidade.

REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. **Professora sim, tia não cartas a quem ousa ensinar**. São Paulo: Olho d'Água, 1997.

EXPERIÊNCIA DO PROGRAMA PROJovem CAMPO – SABERES DA TERRA EM BURUTI DOS MONTES

Francisléa de Abreu Vieira

*Graduada em Licenciatura em Letras Português pela Universidade
Estadual do Piauí (UESPI)*

Docente da Rede Municipal de Ensino de Buriti dos Montes/PI

Raimunda Alves Melo

Docente do Curso de Licenciatura em Educação do Campo/UFPI

1 INTRODUÇÃO

No cenário camponês, as discussões sobre educação escolar envolvem movimentos sociais e sindicais, educadores e pesquisadores e, principalmente, os povos do campo, sobre a necessidade e urgência de uma educação escolar e comunitária que respeite, valorize e se aproprie dos saberes culturais dos alunos e da comunidade local, como parte integrante do projeto pedagógico da escola, notadamente da formação dos estudantes. Esta proposta de educação no e do campo, é parte complementar de um projeto social mais amplo, que objetiva, também, o direito à terra, moradia, justiça social, saúde e a sobrevivência de suas populações.

Partindo destas considerações iniciais, o presente estudo tem como objetivo caracterizar a proposta do Programa Projovem Saberes do Campo, evidenciando a relação dos princípios dessa política com concepções de Educação do Campo.

2 MATERIAIS E MÉTODO

O estudo em referência encontra-se fundamentado na pesquisa quanti-qualitativa, que pressupõe que dados qualitativos

e quantitativos não podem ser analisados como oposição contraditória e que as relações sociais possam ser analisadas em seus aspectos mais concretos e aprofundadas em seus significados mais essenciais (MINAYO, 2011).

Além disso, foi aplicado questionário com duas coordenadoras do Projovem Saberes do Campo, dois professores e dois jovens beneficiados, objetivando analisar as contribuições desse programa para a educação escolar e formação profissional. Segundo Gil (1999, p. 128), o questionário pode ser definido “como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.”. O cenário da pesquisa é o município de Buriti dos Montes, Piauí.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Projovem Campo é um programa nacional de educação de jovens agricultores/as familiares, implementado por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) e da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), numa integração com alguns outros ministérios. O programa foi criado ainda em 2005, com o objetivo de promover a reintegração de jovens ao processo educacional, sua qualificação profissional e seu desenvolvimento humano e cidadão (BRASIL, 2009). A sua relevância está em estabelecer a integração entre educação e trabalho. Assim, é fundamental conhecer o programa e suas singularidades.

Segundo orientações da SECADI, no processo de formação das turmas do Projovem Campo, deve-se atender aos seguintes critérios:

- A turma deve ser formada com, no mínimo, 25 alunos e, no máximo, 35;
- Os alunos devem ser alfabetizado, ou seja, apresentar

- domínio da leitura e da escrita e ter noções matemáticas;
- Os interessados devem ser agricultores/as familiares (Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006), na faixa etária entre 18 e 29 anos;
 - Residirem ou trabalhar nas regiões de abrangência do projeto aprovado;
 - Não terem concluído o Ensino Fundamental;
 - Não estarem matriculados em curso regular.

Há quem discuta sobre os critérios de faixa etária e o perfil definido para o atendimento dos jovens. O critério da faixa etária (18 a 29 anos) deve-se ao fato de ainda existirem, na faixa etária de 18 a 29 anos, mais de 6 milhões de jovens agricultores. E em relação aos educandos serem agricultores familiares é justificado pelo fato de que o Programa Nacional de Amostra por Domicílio (2006) apontar que uma população de 1.641.940 jovens do campo (26,16%) não concluiu o primeiro segmento do ensino fundamental e 3.878.757 (61,80%) não concluíram a segunda etapa do ensino fundamental. Ao passo que, para os jovens das cidades, esta média é de 18% e 30%, respectivamente (BRASIL, 2009). Em Buriti dos Montes, a população do campo tem o menor número de anos de estudo em relação ao da cidade. Enquanto na cidade, a escolaridade média da população de 18 a 29 anos no município é de 6,9 anos, no campo ela cai para 5,6.

É importante destacar que os agricultores participantes do Projovem Campo recebem uma bolsa de R\$ 1.200,00, dividida em 12 parcelas, e têm de cumprir 75% da frequência. O curso, com duração de dois anos - 2.400 horas, é oferecido em sistema de alternância – intercalando tempo-escola (1.800 horas) e tempo comunidade (600 horas). Ressalta-se que, nesta segunda etapa, cuja realização só está sendo possível graças à disponibilidade de recursos da etapa anterior, os estudantes não estão recebendo bolsas de estudo.

O formato do programa é de responsabilidade de cada

Estado, de acordo com as características da atividade agrícola local. Além disso, as turmas devem ser atendidas por três educadores com conhecimento e formação nas áreas de conhecimento, um técnico agrário e um acolhedor de crianças (BRASIL, 2009).

Sobre esta questão, uma das professoras ressalta que:

É importante reconhecer o quanto o programa é interessante, é rico. Primeiro por conta da metodologia por alternância e das formações, segundo por que contribui com a formação de jovens do campo que não tiveram acesso à escola na idade própria, terceiro porque oferta uma formação técnico na área dos educandos que são as práticas agrícolas. Além disso, os alunos são chamados a discutir economia, sobretudo, aquilo que trata sobre economia solidária, associativismo rural, enfim, práticas que podem melhorar e muito a vida de quem vive no campo e também permite integrar educação e trabalho (PROFESSORA B).

Em relação ao currículo trabalhado, o programa aborda a integração entre ensino fundamental e qualificação social e profissional, tendo como eixo articulador “Agricultura Familiar e Sustentabilidade”, em torno do qual se interconectam 5 eixos temáticos: “Agricultura Familiar, Identidade, Cultura, Gênero e Etnia”, “Sistemas de Produção e Processos de Trabalho no Campo”, “Cidadania, Organização Social e Políticas Públicas”, “Economia Solidária” e “Desenvolvimento Sustentável e Solidário com Enfoque Territorial” (BRASIL, 2009).

Educar os sujeitos do campo na perspectiva de uma formação ampla, focada em objetivos de justiça social, que respeite, valorize e se aproprie dos saberes culturais dos alunos e da comunidade local como parte integrante da proposta pedagógica da escola, envolve, sobretudo, um currículo escolar bem planejado, elaborado com a efetiva participação dos educadores, educandos e povos do campo, sob o ponto de vista de seus interesse e que represente o norte para a realização do trabalho educativo a ser desenvolvido na escola (MELO, 2014).

Nosso entendimento é que o currículo das escolas do campo aborde, necessariamente, conteúdos trabalhados de forma articulada com as vivências e experiências dos alunos, acolhendo suas crenças, valores, e projetos de vida, adequando o calendário e as propostas curriculares aos tempos, espaços e necessidades do educando e do seu contexto, num constante diálogo entre os conhecimentos escolares e os saberes da cultura camponesa.

Segundo a proposta do Projovem Campo, ao final do cumprimento de toda a carga horária prevista pelo programa, os educandos são certificados com diploma do Ensino Fundamental e Qualificação Profissional Inicial em Produção Rural Familiar. Para as professoras, o Programa tem resgatado muitos jovens do campo que estavam fora da escola por diversos motivos.

A proposta do Projovem Campo de articular educação e o mundo do trabalho contribui para o resgate e a reinserção de muitos jovens nas salas de aula. O que foi uma coisa muito boa, pois o município precisa aumentar o nível de escolaridade de seu povo e como somos um município rural é preciso melhorarmos cada vez mais as práticas agrícolas que se mantem em nossos solos. Os alunos do Projovem estão indo nessa perspectiva. Para esse sucesso, destaco a formação que recebemos para que esse trabalho aconteça. As orientações das formadoras também são muito importantes para o desenvolvimento sadio e exitoso de nossas aulas (PROFESSORA A).

Referem, ainda, que o Projovem Campo vem se apresentando para os jovens do campo como de fundamental importância para despertar o gosto pelos estudos, pois as práticas desenvolvidas pelo programa são direcionadas para a realidade dos sujeitos. A flexibilidade de horários, a existência de acolhedores para atender as crianças, as práticas agrícolas ensinadas e vivenciadas, contribuem para que os alunos sintam-se parte do processo de ensino aprendizagem e aprofundem conhecimentos na área de agroecologia, sustentabilidade, convivência com o Semiárido, entre outros aspectos.

Em relação à articulação entre educação e trabalho, as coordenadoras esclarecem:

O programa tem se mostrado muito significativo para os jovens do campo que não tiveram acesso à escola na idade certa. O Projovem tem possibilitado essa articulação entre educação e mundo do trabalho, pois além da flexibilidade de horários, tempos de estudos conjugado entre atividades na escola e atividades na comunidade em alternância faz com que os educandos sintam-se motivados a participar cada vez mais dos processos, pois além de fazê-los viver suas próprias práticas, a escola não o impede de realizar seus trabalhos como agricultor e produtor rural (COORDENADORA A).

O programa tem contribuído tanto para a ampliação do acesso à escola como a ampliação do nível de escolaridade de nossos jovens rurais. Os jovens tem a oportunidade de estudar e de poder viver seu próprio mundo do trabalho. As práticas desenvolvidas no programa são significativas principalmente por conta da alternância entre as atividades do tempo-escola e as atividades do tempo-comunidade em que as práticas agrícolas se aproximam bastante daquilo que já é desenvolvidos diariamente por cada um dos educandos nas comunidades. Por isso, o programa é fundamental para que se tenha êxito e os alunos possam viver educação e trabalho sem que um seja empecilho para a existência do outro e assim possam concluir o ensino fundamental (COORDENADORA B).

Em nossas observações, constatamos que, quando os alunos do curso desenvolvem algum tipo de trabalho, ampliam-se as possibilidades de enriquecimento e significação dos processos formativos, pois a diversidade de experiências imersas nas práticas educativas favorecem a socialização de saberes da cultura camponesa, bem como dos diferentes modos e relações de trabalho vividas pelos sujeitos do campo em suas lutas cotidianas. Sobre a relação dos processos formativos e

experiências de trabalho, Caldart (2004) afirma que é necessário superar a separação do trabalho intelectual e manual, da teoria e da prática, buscando construir estratégias de inserir o trabalho concretamente nos processos formativos vivenciados na escola.

As concepções das coordenadoras são positivas em relação ao programa no município e suas ideias valorizam a oportunidade que os jovens do campo estão tendo de poderem participar da escola e serem ativos em suas comunidades e aprenderem a produzir muito daquilo que usam no dia-a-dia. Portanto, o programa contribui para que os alunos tenham acesso à escola e possam articular com o trabalho que já desenvolvem na comunidade. A proposta curricular do Projovem Campo respeita e valoriza os tempos de trabalho dos educandos, ao tempo que favorece a atuação dos mesmos na construção de conhecimentos necessários à sua formação como professores.

Neste sentido, as atividades desenvolvidas pelos educandos durante o tempo comunidade possibilitam a inserção e atuação dos mesmos nos espaços e nos tempos de produção da vida nas comunidades. Assim, a Pedagogia da Alternância é uma alternativa metodológica de formação profissional para jovens, filhos de camponeses ou profissionais do campo, que perderam o interesse pelo ensino regular em razão do distanciamento entre vida e trabalho camponês (BRASIL, 2009).

As coordenadoras também verificam aspectos positivos em relação à qualificação ofertada pelo programa em Buriti dos Montes. Aos final dos dois anos de execução do programa, os educandos receberão um certificado de ensino fundamental e outro de técnico em práticas agrícolas que permitirão aos mesmos trabalhar melhor, preparar seus espaços agrícolas e aumentar sua renda.

As concepções dos professores não se diferem das coordenadoras do programa. Importante perceber a discussão das professoras e a visão que as mesmas têm acerca das

contribuições do programa. Ambas destacam as características da proposta do programa e acreditam na mesma, além do que refletem a importância da articulação entre os processos desenvolvidos na escola e o trabalho na comunidade. Essa proposta promove a permanência do aluno na escola por não mudar tanto também o ritmo de vida e nem as práticas que já desenvolvem.

Dois alunos do programa, de diferentes comunidades rurais, demonstram concepções positivas acerca do programa, no entanto, eles discutem o fato de verem os conteúdos curriculares de uma forma rápida.

O programa veio no momento certo pra nós, estávamos parados no estudo há algum tempo. E abertura “dessa escola” fez com que nos voltássemos a estudar de novo. E o Projovem nos mantém em contato com nossas coisas da comunidade e isso é muito bom para todo. Os professores são bons, o técnico ensina muita coisa nova sobre a terra, sobre criação de animais. Tem também a professora que ajuda a cuidar de nossas crianças enquanto estamos fazendo as tarefas. A escola não tem impedido da gente trabalhar, pelo contrário, tem ajudado a gente a melhor como agricultor rural (ALUNO A).

Tenho aprovado nossa escola. Nosso programa aqui na comunidade ajuda não é só aprender a ler. Aprendemos muitas coisas... assim.... que nós já sabia, mas aqui a gente aprende a fazer melhor. Plantar, por exemplo. Mexer melhor com a terra. Nosso programa ajudou a gente a voltar pra escola, a terminar os estudos e não impede a gente de trabalhar, fazer nossas coisas. O programa na hora que ajuda na escola ajuda também a melhorar no jeito que nós fazemos nosso trabalho. Vou realizar meu sonho de receber um certificado. Quer dizer, dois certificados (ALUNO B).

Compreende-se, a partir das falas dos alunos, a

importância que o Projovem Campo tem na vida de cada educando participante. É possível destacar algumas expressões como “realizar sonhos, estudos, trabalho, melhorar, ajudar”. Essas expressões oriundas das falas deles ao transmitirem suas concepções sobre o programa, deixam claro também que as atividades são importantes para ajudar nos seus próprios afazeres do dia-a-dia, mostrando que as atividades têm significado para eles. Além disso, evidenciam que o programa promove uma boa articulação entre seus processos educativos e o mundo do trabalho de cada um.

Percebe-se uma breve desvantagem apontada na fala de um dos alunos quando ele fala que os conteúdos são vistos de forma rápida. Justamente porque o programa tem um currículo a ser seguido e não é o mesmo de um ensino fundamental regular. Acredita-se que ele sinta falta do modelo que ele estudava antes.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A disponibilização de políticas com vistas ao incremento da educação do campo é resultado de uma luta histórica que tem suas raízes nos movimentos sociais, universidades e outras instituições, para que o povo do campo tenha acesso a uma educação de qualidade, oferecida no campo, de modo a assegurar não só a sua permanência, mas, igualmente, o prosseguimento nos estudos, oportunidades de trabalho e formação para a cidadania, e por fim, o direito à Educação do Campo.

As falas dos interlocutores evidenciam que o Projovem Campo contribui significativamente para a elevação da escolaridade da população dos jovens do campo de Buriti dos Montes, criando condições para o melhoramento da formação deste sujeitos, ampliando seus saberes e conhecimentos de uma forma mais humana e significativa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Projeto Base Projovem Campo – Saberes da Terra Edição 2009**. Brasília: MEC/SEF, 2009, 79p.

CALDART, R. S. **Pedagogia do movimento sem-terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MINAYO, M. C. de S. (org.) **Pesquisa Social: Teoria, Método e criatividade**. 18ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MELO, R. A. **Prática docente na escola do campo: diálogos sobre a articulação dos conhecimentos escolares aos saberes da cultura camponesa**. 2014. 163 f. Dissertação de Mestrado em Educação. UFPI – Universidade Federal do Piauí – Teresina, 2014.



PARTE II

PRÁTICA EDUCATIVA EM ESCOLAS DO CAMPO

A UTILIZAÇÃO DE MODELOS DIDÁTICOS, JOGOS E EXPERIMENTOS NO ENSINO DE CIÊNCIAS

Dina Késia Pereira de Sousa

*Acadêmica do Curso de Licenciatura em Educação do Campo da UFPI
de Teresina*

Luís Fernando da Silva Bezerra

*Acadêmico do Curso de Licenciatura em Educação do Campo da UFPI
de Teresina*

Keylla Rejane Almeida Melo

Docente do Curso de Licenciatura em Educação do Campo/UFPI

Raimunda Alves Melo

Docente do Curso de Licenciatura em Educação do Campo/UFPI

1 INTRODUÇÃO

O ensino de Ciências Naturais nas escolas do campo requer maior valorização, organização e planejamento escolar vinculados com a realidade e com as vivências dos estudantes, criando condições fundamentais para a utilização e aproveitamento significativo dos diferentes tempos e espaços de formação disponíveis na escola e no seu entorno.

Contudo, durante as atividades do Estágio Supervisionado I do Curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEdoC), observamos que as metodologias de ensino utilizadas pelos professores de Ciências de algumas escolas do campo são, predominantemente, leitura do conteúdo no livro didático, resolução de exercícios simples, e trabalhos avaliativos como elaboração de questões e resumo do conteúdo.

O predomínio desse tipo de aulas gera resultado insatisfatório, tanto no que diz respeito à obtenção de médias expressas em notas quantitativas, quanto na aprendizagem significativa dos conteúdos por parte dos estudantes. Isto foi constatado, também, em uma pesquisa de campo que realizamos

no Bloco VI da LEdoC, da Universidade Federal do Piauí, Campus de Teresina.

A partir disso, percebemos a necessidade de desenvolver metodologias que envolvessem a participação dos alunos, para tanto, propomos a utilização de modelos didáticos, jogos e experimentos nas aulas de Ciências Naturais com o objetivo de melhorar o ensino e, conseqüentemente, o desempenho dos alunos. Paralelo a isso, também dialogamos com os professores sobre os desafios da metodologia tradicional e a importância de novas metodologias, como utilizá-las e qual sua relevância para a aprendizagem dos estudantes.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Primeiramente, realizamos uma pesquisa bibliográfica sobre a utilização de modelos didáticos, jogos e experimentos. Em seguida, realizamos uma reunião com os professores para dialogarmos sobre as metodologias usadas em aulas e, na ocasião, mostramos exemplos de modelos didáticos que podem ser utilizados para o ensino de Ciências da Natureza. A intervenção em sala de aula aconteceu com a utilização desses recursos didáticos na Unidade Escolar Santo Antonio do Campo Verde, localizada no Assentamento Santo Antonio do Campo Verde, no município de Sigefredo Pacheco. Os dados foram coletados por meio de um questionário sobre as contribuições do uso de modelos didáticos para a aprendizagem. Os materiais utilizados para a construção dos modelos foram fornecidos pela escola: isopor, tinta para tecido, cola branca, cola quente, massa de biscoit, E.V.A, cartolina e massa de modelar.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O projeto aconteceu entre os meses de fevereiro e abril do ano de 2019, contando com a participação de estudantes, estagiários, PIBIDIANOS e professores. O primeiro passo, foi a apresentação do projeto para a equipe da escola. As etapas seguintes tiveram sucesso em sua execução, tendo em vista ter sido uma ação coletiva, entre professor, PIBIDIANOS e alunos.

No 6º ano, desenvolvemos um modelo didático com o objetivo de ilustrar o movimento de rotação da terra, as estações do ano e o dia claro e a noite escura, utilizando materiais simples como uma bola, uma lanterna e uma agulha, em que os alunos puderam compreender como ocorre cada uma das representações que o modelo ilustrou. Esta metodologia também incluiu um desenho no caderno.

Figuras 01 (a, b): Processo de produção do modelo didático sobre o movimento de rotação da terra



Fonte: dos autores (2019).

Cavalcante e Silva (2008, p. 5) afirmam que “os modelos didáticos permitem a experimentação, dando oportunidade aos estudantes descorrelacionarem a teoria com a prática, propiciando a compreensão dos conceitos, o desenvolvimento de habilidades e competências”. Dessa forma, os alunos puderam associar a teoria com a prática através de aulas experimentais, proporcionando a compreensão dos conteúdos e o desenvolvimento das habilidades e competências necessárias.

Com o propósito de facilitar o entendimento dos alunos a respeito desse conteúdo, foram exibidos vídeos mostrando e

conceituando os corpos celestes. Os alunos elaboraram um resumo conceitual com os principais conceitos relacionados ao conteúdo e, também, produziram um jogo denominado “o que é o que é”, com as partes mais importantes do conteúdo de astronomia.

No 7º ano, os alunos produziram mapas conceituais sobre as interações ecológicas nos ecossistemas, construíram uma teia alimentar com os animais encontrados na nossa região, e durante a aula foram trabalhados os conceitos e imagens demonstrando o conteúdo. Ressalta-se que os alunos se mostraram interessados e motivados a participar da aula, explicando os conceitos de acordo com o seu entendimento, e questionando como ficaria a cadeia e a teia alimentar se um dos elementos fosse retirado.

Figura 02: Explicação sobre interações ecológicas e cadeia alimentar



Fonte: dos autores (2019).

Nesta aula, foi possível dialogar com os alunos as interações ecológicas e cadeia alimentar. Assegurou-se a participação dos alunos e observou-se que eles conseguiram aprender os conceitos e exemplos do conteúdo que estava sendo exposto.

No 8º ano, os alunos confeccionaram em grupos, um modelo didático da célula animal e vegetal, utilizando materiais como isopor e massa de modelar e, em seguida, apresentaram um seminário para explicar uma organela da célula e, também,

construíram um mapa conceitual sobre os tecidos do corpo humano, especificando cada tecido, sua formação e classificação.

Figura 03 (a, b): Modelo didático de célula animal e vegetal



Fonte: dos autores (2019).

De acordo com Giordan e Vicchi (1996), um modelo é uma construção, uma estrutura que pode ser utilizada como referência, uma imagem analógica que permite materializar uma ideia ou conceito, tornando, assim, diretamente assimiláveis. Sendo assim, um modelo é qualquer construção prática de um conteúdo que permite a visualização e contextualização do tema tratado no conteúdo.



No 9º ano, foram desenvolvidas várias aulas práticas e experimentais sobre o conteúdo misturas homogêneas e heterogêneas, utilizando água e sal, água e óleo. Para trabalhar o conteúdo matéria e suas propriedades, impenetrabilidade, utilizou-se um copo com água e uma pedra. Para trabalhar a temática “o ar é matéria?” utilizou-se um copo com papel no fundo e uma vasilha com água em que o copo foi colocado dentro da vasilha com água e não entrou água dentro do copo e o papel também não molhou.

Os modelos didáticos são representações teóricas da realidade, confeccionadas a partir de material concreto que representem processos e estruturas biológicas (MATOS et al., 2009). Desta forma, modelos didáticos podem ser construídos utilizando qualquer material concreto que exista no cotidiano do aluno para reproduzir a realidade prática da teoria contida nos livros.

Os alunos também fizeram um experimento sobre evaporação, utilizando sal dissolvido na água e expostos ao sol e discutiram os resultados. Também foi feito um experimento sobre decantação utilizando água misturada com areia. Os alunos foram divididos em grupos e um grupo apresentou um seminário sobre matéria e suas propriedades e o outro grupo apresentou fracionamento de misturas.

Almeida (2003 apud ORLANDO, 2009, p.13) enuncia que o rendimento dos estudantes aumenta de forma significativa quando se trabalha de forma interativa e participativa. Logo, o envolvimento dos estudantes nas atividades que utilizam modelos didáticos, ilustrações, jogos e outros recursos promove uma melhor assimilação dos conteúdos e aquisição do conhecimento por parte dos estudantes. Portanto, essas atividades mostraram que os alunos participaram da aula e interagiram entre si, dialogando sobre os procedimentos e resultados dos modelos apresentados.

Os modelos didáticos são representações confeccionadas, a partir de material concreto, de estruturas ou partes de processos biológicos (JUSTINA; PERLA, 2006). Dessa forma, ajudam a despertar o interesse dos alunos pelos conteúdos, em forma lúdica e ilustrativa, pois podem visualizar em várias dimensões os modelos didáticos, melhorando o processo de ensino e aprendizagem. Além disso, os modelos didáticos podem ser construídos utilizando qualquer material concreto que exista no

cotidiano do aluno para reproduzir a realidade prática da teoria contida nos livros.

Através das atividades desenvolvidas ao longo do projeto de intervenção, utilizamos diferentes estratégias metodológicas e recursos didáticos variados. A partir disso, podemos observar que é possível melhorar o processo de ensino e aprendizagem, por meio de metodologias simples, utilizando materiais acessíveis, pois fazem parte do cotidiano dos alunos, gerando mais motivação, interesse e participação nas aulas.

Os alunos conseguiram compreender os conteúdos, os professores perceberam que há metodologias de ensino que atraem a atenção dos alunos e a importância dessas metodologias. Se o projeto continuar sendo desenvolvido, a perspectiva é de que a escola melhore a qualidade do ensino e os conteúdos serão trabalhados de forma simples, prática e fácil, contribuindo para a aprendizagem.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os sujeitos envolvidos participaram de forma ativa e integralmente nas etapas do projeto, contribuindo para o alcance dos objetivos planejados. Ficou claro que trabalhar o conhecimento escolar através de estratégias metodológicas diferenciadas, utilizando recursos variados, proporciona maior interesse dos alunos, facilita a compreensão dos conteúdos mais complexos, resultando em melhores índices de aprendizagem.

Diante dos resultados obtidos no desenvolvimento dessas metodologias, o professor pode criar diversos modelos didáticos, jogos, experimentos e, assim, variar a sua metodologia quando for abordar conteúdos referentes ao ensino de Ciências Naturais, tornando a aula mais dinâmica, interativa e participativa.

Dessa forma, a elaboração e desenvolvimento desse projeto foi de fundamental importância, pois despertou no

professor o interesse pela utilização de novas metodologias, fazendo com que o ensino se torne mais interativo, participativo e significativo.

REFERÊNCIAS

CAVALCANTE, D. & SILVA, A. Modelos didáticos e professores: concepções de ensino aprendizagem e experimentações. In: XIV Encontro Nacional de Ensino de Química, **Anais...** Curitiba, UFRP, Julho de 2008. Disponível em:

<<http://www.quimica.ufpr.br/eduquim/eneq2008/resumos/R0519-1.pdf>>. Acessado em: 10 de abril 2019

GIORDAN, A.; VECCHI, G. **As origens do saber**. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

JUSTINA, L. A. D. & FERLA, M. R. A utilização de modelos didáticos no ensino de genética exemplo de representação de compactação do DNA eucarioto. **Arq Mudi**, v. 10, n. 2, p. 35-40, ago.2006.

MATOS, C. H. C.; OLIVEIRA, C. R. F.; SANTOS, M. P. F. & FERRAZ, C. S. Utilização de modelos didáticos no ensino de entomologia. **Revista de biologia e ciências da terra**, v. 9, n. 1, 2009.

MELO, M. R. & NETO, E. G. L. Dificuldades de ensino e aprendizagem dos modelos atômicos em química. **Química Nova Escola**, v. 35, n. 2, p. 112-122, maio 2013. (83)

PRODUÇÃO DE ALIMENTOS EM AMBIENTE ESCOLAR

Josiel de Melo Gomes

*Acadêmico do Curso de Licenciatura em Educação do Campo da UFPI
de Teresina*

Jovane Gomes de Melo

*Acadêmico do Curso de Licenciatura em Educação do Campo da UFPI
de Teresina*

Keylla Rejane Almeida Melo

Docente do Curso de Licenciatura em Educação do Campo/UFPI

Raimunda Alves Melo

Docente do Curso de Licenciatura em Educação do Campo/UFPI

1 INTRODUÇÃO

Este texto tem como objetivo relatar experiência desenvolvida por meio do projeto de intervenção “Produção de alimentos em ambiente escolar”, que teve como base o levantamento de dados realizado no bloco IV, onde os discentes da Universidade Federal do Piauí puderam conhecer os espaços educativos em escolas do campo, especificamente na Unidade Escolar Antônio Camelo Barbosa.

E, por meio deste estudo, verificamos a necessidade de trabalhar na escola o respeito ao meio ambiente, a alimentação saudável e as práticas relacionadas ao ensino de Ciências, haja vista, que a devastação do meio ambiente é muito grande na comunidade, bem como, a crescente adoção do envenenamento das culturas agrícolas e a falta das aulas práticas na escola. Sabemos que o ensino de Ciências é construído para lidarmos com a prática, relacionando com a teoria, considerando a

organização, interação e a reação dos fenômenos, destacando a responsabilidade do indivíduo em relação à natureza. Através da horta na escola, é possível trabalhar todos esses conceitos.

A horta na escola é um instrumento que, dependendo do encaminhamento dado pelo educador, possibilita abordar diferentes conteúdos curriculares de forma significativa e contextualizada e promover vivências que resgatam valores. Também é possível sensibilizar os alunos, funcionários e familiares quanto à necessidade de práticas alimentares mais saudáveis, gerando mudanças na cultura da comunidade no que se refere à alimentação, nutrição, saúde, respeito ao meio ambiente e a qualidade de vida de todos.

Hoje, a educação escolar precisa ter como finalidade o desenvolvimento de instrumentos pedagógicos, para que possa inserir o aluno não só na parte teórica dos assuntos abordados, como também na parte prática das atividades, a fim de desenvolver sujeitos críticos, capazes de mudar aspectos relevantes da realidade. Através da horta na escola, abre-se um leque de possibilidades, e dentro destas, destacamos a finalidade de gerar hábitos alimentares saudáveis, promovendo a saúde, qualidade de vida e, conseqüentemente, por meio destas ações desenvolvidas, estimular o trabalho pedagógico dinâmico, participativo, prazeroso e de integração das pessoas que estão envolvidas.

Pode ser trabalhado na horta assuntos globais envolvendo temas delicados, como o uso exagerado de agrotóxico e o que isso impacta em todas as formas de vida, bem como incentivar o consumo de alimentos naturais. Assim, a horta serve como fonte de alimentação, além de ser um local de atividades didático-pedagógicas, em que os alunos podem unir a teoria com a prática, envolvendo a comunidade para obter alimentos de qualidade e de baixo custo. Tendo como objetivo principal, estabelecer novos rumos para formar cidadãos hábeis e formadores de opinião,

utilizando métodos para uma qualidade de vida mais saudável e o controle sobre alimentos industrializados, estabelecendo e reforçando as ligações entre o cuidar, o plantar, o colher e o consumir.

2 MATERIAL E MÉTODOS

O projeto foi desenvolvido na Escola Antonio Camelo Barbosa localizada na comunidade Bom Jardim, município de Sigefredo Pacheco-PI. No início do projeto, foi realizada uma palestra com professores e pais de alunos sobre importância desse projeto para a comunidade escolar.

Depois da escolha do local, foi realizada a limpeza e colocados tijolos em fileiras para a construção dos canteiros. Foram feitos dois canteiros, cada qual com dois metros e meio de comprimento por um metro de largura. Durante o desenvolvimento dos canteiros, por ser em um final de semana, apenas um aluno compareceu para ajudar na construção, além do diretor e de dois moradores da comunidade.

Além do cheiro verde e coentro, foram realizadas plantações fora do viveiro, como pimenta de cheiro, girassol, mastruz, capim de cheiro, cidreira e plantas ornamentais. Quem tinha determinada planta em casa trazia e plantava na escola. Foi muito gratificante, pois todos os materiais utilizados na horta foram doadas pelos alunos, diretor e moradores, sendo apenas o sombrite doação dos estudantes do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, da Universidade Federal do Piauí, propositores do projeto. Grande parte das sementes e mudas foram trazidas pelos próprios alunos de suas residências.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A execução do projeto iniciou com a apresentação do próprio diretor da escola em reunião com os professores, pais de

alunos, e demais funcionários da instituição.

A construção da horta na escola foi uma boa ideia pedagógica, pois as crianças têm a oportunidade de trabalharem em grupo, valorizando a natureza e o meio sustentável, como também a valorização de hábitos alimentares saudáveis.

Antigamente, produtos industrializados eram mais consumidos por pessoas que moravam em grandes centros urbanos, mas hoje, a realidade é outra, pois pessoas que moram em pequenas comunidades consomem bastantes alimentos industrializados, havendo, assim, uma significativa mudança negativa nos hábitos alimentares de várias famílias.

Hoje em dia, em nome da praticidade e da falta de tempo, os consumidores compram, prioritariamente, alimentos que agradam o paladar, e cuja preparação não exige tempo, demonstrando o lugar que a saúde tem entre suas prioridades. Essas mudanças têm acarretado inúmeros problemas de saúde. Roger (2006) alerta que, nas últimas décadas, nos países industrializados, ocorreram profundas mudanças no estilo de vida com respeito ao uso, gasto e hábitos alimentares. Muitas pessoas seguem a dieta caracterizada por excesso de calorias e o frequente desequilíbrio de nutrientes.

Através da horta, mostramos na comunidade que, por meio de pouco investimento, conseguimos melhorar os hábitos alimentares dos alunos. E isto é possível porque a escola é um espaço social, onde várias pessoas convivem, aprendem e trabalham, onde professores e estudantes passam a maior parte de seus tempos. Além disso, é na escola que os programas de educação e saúde podem ter maior repercussão, beneficiando os alunos na infância e na adolescência.

Durante a apresentação, o diretor falou da importância que a horta teria para a educação contextualizada e que poderia ser utilizada pelos professores como instrumento pedagógico, valorizando a Agricultura Familiar da comunidade local e regiões

vizinhas. Poderia ser trabalhado por todos os professores não só, especificamente, a área de ciências, como também as disciplinas de matemática, história, português, inglês e geografia. Assim, os professores poderiam contextualizar seus conteúdos, dialogando com a realidade de cada sujeito do campo, oferecendo uma educação de qualidade e humanizada.

Além disso, a horta na escola facilita bastante aos professores de diversas disciplinas realizarem as aulas práticas. Morgado e Santos (2008) afirma que a horta inserida no ambiente escolar pode ser um laboratório vivo que possibilita o desenvolvimento de diversas atividades pedagógicas em educação ambiental e alimentar, unindo teoria e prática, de forma contextualizada. Os professores poderão desenvolver projetos voltados à alimentação saudável, educação ambiental, desenvolvimento sustentável, agroecologia, dentre outros. Assim, eles terão a oportunidade de conhecer e experimentar os alimentos isentos de agrotóxicos, da forma como nossos antepassados produziam.

Esperamos, através da Horta Escolar, poder tornar mais significativo e estimulante o processo de aquisição do conhecimento e promover aos seus envolvidos um pensar mais crítico e investigativo sobre a importância das famílias que vivem no campo e sua contribuição para a sociedade. A valorização das famílias e das atividades desenvolvidas por elas é um aspecto importante a ser considerado pela escola, como um meio que pode trazer informações e viabilizar possíveis soluções para os seus problemas, desenvolvendo projetos no ambiente escolar que estimulem os jovens a mudarem este cenário. A partir daí, as famílias buscarem os meios que necessitam para minimizar e, até mesmo, superarem suas dificuldades.

Diante deste contexto, a escola tem uma grande missão com os jovens destas famílias, pois exerce um papel fundamental na formação de seus indivíduos. Ela deve buscar incentivar nos

estudantes, trabalhos educativos que tenham mais interação uns com os outros, em busca da coletividade para o manejo da horta, trabalhando a reeducação alimentar dos jovens e crianças dentro de um ponto de vista sociocultural.

Outro fator importante, é que os alunos estão levando essas informações de manejo às suas famílias, para que possam produzir diversos legumes e verduras sem uso de veneno. Magalhães (2003) afirma que utilizar a horta escolar como estratégia, visando estimular o consumo de hortaliças, torna possível reeducar a alimentação das crianças. Interessante, ainda, é que as hortaliças cultivadas na horta escolar fazem muito sucesso quando tornam-se presentes na alimentação diária dos estudantes, integrando a merenda escolar, pois elas representam o fruto do trabalho deles próprios.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Horta Escolar é de grande relevância para a escola, sobretudo quando esta instituição está localizada no campo, mas é um processo muito difícil, que precisa ser trabalhado nas escolas municipais, de forma que realmente sejam contextualizados os conteúdos. O desenvolvimento do projeto possibilitou a prática de diversas atividades pedagógicas em educação ambiental e alimentar, auxiliando no processo de ensino-aprendizagem, permitindo a ação de trabalho coletivo entre os alunos e da escola com a comunidade.

O projeto foi bem aceito e reconhecido pelo diretor da escola como uma excelente alternativa de dinamizar o currículo escolar. Porém, para se concretizar um projeto com todos esses objetivos, precisa-se, antes de tudo, dedicação por parte de todos os professores, e responsabilidade dos alunos. Como executores do projeto “produção de alimentos em ambiente escolar” nos prontificamos a passar mais alguns meses à frente dos serviços de melhorias e ampliação do projeto.

REFERÊNCIAS

MAGALHÃES, A. M. **A horta como estratégia de educação alimentar em creche**. 2003. 120 f. Dissertação (Mestrado em Agrossistemas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

MORGADO, F.S.; *SANTOS, M. A. A. dos*. A horta escolar na educação ambiental e alimentar: experiência do Projeto Horta Viva nas Escolas Municipais de Florianópolis. **Extensio: R. Eletr. de Extensão**, Florianópolis, v. 5, n. 6, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/extensio/article/view/9531>. Acesso em: 12 jun. 2017.

ROGER, J. P. **O poder medicinal dos alimentos**. São Paulo: Casa Publicadora Brasileira, 2006.

PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA E OS SERÕES FORMATIVOS NA ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA SANTA ÂNGELA

Letícia Alves Pereira

*Acadêmica do Curso de Licenciatura em Educação do Campo da UFPI
de Teresina*

Keylla Rejane Almeida Melo

Docente do Curso de Licenciatura em Educação do Campo/UFPI

Raimunda Alves Melo

Docente do Curso de Licenciatura em Educação do Campo/UFPI

1 INTRODUÇÃO

Construir uma educação em que todos os envolvidos sejam considerados peças importantes para a construção do saber tem sido uma tarefa difícil, porém muito discutida por pessoas que a defendem e, principalmente, por povos tradicionais que sentem o peso de uma urbanização crescente do ensino que lhes é oferecido. Diante dessa problemática, movimentos sociais e sindicais rurais, algumas entidades religiosas, em parceria com as populações camponesas, lutam por projetos educativos que valorizem seus saberes, conhecimentos e contribuam para o atendimento de seus anseios e necessidades, como é o caso do projeto educativo proposto pelas Escolas Famílias Agrícolas – EFAs. Essas escolas defendem uma educação que leve em conta as vivências e experiências dos sujeitos a quem se destina.

No Bloco IV do Curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEdoC), como atividade do Tempo Comunidade, realizamos pesquisa na Escola Família Agrícola Santa Ângela (EFASA), localizada em Pedro II/PI, a partir da qual elaboramos

e executamos projeto de intervenção no Bloco V, de forma a promover mudanças em algum aspecto que se colocou como problemático na condução do processo educativo.

O projeto foi de fundamental importância, por conta de sua relevância social e acadêmica, pois potencializaria um instrumento pedagógico da Pedagogia da Alternância, *os serões*, favorecendo a formação dos educandos, contribuindo para o desenvolvimento de sua criticidade através do estudo de temas que são de fundamental importância para a formação humana e profissional de jovens do campo, a saber: gênero, etnia, identidade, bem como, temas relacionados ao campo, como: sementes crioulas, tradições e culturas dentro das comunidades na qual pertencem os alunos, entre outros.

2 METODOLOGIA

A proposta do projeto foi fortalecer um instrumento pedagógico existente nas EFAs, *os serões*, para discutir temas de relevância social e, assim, possibilitar a formação política e crítica de jovens estudantes dessa escola, potencializando este instrumento da Pedagogia da Alternância, pois, durante a pesquisa realizada no Bloco IV, observou-se a perda de interesse dos estudantes do nível técnico em participar desses momentos, que são de grande relevância para a formação humana e cidadã.

Iniciou-se a trabalhar as etapas do projeto no mês de junho do ano de 2018. A metodologia que se utilizou na execução do projeto de intervenção teve como propósito garantir o envolvimento da comunidade escolar em geral, em trabalho coletivo. O **Projeto Serões Formativos na Escola Família Agrícola Santa Ângela** sucedeu-se em fases, conforme-descrito abaixo:

- **Primeira fase:** Apresentação do projeto à comunidade escolar e aplicação de questionários aos alunos das duas quinzenas;
- **Segunda fase:** Triagem das informações obtidas por meio do questionário aplicado e apresentação dos resultados à comunidade escolar;
- **Terceira fase:** A partir dos temas escolhidos, houve a realização das discussões com os temas sugeridos pelos alunos.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O propósito desse item é apresentar os resultados decorrentes das atividades realizadas com e pelos alunos da Escola Família Agrícola Santa Ângela. Sabendo da importância da escola para o processo de formação crítica dos jovens e com o objetivo de intervir na problemática já citada, iniciou-se os trabalhos com a apresentação do projeto de intervenção aos agentes envolvidos e, após a explicação da proposta, aplicou-se um questionário, que foram respondidos por 120 alunos, a fim de traçar um perfil dos alunos e protagonistas do projeto, observar a postura destes diante do instrumento pedagógico, os serões, e ter uma noção sobre a relação destes com os temas sugeridos, bem como receber sugestões de outros temas para serem trabalhados.

A análise dos questionários possibilitou evidenciar as seguintes questões:

- Foi possível constatar que a maioria dos entrevistados são do sexo masculino, sendo 53%; e 47% do sexo feminino. Possuem uma faixa etária entre 14 a 19 anos. Em síntese, todos são adolescentes, uma fase da vida marcada por desafios e potencialidades, necessitando de atenção

familiar e de outras instituições educativas, como as escolas, por exemplo.

Outra resposta analisada, ainda sobre o perfil dos entrevistados, foi referente à cor que se consideram, em que foi possível constatar que a maioria dos entrevistados se declarou como pardos (60%); posteriormente, vem os brancos (25%), 5% se reconhece como negros e 2% indígenas, sendo que em uma outra pergunta, nove entrevistados dizem que pertencem a algum grupo étnico, entre os citados, quilombolas e indígenas, e, ainda, 8% preferiu não responder a esse questionamento sobre sua cor.

Ao indagar os alunos sobre o que eles entendem por *serões*, obteve-se várias respostas e fazendo um resumo destas, eles veem como um momento de formação crítica, cidadã e humana, de debate e reflexão sobre questões atuais, descontração, familiarização e interação entre os alunos, e outros ressaltam que é tudo isso, mas quando não há um planejamento e um aprofundamento do tema, parece mais como se fosse um passa tempo. Monteiro (2010, p. 62) descreve os serões “como ferramenta social, com a utilidade de aprender com o outro, uma ferramenta da alternância que tem potencial de transformação social muito importante”. Considerando a forma como este instrumento pode ser usado, é possível fazer reflexões a respeito de inúmeros temas e problemáticas.

Uma outra pergunta foi sobre a leitura de livros, na qual perguntou-se a quantidade de livros já lidos neste ano, na qual se percebeu que o maior número, 38%, é correspondente aos entrevistados que ainda não leram nenhum livro este ano, porém os outros atores entrevistados manifestaram-se afirmando que já leram algum livro este ano. Em uma outra alternativa ainda sobre a leitura de livros, perguntou-se sobre o tipo de livro que lhes atraem e que já leram, sendo os mais citados: aventura, ação, romance, psicologia, literatura, suspense, ficção e ação. Assim, percebeu-se que não há engajamento destes em relação à leitura

de livros educativos ou com alguma ligação com as questões sociais.

Em outra questão presente no questionário, pediu-se que estes assinalassem temas que lhes interessam para serem trabalhados nos serões. Ao analisar as respostas, foi possível perceber que os temas mais solicitados foram: raça e etnia (24%), relações de gênero (19%), drogas (18%) e educação sexual (15%). Ainda houve os temas sugeridos em um espaço deixado para os alunos opinarem, sendo os citados: suicídio, pedofilia, culturas piauienses, abuso sexual, racismo e preconceito.

As últimas duas perguntas presentes no questionário foram sobre as possíveis metodologias sugeridas por estes para os trabalhos dos temas sugeridos, sendo indicados: debates, dinâmicas, gincanas, filmes, peças teatrais e documentários, relacionados aos temas, que tenha um espaço maior e mais dinâmico para eles exporem suas ideias, trabalhos em grupos e palestras.

Entendendo que é de fundamental importância trabalhar a atual conjuntura do país, por ser um ano de eleições e acirramento de diversas discussões e contradições, decidiu-se com os responsáveis pelos serões que a primeira atividade teria como tema “cidadania”, fazendo relação, principalmente, com processo eleitoral. Esta atividade foi desenvolvida no dia 11 de setembro de 2018, através de uma discussão mediada por um monitor da instituição. Nessa ocasião, fez-se um regaste de nossa história, trabalhou-se a importância da cidadania, da participação política dos jovens e, também, sobre a importância de se fazer uma análise das propostas dos candidatos. Após toda a atividade formal e colocações de opiniões dos alunos, lançou-se uma proposta de atividade, que consistiu-se numa simulação de eleições, como se fosse uma eleição de grêmio estudantil. Os alunos mostraram-se bastante empolgados e, desse modo, fez-se uma divisão, na qual formou-se duas chapas e separou-se duas

turmas que não ficariam envolvidos com campanhas e eram os que estavam aptos a votar.

Cada chapa elegeu seus representantes, um presidente e vice-presidente, e os outros integrantes ficaram responsáveis pela coordenação da campanha, incluindo as seguintes responsabilidades: montar e divulgar as propostas, buscar parceiros e organizar o debate. Sendo assim, a proposta foi lançada no dia 11 de setembro, e os dias posteriores, quarta-feira, dia 12 de setembro até domingo, dia 16 de setembro, os estudantes ficaram disponíveis para realizar suas campanhas, sendo que estes tinham horários e só podiam fazer durante o dia, nos intervalos.

Já no serão do dia 17, ocorreu o debate entre os candidatos a presidente de cada chapa, em que responderam perguntas feitas pelos eleitores, na qual estava dentro de uma caixinha e fazia-se o sorteio. Na terça-feira, dia 18 de setembro, realizou-se a votação e à noite, a apuração, na qual teve como vencedora a chapa 40. A atividade visava mostrar a importância do exercício da cidadania e conscientizar os alunos diante disto, além de observar o posicionamento destes mediante essas situações, sendo possível realizar reflexões a respeito da mesma.

Após a apuração, foi realizada também uma avaliação da atividade, onde foi considerada muito boa, pois aconteceu uma aproximação entre turmas, os alunos estiveram bastante engajados, buscaram apoiadores fora da escola: locutores de rádio, cantores de bandas regionais, jogadores de futebol e universitários da UFPI e UESPI, e apesar de ser apenas uma atividade de simulação, algumas das suas propostas mostraram-se bastante pertinentes e conseguiu-se viabilizar algumas, como o aumento do período de avaliação de 3 dias para 4 dias; a realização de atividades que integrem não só as turmas do ensino médio, mas também os alunos do ensino fundamental; a realização de atividades recreativas, além do futebol; e ainda viu-

se muito nas proposta a presença de representantes de turma nos conselhos de classe, algo que ainda não foi viabilizada. Nesta avaliação, foi colocado que é muito comum votar não pelas propostas, mas por amizade.

No dia seguinte, 19 de setembro de 2018, esteve presente o sociólogo e professor do Instituto Federal do Piauí em Pedro II, Marcelino Fontelles, para falar sobre a conjuntura atual do país. Ele destacou, em sua fala, alguns pontos, como: as crises econômicas e políticas, o golpe parlamentar, a perda dos direitos da classe trabalhadora, legalização das armas, tráfico e a privatização das instituições federais. Após, abriu-se espaço para os alunos fazerem suas colocações. Vale ressaltar que, nesta palestra, estavam presentes os alunos do ensino médio e os do ensino fundamental.

Dentro desse processo de implementação das atividades deste projeto, foi possível entender e evidenciar que a comunidade escolar, mesmo percebendo a necessidade de mudanças e de intervenções na conduta dos serões na escola, não está tão aberta a propostas, pois em alguns momentos, como por exemplo, nos dias em que esteve-se na escola para a apresentação da proposta e aplicação do questionário, realizaram uma avaliação do andamento dos serões, na qual os alunos expuseram suas opiniões e os responsáveis pela execução desta atividade na instituição não aceitaram as colocações por parte dos educandos. Viu-se, também, que se criou um incômodo quando se fala das atividades deste projeto, na qual passou a criar empecilhos para a não execução deste.

Entendendo que esse processo de ruptura e quebra de paradigmas é lento e necessário, e que é preciso pensar a escola com um espaço de transformação e construção de outras atividades que estão programadas para acontecer, como o trabalho com os temas raça e etnia, relações de gênero e, principalmente, a prevenção das drogas.

4 CONCLUSÕES

Com esse projeto, foi possível perceber que existem muitas dificuldades relacionadas ao conservadorismo presente no ambiente escolar e uma visão deste apenas com um espaço de aprendizado de conteúdos curriculares, ficando nítido que é de grande importância este projeto, nesta desconstrução e no trabalho com os jovens com estes temas, apresentando-se como um espaço capaz de promover debates e reflexões, sensibilização dos profissionais da escola sobre a importância de se trabalhar temas atuais, incentivando, assim, a introdução de trabalho destes temas nos serões. Certamente, também contribuindo para o desenvolvimento da criticidade, formação política e oportunizando a participação dos alunos na escolha de temas e a potencialização dos serões, resgatando-os para que sejam um espaço interdisciplinar e de discussão das questões sociais.

REFERÊNCIAS

- BOSI, A. Cultura Brasileira. Dentro: MENDES, D. T. (Coord.). **Filosofia da Educação Brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.
- COSTA, A. C. G **O professor como educador: um resgate necessário e urgente**. Salvador: Fundação Luís Eduardo Magalhães, 2001.
- CZEKAILO, C. M. P; QUADROS, E. A. **Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE**. Paraná: Secretária de Educação, 2013.
- FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1992.

MONTEIRO, M. A. (Org.) **Retrato falado da alternância:** sustentando o desenvolvimento rural através da educação. São Paulo, SP : CEE/TEPS, 2000.

FEIRA DE CIÊNCIAS NA ESCOLA INSTITUTO MUNICIPAL JOÃO FRANCISCO ANDRADE

Joice soares de Oliveira

*Acadêmica do Curso de Licenciatura em Educação do Campo da UFPI
de Teresina*

Keylla Rejane Almeida Melo

Docente do Curso de Licenciatura em Educação do Campo/UFPI

Raimunda Alves Melo

Docente do Curso de Licenciatura em Educação do Campo/UFPI

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho descreve a implementação do projeto Feira de Ciências, realizado no Instituto Municipal João Francisco Andrade, localizado no centro da cidade de Juazeiro do Piauí, a 164 Km da capital Teresina. O estudo que deu sustentação ao projeto foi desenvolvido durante o Tempo Comunidade do bloco V, do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Por meio deste, observou-se a estrutura física da escola, o currículo, a relação de interação, o Projeto Político Pedagógico, a gestão e sala de aula, permitindo realizar um diagnóstico do ambiente escolar, através da análise das informações coletadas. A partir do diagnóstico da área de atuação, identificou-se que os alunos precisam de um incentivo maior para desenvolverem sua criatividade, autoconfiança e oralidade. Nessa perspectiva, chega-se à conclusão que a realização de uma feira de ciências na escola seria de grande relevância, não só para os alunos, mas para toda a comunidade escolar.

Importante destacar que as primeiras Feiras de Ciências surgiram no Brasil na década de 1960, sendo caracterizadas por

apresentarem trabalhos resultantes de experiências feitas em aula ou montagem de aparatos utilizados com fins demonstrativos (MANCUSO, 2005). Este autor reforça que, em âmbito escolar, as feiras são compostas por trabalhos feitos em sala de aula, com a ajuda dos professores, sendo estes colocados em exposição na feira, para todos os visitantes.

Neste contexto, a Feira de Ciências realizada na escola teve participação de todos os professores, alunos da manhã e tarde, estudantes da escola estadual e de outros cursos, como o de administração. Para sua realização, foram utilizados diversos materiais, alguns trazidos pelos próprios alunos e outros fornecidos pela Secretaria de Educação de Juazeiro do Piauí. As oficinas para a confecção dos trabalhos foram realizadas em quatro dias. Além dos experimentos, maquetes, desenhos, houve palestras com a nutricionista do Posto de Saúde, fala da Secretária de Saúde de Juazeiro do Piauí e o relato de experiência de um ex-dependente químico do município de Castelo do Piauí, que trabalha na cidade de Juazeiro do Piauí.

A realização da Feira de Ciências visou incentivar o conhecimento científico dos estudantes do Instituto Municipal João Francisco Andrade. E, mais especificamente, despertar nos estudantes o caráter investigativo e a criatividade; estimular a comunicação oral e o desenvolvimento da autoconfiança; fortalecer os vínculos entre os estudantes e a comunidade escolar.

2 MATERIAL E MÉTODOS

As oficinas de preparação para a realização da Feira de Ciências foram realizadas durante 4 dias, sendo que cada professor responsável, escolhia a metodologia que ajudasse os alunos a entenderem os conteúdos. Para tanto, além das explicações orais dentro e fora da sala de aula, houve aulas

expositivas através de esquemas, artigos, vídeos, filmes, visando a compreensão dos estudantes.

Os temas e trabalhos das turmas para a feira foram:

- 5º ano: **Ar na Terra**. Foi apresentada uma experiência com os balões e com lamparina. Com o calor do fogo, o balão enchia de ar.
- 6º ano: **Ciclo da Água**. Foi confeccionada uma maquete sobre o ciclo da água na natureza e um experimento com um filtro feito de garrafa pet, representando as camadas de solo que a água passa até chegar aos lençóis freáticos.
- 7º ano: **Mamíferos e Aves**. Foram apresentadas as células animal e vegetal, cartazes com animais que estão em risco de extinção, e diferentes tipos de ovos.
- 8º ano: **Diabetes**. Foram apresentados os dois tipos de diabetes, os alimentos que podem e quais não podem ser consumidos por um diabético, além da presença da enfermeira da cidade, para fazer o teste de glicemia.
- 9º ano: **Química e Física**. Diversos experimentos sobre os conteúdos desses dois componentes curriculares foram realizados. Tomando por base nosso cotidiano, foi mostrada a queima de algumas substâncias, e a erupção do vulcão.
- Turma de EJA: **Drogas**. O grupo responsável mostrou os malefícios do uso de drogas, cartazes com fotos de pessoas famosas que são usuárias, e outras que morreram pelo uso de drogas. E, ainda, outro cartaz com aqueles que estão em clínica de reabilitação.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Feira de Ciências foi desenvolvida na escola Instituto Municipal João Francisco Andrade, tendo sido um trabalho que envolveu toda a equipe da escola, havendo a relação entre todos.

Neste caso, foi realizada no dia 14/09/2018, das 7h00 às 11h00 da manhã, no pátio da escola, com a exposição de todos os trabalhos preparados pelos alunos, estando separadas por turma, do 5º ano ao EJA.

No quesito pedagógico, esta iniciativa pode ser entendida como educação formal e não-formal, pois a realização de uma feira extrapola o espaço escolar, sendo, também, um espaço não-formal de ensino, pois envolve diferentes tipos de saberes, não apenas o científico. Ao interligar os conteúdos de ensino à realidade dos alunos, o saber popular é valorizado, e contribui para a explicação dos fenômenos e assuntos estudados e apresentados.

Segundo Farias (2006), a análise de relatos de pesquisa e depoimentos de pesquisadores de instituições de ensino não-formal mostra a possibilidade de se criar interações sociais que resultariam em aprendizagem efetiva. Buscou-se essa interação durante a Feira, sendo que só foi possível porque houve o estudo detalhado e pesquisas para a elaboração do evento, no qual constatamos que traria benefícios para toda a comunidade escolar.

Em relação às Feiras, Pereira (2000) diz que este tipo de evento didático-pedagógico, incentiva a atividade científica, favorece a realização de ações interdisciplinares, estimula o planejamento e execução de projetos, estimula o aluno na busca e elaboração de conclusões, a partir de resultados obtidos por experimentação, além de desenvolver a capacidade do aluno na elaboração de critérios para compreensão de fenômenos ou fatos, pertinentes a qualquer tipo, quer cotidiano, empírico ou científico.

Durante toda a elaboração da Feira, desde conversas com a equipe da escola, entrega de materiais, confecções dos trabalhos, houve dificuldades, no qual os desafios foram desgastantes, porém com muito apoio e persistência, superou-se

cada adversidade. Pelo fato de os estudantes não terem conhecimento de Feira, houve bastante perguntas a respeito do assunto, que foram esclarecidos durante a aula; e, neste momento, os alunos se comprometeram bastante na confecção dos trabalhos, desde o estudo dos assuntos, apresentações, dentre outros.

Foi um momento de muito aprendizado para todos e orgulho de toda a equipe da escola, ver cada estudante apresentando seus trabalhos para todos os presentes. Houve palestras com a nutricionista do Posto de Saúde, falando sobre a doença diabetes, que está acometendo várias pessoas no município e a fala de um ex- dependente químico, que trouxe um depoimento bastante reflexivo, pois sendo a escola localizada na cidade, tem a preocupação dos estudantes se envolverem com as drogas.

4 CONCLUSÕES

Conclui-se que, com a realização da Feira de Ciências, os estudantes mostraram-se mais participativos, comunicativos, a relação entre a escola/ aluno / comunidade melhorou bastante. Os conteúdos tornaram-se mais divertidos, e os alunos iam além das explicações dos professores em sala, buscavam outros exemplos para os trabalhos. Identificamos que a criatividade foi estimulada, sendo que todos os trabalhos foram confeccionados pelos próprios alunos.

REFERÊNCIAS

FARIAS, L. N. Feiras de ciências como oportunidade de (re) construção do conhecimento pela pesquisa. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências e Matemática) - Universidade Federal do Pará. Belém. 2006.

MANCUSO, R. **Programa Estadual de Feiras de Ciências do Rio Grande do Sul.** Porto alegre: SEC/CECEPISRS, 2003.

PEREIRA, A. B. **Feira de Ciências.** Canoas: Ulbras, 2000.

FEIRA DE CIÊNCIAS NA UNIDADE ESCOLAR MONSENHOR MATEUS

Ednelma do Carmo da Cruz

*Acadêmica do Curso de Licenciatura em Educação do Campo na
UFPI/Campus Teresina*

Wesley Alves

*Acadêmico do Curso de Licenciatura em Educação do Campo na
UFPI/Campus Teresina*

Raimunda Alves Melo

Docente do Curso de Licenciatura em Educação do Campo/UFPI

Keylla Rejane Almeida Melo

Docente do Curso de Licenciatura em Educação do Campo/UFPI

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Por meio dos vínculos estabelecidos entre os licenciandos da Educação do Campo e a Unidade Escolar Monsenhor Mateus durante períodos anteriores, foi possível discutir a elaboração e execução do projeto de intervenção, que tinha como mote a realização de uma Feira de Ciências. Após a análise da proposta e o diálogo entre os envolvidos, demos o primeiro passo para a sua concretização.

Apesar de a escola está localizada no centro do município de Sigefredo Pacheco-PI, esta possui características campestres, já que abrange, em grande escala, alunos oriundos do campo. Assim, fez-se necessária a efetivação de procedimentos extra sala de aula, visando a aproximação e apropriação dos alunos com saberes e fazeres de suas comunidades, considerando suas características peculiares e culturais.

Durante todo o processo de preparação da Feira, percebemos os anseios dos alunos em aprender de forma diferenciada, de acordo com a proposta, fator importante que garantiu o sucesso dos trabalhos confeccionados e apresentados. Observar a realidade dos alunos despertou o interesse deles em aprender através de métodos que fogem do modelo tradicional de ensino que vem sendo aplicado em sala de aula.

Segundo Silva e Aragão (2012, p. 50), “o ato de observar é fundamental para compreendermos as relações de sujeitos entre si e com o meio em que vivem”. Baseados nesta afirmação, ressaltamos a importância do ato de observar para compreender, elaborar estratégias de ação que melhor condizem com a realidade, destacando a importância do professor do campo, que vai além de estimular a permanência do aluno. É importante promover a valorização da vida no campo, sensibilizando os alunos para a importância da apropriação de saberes científicos, trabalhando habilidades que irão contribuir de forma significativa na vida de cada um.

Na perspectiva de estimular os alunos no que se refere à comunicação oral e provocação da criatividade, sempre relacionando teoria e prática e despertando a curiosidade e senso de investigação dos alunos, todas as atividades foram devidamente planejadas dando sentido à proposta. Além da finalidade de contribuição na formação dos conceitos científicos, a intervenção funcionou também como inovação e alternativa de viabilizar o desenvolvimento de habilidades cognitivas.

Espaços não-formais possuem características próprias quanto à autonomia na busca do saber em um ambiente capaz de despertar emoções que se tornem aliadas de processos cognitivos dotados de motivações intrínsecas para a aprendizagem de ciências (QUEIROZ, 2002).

Dessa forma, este texto apresenta um relato das experiências vivenciadas durante a execução do referido projeto

de intervenção, que teve como eixo central: “O que nós professores de ciências deveríamos conhecer – em um sentido mais amplo de 'saber' e 'saber fazer' - para podermos desempenhar nossa tarefa e abordar de forma satisfatória os problemas que esta nos propõe?” O objetivo a ser alcançado foi contribuir na formação dos conceitos científicos e desenvolvimento cognitivo dos alunos, preparando atividades capazes de gerar uma aprendizagem efetiva, usando a contextualização como recurso principal, por meio do qual se busca um novo significado ao conhecimento da matéria escolar.

2 MÉTODOS

A concretização do projeto teve início no dia 03 de março de 2019, com a apresentação deste aos professores da escola e, logo em seguida, a apresentação da proposta para os alunos. Desde então, começamos a trabalhar na perspectiva de realizar a culminância até o final do mês de abril.

Os temas trabalhados foram escolhidos junto à professora de ciências da escola, respeitando o que propõe a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), para realizar a Feira de Ciências. Primeiro, foi trabalhada a explicação dos conteúdos em sala de aula, explorando o conhecimento dos alunos, mostrando a eles a parte teórica para que, posteriormente, fosse trabalhada a prática. A feira de ciências foi fundamentada na pesquisa-ação, que, conforme Thiolllet (2005, p. 16):

é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo.

Todas as turmas da escola participaram do projeto. Cada turma dividiu-se em grupos de 7 a 8 pessoas, e com orientação

dos discentes e dos professores da escola, os alunos começaram a produzir em sala de aula seus trabalhos para apresentarem. Foram confeccionadas maquetes, modelos didáticos, cartazes, ilustrações, planejadas experiências. Muitos alunos tiveram criatividade de sugerir experiências e socializaram ideias.

A exposição ocorreu no pátio da escola, no dia 11 de abril de 2019, data marcada pela direção da instituição, nos turnos manhã e tarde. Todos os alunos apresentaram seus trabalhos, explicando-os aos visitantes (pais, colegas de classe, professores e comunidade). A Feira de Ciências na Unidade Escolar Monsenhor Mateus foi uma intervenção proposta pelos discentes, que com o apoio da direção e corpo docente, se concretizou.

3 RESULTADOS

O ensino de ciências naturais nas escolas do campo enfrenta muitas dificuldades em relação à elaboração de aulas práticas que visem uma melhor aprendizagem dos conteúdos por parte dos alunos. Apesar de terem à disposição um verdadeiro laboratório a céu aberto, os professores tendem a se prender ao campo tradicional, com aulas que se tornam enfadonhas e cansativas. Com o objetivo de mudar essa situação, a feira de ciências foi trabalhada, pois, através da prática, os alunos despertaram um interesse maior para aprender os conteúdos da disciplina.

Nesse sentido, buscamos não apenas uma exposição dos trabalhos confeccionados pelos alunos, como também comprovar o quanto é prazeroso trabalhar as ciências naturais na prática, com aulas diferenciadas, que fujam do tradicionalismo. Até mesmo alunos que não conseguiam ter bons resultados sobressaíram-se na hora da prática, mostrando como é preciso inovar o ensino, com métodos que despertem o interesse, que busquem e incentivem cada aluno, de forma que as

especificidades sejam respeitadas e trabalhadas da melhor maneira possível.

Diante da ideia de buscar métodos inovadores para se obter um melhor processo de ensino e aprendizagem, os alunos puderam participar ativamente da organização da Feira. Percebemos que o trabalho em grupo também os estimula, com a divisão das tarefas, de modo que cada um desempenhe uma função. Isso lhes trouxe responsabilidades. A abrangência do projeto, portanto, trouxe a oportunidade de se trabalhar na perspectiva dos alunos conhecerem o princípio da coletividade, estabelecendo vínculos entre eles mesmos e também com os professores e discentes que orientaram os grupos.

As aulas para exposição dos conteúdos, de forma teórica, foi algo fundamental para se obter um resultado satisfatório, comprovando que a união de teoria e prática é fundamental para entusiasmar qualquer turma, uma vez que esses dois polos se complementam. A feira buscou repassar essa relação entre teoria e prática e entre os diferentes campos de aprendizagem que se pode explorar no ensino de ciências. É necessário, primeiro, buscar entender o que é que está sendo exposto, para depois, na prática, comprovar o que foi visto anteriormente.

A realização da Feira de Ciências na escola pode proporcionar um novo olhar aos alunos, principalmente no que se refere à disciplina de ciências, sair desse campo teórico de apenas ouvir e reproduzir o que o professor fala durante as aulas. Com a construção de trabalhos práticos, foi possível ver como estes podem produzir mais.

Vale ressaltar que são muitas as especificidades encontradas de turma para turma e, diante disso, é preciso inovar os métodos pedagógicos para atender melhor essas especificidades. Os resultados foram muito significativos para a escola, de modo geral, pois foi algo que proporcionou um trabalho coletivo envolvendo toda a escola, uma interação entre alunos e os profissionais da instituição.

Com a apresentação dos trabalhos, também foi possível trazer para o ambiente de estudo, os pais dos alunos, que ficaram maravilhados com os trabalhos feitos pelos seus filhos. A feira aberta ao público proporcionou momentos importantes para que a comunidade pudesse ver a produtividade dos trabalhos.

Os temas trabalhados foram: nutrição, alimentação saudável, misturas, fracionamento de misturas, a terra e sua estrutura, o sistema solar, os vulcões, a importância da água, a importância de se reciclar, as células, os peixes, as aves, os répteis, os anfíbios, os mamíferos, as classificações das plantas, a cadeia alimentar, os vírus, o sistema excretor, o sistema respiratório, unidades de medidas, ervas medicinais, os estados físicos da água.

As escolas do campo vivem uma situação complicada no que se refere a investimentos para que o ensino de ciências naturais possa avançar e se alcançar melhores resultados. Tudo isso são desafios. A realidade é difícil, mas pode ser mudada com um planejamento mais trabalhado pelos docentes, levando-se em consideração que o campo é um verdadeiro laboratório, e que o ensino pode ser explorado de diferentes formas, dentro do cotidiano dos alunos. Os conteúdos abordados em sala de aula podem ser trazidos para a realidade do campo, cabendo aos docentes proporcionar momentos assim, de exposição, de aulas práticas, de aulas ao ar livre, dentre outras formas que se desprendem do tradicionalismo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Feira de Ciências na Unidade Escolar Monsenhor Mateus proporcionou uma experiência que ainda não havia sido vivenciada pelos discentes durante o seu percurso, até então, feito dentro do ambiente acadêmico. Por este motivo, havia uma grande expectativa norteando este momento, já que a proporção que o projeto tomou dentro da escola foi maior do que havia sido

planejado. Isso contribuiu para o crescimento e fortalecimento da criatividade, capacidade e responsabilidade dos discentes.

É importante destacar, também, os inúmeros benefícios que o projeto proporcionou aos alunos, que, sem dúvidas, foram os protagonistas, pois estes trabalharam em grupo, estudaram e se dedicaram para explicar os trabalhos expostos aos seus visitantes. Conseqüentemente, houve maior assimilação dos conteúdos e eles mostraram habilidades que, por vezes, se ocultavam em sala de aula. Sem dúvidas, as ações desenvolvidas vieram a contribuir com todos os sujeitos envolvidos. O empenho de todos foi importante para a concretização das atividades. Assim, as metas que vislumbramos ainda na elaboração do projeto foram alcançadas, superando as expectativas.

A Feira de Ciências quebrou paradigmas do ensino tradicional em ciências naturais que, há muito tempo, se fazia presente na escola, acontecendo de forma prática e lúdica, trouxe uma aprendizagem concreta. Foram trabalhadas habilidades dos alunos, mostrando-lhes que são capazes de pesquisar, criar e confeccionar seus trabalhos com qualidade, assim obtendo conhecimentos da matéria e também de convívio social, através da interação com a própria turma, outras turmas envolvidas, professores e demais participantes. Trouxe aos discentes de Licenciatura em Educação do Campo uma reflexão acerca de suas práticas de ensino, assim como o papel fundamental a ser desempenhado na preparação dos sujeitos do campo para que assim sejam desconstruídos certos conceitos da sociedade atual.

REFERÊNCIAS

ARAGÃO, Raimundo Freitas; SILVA, Nubelia Moreira da. **A observação como Prática Pedagógica no Ensino de Geografia**. Fortaleza: Geosaberes, 2012.

QUEIRÓZ, Glória et al. Construindo saberes da mediação na educação em museus de astronomia e ciências afins/Brasil. **Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências.** 2002, vol. 2, n. 2, p. 77-88.

THIOLLET, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação.** São Paulo: Cortez, 2005.

A UTILIZAÇÃO DA TÉCNICA DE JARDINAGEM PELOS ALUNOS DO 3º ANO DO ENSINO MÉDIO NA UNIDADE ESCOLAR ANTONIO DEROMI SOARES COMO PROJETO DE CONSCIENTIZAÇÃO DO MEIO AMBIENTE

José Thiago Soares Beserra

*Licenciado em Educação Física pela Universidade Federal do Piauí,
PARFOR
Docente da Rede Estadual de Educação do Piauí*

Maria Fabiana Sousa Freitas

*Licenciada em Geografia pela Universidade Federal do Piauí, CEAD-
UFPI
Docente da Rede Estadual de Educação do Piauí*

1 INTRODUÇÃO

A humanidade se encontra em um momento conflituoso com o meio ambiente, e muitos não sabem o quanto o mesmo é de suma importância, já que contém em si uma imensa quantidade de formas de vida. Seguindo esse pensamento, fez-se um trabalho com os alunos do ensino médio, onde os mesmos utilizaram a técnica de jardinagem para o cultivo de plantas ornamentais nos corredores das salas de aula.

Para Carvalho (2001), a educação ambiental nas escolas pode ser determinante para a amenização dos problemas que, há anos, vêm sendo causados ao meio ambiente pela ação do homem. As crianças representam uma geração em formação e, como estão em fase de desenvolvimento cognitivo, supõe-se que nelas a consciência ambiental possa ser internalizada e traduzida de forma mais bem-sucedida do que nos adultos, já que ainda não possuem hábitos e comportamentos constituídos (CARVALHO, 2001. p. 46).

Para Freire (1987), o educador, ao ligar o conteúdo das ciências às questões do cotidiano, torna a aprendizagem mais significativa. As oficinas pedagógicas realizadas durante as aulas se desenvolvem apoiadas nas vivências dos alunos e dos fenômenos que ocorrem à sua volta, buscando examiná-los com o auxílio dos conceitos científicos pertinentes. É através de um ensino investigativo, provocativo, que o aluno começa a pensar e a refletir sobre o processo de construção do conhecimento (FREIRE, 1987).

Assim, utilizar-se de técnicas que auxiliem no desenvolvimento de sensibilização dos alunos sobre a importância de se preservar se faz necessária, pois é a partir dessa conscientização que temos uma chance de “produzir” cidadãos mais responsáveis e garantir as belezas proporcionadas pela natureza para as gerações futuras.

Para Mendonça et al (2011), o ambiente escolar é um dos primeiros passos para a conscientização dos futuros cidadãos para com o meio ambiente, por isso a educação ambiental é introduzida em todos os conteúdos, numa perspectiva interdisciplinar, relacionando o ser humano com a natureza. A inserção dela na formação de jovens pode ser uma forma de sensibilizar os educandos para um convívio mais saudável com a natureza. Este tema deve ser trabalhado com grande frequência na escola, porque é um lugar por onde passam seres aprendentes, ou que pelo menos deveriam passar, e quando se é criança, tem mais facilidade para aprender.

No pensamento de Carneiro (2011), acolher a diversidade é uma meta a que nos propomos, respeitando as particularidades e a riqueza inerentes em cada um. Através de práticas ecológicas, possibilitamos “a expansão da consciência, contribuindo para o desenvolvimento de um ser mais criativo, reflexivo, autônomo e solidário” (CARNEIRO, 2011, p.28).

Este trabalho possui como objetivo geral, compreender a relevância da preservação do meio ambiente através da técnica de

jardinagem utilizando plantas ornamentais da região de Buriti dos Montes-PI e, como objetivos específicos, avaliar noções básicas dos alunos sobre a importância da preservação do meio ambiente; socializar a importância da preservação do meio ambiente para os alunos; obter as mudas de plantas através de doações da comunidade escolar e aplicar a técnica de jardinagem com os alunos do ensino médio.

O presente artigo se fez justificável a partir do momento em que se nota a ausência de uma responsabilidade para com o meio ambiente, principalmente no meio escolar. Pois, se percebe que os alunos, por pouca maturidade, acabam por cometer atos que prejudicam não só aos mesmos, mas toda a comunidade escolar. Tais atos refletem em uma postura inadequada que torna o ambiente quase que insalubre. Dessa maneira, discutir sobre a preservação do meio ambiente se faz muito importante para que se possa ter cidadãos mais responsáveis.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Este estudo é uma pesquisa de caráter qualitativo e quantitativo, descritiva, na qual foram avaliados, ao todo, 54 alunos do 3º ano do ensino médio de uma escola estadual do município de Buriti dos Montes-PI, pois existe apenas uma escola estadual na zona urbana do município. Assim, estes correspondem a 99% da população de alunos que compõem as turmas de 3º ano do ensino médio da zona urbana e rural. Todos os participantes responderam de forma voluntária os questionários, e assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Os dados foram coletados por meio da aplicação de um questionário com perguntas objetivas, contendo 10 questões com respostas diretas sobre a importância de se preservar o meio ambiente, além de destacar a importância do papel do aluno sobre

essa questão. Além da aplicação do questionário, os alunos participaram de uma aula prática, onde plantaram mudas de árvores doadas pela própria comunidade escolar.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da pesquisa demonstram que os alunos têm conhecimento moderado sobre o meio ambiente e sua importância para a vida das pessoas, porém alguns alunos afirmam não cuidarem corretamente do mesmo. Este ato acaba por mostrar que, mesmo tendo a consciência de preservar, não se tem a garantia de que essa preservação aconteça.

No questionário foi explanado como os mesmos avaliavam a importância de preservar o meio ambiente, sendo que 93% dos alunos responderam que era de extrema importância, 5% dos alunos responderam que era de média importância e os outros 2% responderam que não tinha nenhuma importância.

Analisando os dados acima, percebemos que a relevância de se preservar o meio ambiente não atinge 100% da população de alunos estudados, isso é um reflexo que deve ser estudado, pois, na medida em que o aluno não tem a consciência de preservar, teremos um ambiente devastado.

Para Mendonça et al (2011), pode-se entender que a educação ambiental é um processo pelo qual o educando começa a obter conhecimentos acerca das questões ambientais, a partir da qual ele passa a ter uma nova visão sobre o meio ambiente, sendo um agente transformador em relação à conservação ambiental. Trabalhar educação ambiental nas escolas é de fundamental importância, pois é a partir dessa educação que estaremos garantindo um maior cuidado para com o meio ambiente. Outro dado que chama bastante atenção para a pesquisa, é a relação de quem são os responsáveis pela preservação do meio ambiente no ambiente escolar. Nele,

obtivemos os seguintes resultados, 72% dos alunos afirmam que a preservação é dever de todos que envolvem o ambiente escolar, 18% afirmam ser do diretor e coordenador da escola e 10% afirmam ser do zelador, vigia e merendeira.

Percebe-se, então, que boa parte dos alunos entendem seu papel em preservar, mas, ainda assim, se esperava que todos os alunos compreendessem sua participação na preservação. Assim, se observa que a grande tarefa da escola é proporcionar um ambiente escolar saudável e coerente com aquilo que ela pretende que seus alunos aprendam, para que possa, de fato, contribuir para a formação de cidadãos conscientes de suas responsabilidades com o meio ambiente e capazes de atitudes de proteção e melhoria em relação a ele (BRASIL, 1997, p. 53).

Outra questão de grande relevância para a pesquisa foi o que os próprios alunos faziam para preservar o meio ambiente: 64% dos alunos deixam o ambiente limpo e colocam o lixo no local adequado, 7% dos alunos afirmam não se importarem com seu lixo e que só de vez em quando colocam o lixo no local adequado, 29% assumem não se lembrar de colocar o lixo no local correto.

Deste modo, é imprescindível que a educação ambiental seja trabalhada nas escolas, pois sua implantação pode ser considerada uma das formas mais eficazes para a conquista de uma sociedade sustentável. Mendonça et al (2011) afirmam que, para conscientizar um grupo, primeiro é preciso delimitar o que se quer e o que deseja alcançar. Para que o interesse desperte no aluno, é necessário que o professor utilize a “bagagem de conhecimentos trazidos de casa” pelos alunos. Assim, deve-se haver uma correlação entre alunos e professores para que ambos possam, de uma forma conjunta, promover discussões saudáveis em relação à preservação ambiental.

4 CONCLUSÕES

A pesquisa mostrou-se exequível dentro dos padrões elencados, pode-se perceber que os alunos por pouca maturidade não compreendem, de certa forma, a real importância de se preservar o meio ambiente. Essa pesquisa também possibilitou compreender que se faz necessário o desenvolvimento de atividades que despertem no alunado o sentido de se preservar o meio em que eles estão inseridos.

Portanto, para tornar os alunos bons praticantes de preservação ambiental, o professor precisa adotar estratégias de interação social adequada à situação emergente (um planejamento eficiente). Terá de mobilizar os alunos intensamente, pois aprender a respeitar é algo construído com ações.

O professor precisa também convencer seus alunos a achar a preservação do meio ambiente algo interessante, desafiador e necessário, algo que, conquistado plenamente, dará uma melhor condição de vida saudável. Portanto, uma aula que deva despertar e cultivar o desejo de preservar para garantir o futuro de um lugar mais saudável.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: meio ambiente e saúde**. Brasília: SEF/MEC, 1997.

CARVALHO, I. C. M. Qual educação ambiental? Elementos para um debate sobre educação ambiental e extensão rural. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Porto Alegre, v. 2, n. 2, p.43-51, abr./jul. 2001.

CARNEIRO, S. L. **Escola Amigos do Verde: resiliência, amorosidade e ciência para a sustentabilidade**. Porto Alegre: Armazém Digital, 2011.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

MENDONÇA, A. B. de M. et al. A Importância da educação ambiental na escola nas séries iniciais. **Revista Faculdade Montes Belos**, v. 4, n. 1, set. 2011.



PARTE III

ESTUDOS DE COMUNIDADE

AÇÕES DE CONSCIENTIZAÇÃO DOS MORADORES DA COMUNIDADE LAJEIRO BRANCO EM ASSUNÇÃO DO PIAUÍ SOBRE O LIXO E SEUS IMPACTOS NO AMBIENTE

Marcus Vinicius Antunes dos Santos

*Acadêmico do Curso de Licenciatura em Educação do Campo da UFPI
de Teresina*

Pedro Luiz Oliveira Britto

*Acadêmico do Curso de Licenciatura em Educação do Campo da UFPI
de Teresina*

Keyla Cristina da Silva Machado

Docente do Curso de Licenciatura em Educação do Campo/UFPI

Raimunda Alves Melo

Docente do Curso de Licenciatura em Educação do Campo/UFPI

1 INTRODUÇÃO

O curso de Licenciatura em Educação do Campo apresenta, dentro de sua proposta, a formação docente em dois espaços/tempos formativos, o Tempo Universidade (TU) e o Tempo Comunidade (TC), que se desenvolvem por meio da Pedagogia da Alternância que, na visão de Correia e Batista (2012), é uma concepção teórica-metodológica voltada aos povos do campo, onde é estabelecido um elo entre teoria e prática,

relacionando o conteúdo científico à realidade discente, favorecendo o fortalecimento com o local de origem do aluno.

O Tempo Universidade (TU) é o período de estudo dentro da rotina universitária e nas salas de aula, de ter contato com os professores que ministram as disciplinas do curso, discutir os saberes científicos e a relação deles com o campo, conviver com diferentes histórias e pessoas e de organizar atividades e trabalhos. Já o Tempo Comunidade (TC), “é o momento em que os educandos realizam atividades de problematização e investigação da sua realidade comunitária (...). É o tempo em que se transferem os saberes acadêmicos para a vida no campo” (CORREIA; BATISTA, 2012, p. 177).

Nesse sentido, o presente texto se origina a partir de um elo de estudos dentro do TC, e representa a continuação dele. Ele surge como consequência de um projeto de intervenção elaborado anteriormente intitulado “Ações de conscientização dos moradores da comunidade Lajeiro Branco em Assunção do Piauí sobre o lixo e seus impactos no ambiente”, que possuía o propósito de conscientizar os moradores da comunidade Lajeiro Branco em Assunção do Piauí sobre a questão do lixo na atual sociedade: surgimento, impactos no meio ambiente e maneiras de sanar esse problema.

Este resumo exhibe a forma como esse trabalho foi realizado, buscando intervir no modo como a comunidade trata seus resíduos sólidos e nas concepções detidas, por ela, acerca do assunto, baseando-se em pesquisadores como Mucelin e Bellini (2008), El-Deir (2014), Rocha *et al* (2012), entre vários outros.

A execução desse projeto foi de perceptível relevância, visto que o trabalho científico contribui para a formação do indivíduo na sociedade, expandindo seu olhar crítico e guiando-o para a formação de grupos e avanços sociais (MARGOTTI, 2011). Dessa forma, é notória a importância social deste trabalho, que instiga a mudança do ponto de vista que a população da

comunidade possui acerca do lixo, apontando, teoricamente, ações que podem ser adotadas para a redução dos impactos ambientais causados por essa mazela contemporânea, visto a grande produção de resíduos no povoado e a falta de informação sobre os impactos do manejo incorreto.

2 METODOLOGIA

Inicialmente, efetuou-se uma pesquisa bibliográfica de obras que abordassem a problemática do lixo na sociedade nos mais variados aspectos para que fosse possível levantar conhecimentos acerca do tema, e compreender a concepção detida pela população e hipóteses que levam à questão dos resíduos sólidos ser um dos maiores empecilhos contemporâneos.

Posteriormente, realizou-se uma pesquisa exploratória-descritiva, de cunho qualitativo, em que por meio de uma entrevista estruturada, buscou-se conhecer a concepção que a população da comunidade detém sobre o lixo e descrever fundamentando-se na bibliografia pesquisada.

Após obter tais informações acerca da opinião da comunidade sobre os resíduos sólidos, desempenhou-se uma palestra, que abordou a questão do lixo em todas as suas vertentes, como história, impactos ambientais e sociais, legislação e práticas que podem ser adotadas para atenuar as consequências desse impasse. A exposição do assunto se deu na Unidade Escolar Lucia Bezerra Lima, a instituição de ensino da comunidade, e na ocasião foram distribuídos panfletos com curiosidades sobre os detritos.

Em um quarto momento, como extensão da palestra, os alunos foram levados a um ponto de despejo de lixo na comunidade para que fosse exequível observar na realidade os impactos que o lixo pode e está trazendo ao meio ambiente local,

instigando os discentes a repensarem sobre os próprios atos e uma possível modificação deles. Além disso, foi realizada uma visita à Câmara Municipal de Vereadores para saber as políticas em trâmite no que concerne à coleta e tratamento do lixo na zona rural.

3 RESULTADOS

Por meio do percurso trilhado, constatou-se que 47% dos moradores detêm a concepção de que o lixo é algo que não possui mais utilidade, 87% descarta os rejeitos de forma insustentável e 40% não conhece práticas sustentáveis de manejo. Assim, uma palestra educativa que instrísse acerca disso foi vista como imprescindível.

A aula expositiva de conversa, sobre algum assunto político, cultural ou religioso (OLINTO, 2001) foi realizada pelo professor Gilberto Agostinho Farias, abordando aspectos históricos, consequências diretas e indiretas ao ecossistema e ações que podem ser adotadas pelos indivíduos e pelo poder público para atenuar essa mazela. Houve, ainda, uma caminhada, que percorreu o principal ponto de despejo de lixo da comunidade, próximo à barragem, onde foram discutidos dados estatísticos, a ligação com o modelo econômico capitalista e consumista da problemática em questão, sendo o momento ministrado pelos próprios discentes da LEdoC.

Ademais, cientes de que existem políticas públicas que elencam essa questão, procurou-se a Câmara Municipal de Assunção do Piauí para discutir os projetos acerca da coleta de lixo na comunidade, averiguou-se que, por unanimidade, os parlamentares já haviam aprovado um projeto, mas a morosidade do poder executivo foi responsável pela não execução dele, algo frequente com o número majoritário desse tipo de política (ROLNIK, 2012).

Figuras 01 (a, b): Momento da palestra e caminhada



Fonte: Arquivo dos pesquisadores, 2019.

4 CONCLUSÕES

Diante de toda a exposição referente às ações de intervenção voltadas à problemática do lixo na comunidade Lajeiro Branco, é de suma importância enfatizar que os objetivos foram alcançados com sucesso, pois houve o aprofundamento teórico acerca do assunto Lixo recorrente na sociedade atual, no qual foi exposto por meio da palestra na escola Lucia Bezerra Lima da localidade, trazendo conteúdo que possibilitou compreender o significado do termo “lixo”, momento histórico em que se originou e o porquê, suas causas, danos à natureza, formas de diminuição das quantidades existentes e dos impactos e muitos outros pontos que contribuíram para enriquecer o trabalho, atingindo resultados significativos.

O objetivo primordial do trabalho que estava concentrado em “conscientizar” a população do povoado Lajeiro Branco sobre o lixo na atual sociedade, foi auferido com êxito, pois foi mais abrangente em termos de conteúdo e considerando o próprio público presente na palestra, uma vez que esta foi realizada com alunos da escola do vilarejo que cursam o ensino fundamental maior, alunos das turmas de ensino fundamental menor, o corpo docente da escola e, até mesmo, alguns pais de

alunos que viram a importância do assunto, fato que abrilhanta os resultados obtidos. A participação majoritária da comunidade escolar segue o viés exposto por Sousa e Dudu (2014), que afirmam o poder da escola em, ao estar ciente dos impactos ambientais, reclamar ações do poder público.

REFERÊNCIAS

- CORREIA, D. M. das N; BATISTA, M. do S. X. Alternância no ensino superior: o campo e a universidade como territórios de formação de educadores do campo. *In*: ANTUNES-ROCHA, M. I.; MARTINS, M. de F. A.; MARTINS, A. A. **Territórios educativos na educação do campo: escola, comunidade e movimentos sociais**. 2. ed. Belo Horizonte: Editora Gutenberg, 2012, p. 173-198.
- FREITAS, J. M. de A. S.; DUDU, R. E. S. Estudo de caso sobre a problematização de lixo na escola. *In*: EL-DEIR, S. G. **Resíduos sólidos: perspectivas e desafios para a gestão integrada**. Recife: EDUFRPE, 2014, p. 207-213.
- MARGOTTI, L. V. A importância do trabalho científico. **Administradores.com**, s.l., 23 fev. 2011. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=http://www.administradores.com.br/mobile/artigos/negocios/a-importancia-do-trabalho-cientifico/52528/&ved=2ahUKEwjtuivr6583gAhUoILkGHArSCN8QFjALegQIBBAB&usg=AOvVaw2uPQPETIo6BKNhk21S7CSW&cschid=1550786011947>. Acesso em: 21 fev. 2019.
- MUCELIN, C. A.; BELLINI, M. Lixo e impactos ambientais perceptíveis no ecossistema urbano. **Sociedade e natureza**, Uberlândia, v. 20, n.1, p. 111-124, jun. 2008.
- OLINTO, A. **Minidicionário Antonio Olinto da língua portuguesa**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2001.

ROCHA, A. C. et al. Gestão de resíduos sólidos domésticos na zona rural: a realidade do município de Pranchita – PR. **Revista ADM**, Santa Maria, v. 5, n. 4, p. 699 – 714, set./dez. 2012.

ROLNIK, R. Resíduos sólidos urbanos: repensando suas dimensões. *In*: SANTOS, M. C. L. dos; DIAS, S. L. F. G. **Resíduos sólidos urbanos e seus impactos socioambientais**. São Paulo: IEE-USP, 2012, p. 18–22.

ASSOCIATIVISMO E GERAÇÃO DE RENDA ATRAVÉS DA EXPLORAÇÃO DA CAJUCULTURA: A EXPERIÊNCIA DA COMUNIDADE LIVRAMENTO

Raimunda Alves Melo

Docente do Curso de Licenciatura em Educação do Campo/UFPI

1 INTRODUÇÃO

Muito antes da chegada dos portugueses ao Brasil, o caju já era utilizado na alimentação de algumas tribos indígenas como os Tremembé que fermentavam o suco desse fruto e produziam uma bebida denominada de mocororó, utilizada na cerimônia do Torém⁹.

O fruto do cajueiro (*Anacardium occidentale*) produz o que entendemos popularmente como caju que se constitui de duas partes: o fruto propriamente dito, que é a castanha; e seu pedúnculo floral, o pseudofruto, um corpo piriforme, amarelo, rosado ou vermelho. O fruto propriamente dito é duro e oleaginoso, mais conhecido como *castanha de caju*, cuja semente é consumida depois do fruto ser assado. O caju, o pseudofruto, é suculento e rico em vitamina C e ferro, através de seu beneficiamento é possível produzir sucos, cajuína, mel, doces, caju passas, rapadura de caju, entre outras possibilidades¹⁰

O caju é uma cultura de grande importância econômica e social para a região Nordeste do Brasil, principalmente porque a sua produção ocorre durante o período de estiagem (de agosto a dezembro), possibilitando melhorar a renda e a alimentação de pessoas e animais. A cajucultura complementa a renda do

⁹ Informações obtidas no site: <http://www.zenipolpas.com.br/caju.html>. Consulta realizada em 22/09/2019.

¹⁰ Informações obtidas no site: <http://www.zenipolpas.com.br/caju.html>. Consulta realizada em 22/09/2019.

agricultor com um fluxo monetário na fase do ano na qual praticamente não existe outra produção.

Trata-se, portanto, de uma cultura adaptada às condições socioeconômicas da agricultura familiar, caracterizada pela multifuncionalidade, trabalho familiar, que além de produzir alimentos e matérias-primas, favorece o emprego de práticas produtivas ecologicamente mais equilibradas, como a diversificação de cultivos, uso de manejos sustentáveis, o menor uso de insumos industriais e a preservação do patrimônio genético (NEVES, 2012).

Na Região Nordeste, o caju ocupa uma área de 710 mil ha, representando 99,5% da área com caju do Brasil, sendo o Estado do Ceará o maior exportador do Brasil, responsável por 75% do valor exportado. Na sequência, aparecem o Rio Grande do Norte e o Piauí, este último, possui em média 159.389 hectares de cajueiro, com produção de 41.853 de castanhas. (BRASIL, 2010).

Nesse cenário, o município de Castelo do Piauí está localizado na microrregião de Campo Maior a 180 Km da capital Teresina, nele predomina a agricultura familiar de subsistência com baixa produtividade e pouca geração de excedentes. Segundo dados do IBGE (2010), as principais culturas temporárias exploradas no município são: milho, feijão, mandioca e caju.

No tocante a produção de caju, o Quadro 01 apresenta resultados preliminares do ano de 2017:

CASTANHA		
Número de estabelecimentos agropecuários com 50 pés e mais	46	estabelecimentos
Quantidade produzida nos estabelecimentos agropecuários com 50 pés e mais	112,106	toneladas

FRUTO		
Número de estabelecimentos agropecuários com 50 pés e mais	40	estabelecimentos
Quantidade produzida nos estabelecimentos agropecuários com 50 pés e mais	119,420	toneladas

Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/castelo-do-piaui/pesquisa/24/76693>. Data: 22/09/2019.

Conforme dados do Quadro 01, o município de Castelo possui significativa produção de estabelecimentos rurais que exploram tanto a castanha (46) quanto o pseudofruto do caju (40), mas nem sempre foi assim, durante muitas décadas os produtores aproveitavam apenas a castanha, o pedúnculo fazia lama de baixo do pé, conforme anunciamos no título desse trabalho.

Neste contexto, a Comunidades Rurais Livramento, acessível através da rodovia PI – 115, vem se destacando pela produção de castanhas, mas sobretudo pela exploração do pedúnculo do caju, principalmente para a produção de cajuína (suco clarificado de caju).

Considerando estas questões contextuais, o presente resumo discute a importância do caju como fonte de geração de renda e alimento tendo como referência os trabalhos desenvolvidos na comunidade Livramento, município de Castelo do Piauí.

2 MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa foi realizada por meio da análise dos dados fornecidos pela Associação de Moradores da Comunidade Livramento e Faveira II, pesquisa bibliográfica e nas vivências à frente dos trabalhos desenvolvidos nesta instituição.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O processo de povoamento dessa comunidade ocorreu na década de 1950 quando os primeiros habitantes se instalaram no lugar com o objetivo de obter melhores condições de vida. Foi à criação extensiva de pequenos animais e a agricultura familiar que garantiu a sobrevivência dos moradores até o final da década de 1990, período marcado pela ausência de políticas públicas, conforme ilustra a Figura 01.

Figura 01: Escola improvisada embaixo de uma casa de farinha de mandioca



Fonte: da pesquisadora (1996)

Naquela época, a escola funcionava em uma fábrica de processamento de farinha de mandioca, também denominada Casa de Forno. Posteriormente, com o status de escola, foi denominada de Unidade Escolar Francisco Luís de Abreu, já em um prédio específico.

Foi após a fundação da Associação do Desenvolvimento Comunitário dos Moradores da Localidade Livramento e Faveira

II, realizada no dia 14 de janeiro de 1998, que a comunidade se organizou e por meio das reivindicações passaram a ter acesso aos serviços básicos de saúde, educação, assistência social e cultura, conforme refere Melo (2015, p. 10):

Dessa relação de confiança e interesses comuns, juntamente com os alunos, ingressamos na luta dos movimentos sociais por meio da criação/fundação da associação de moradores e, a partir das reivindicações desse grupo, aos poucos a vida começou a mudar naquele lugar. Entre tantos outros benefícios, a Associação conseguiu a construção das vias de acesso à localidade, a instalação de energia elétrica, o abastecimento de água, a implantação de uma fábrica de beneficiamento de caju e a construção de uma escola, fazendo com que esta comunidade seja, ainda hoje, uma referência na exploração da cajucultura, em desenvolvimento social e em práticas de associativismo.

A Associação de Desenvolvimento Comunitário dos Moradores da Localidade Livramento e Faveira II é uma instituição comunitária, não governamental, sem fins lucrativos, criada com o objetivo de promover melhorias na qualidade de vida dos moradores destas duas comunidades. Em 15 anos de existência, essa associação é uma das instituições mais bem vista do município. Por meio de suas reivindicações os moradores tiveram acesso a várias políticas públicas que proporcionaram melhores condições de vida.

De todas as conquistas empreendidas por meio do associativismo, merece destaque as ações de incentivo a geração de emprego e renda através do aproveitamento do pedúnculo de caju. A luta das mulheres livramentenses teve início em 1999 por meio da produção artesanal de doces e cajúina e de lá para cá muita coisa mudou na vida de todos da comunidade.

As mudanças também são resultado de um conjunto de parcerias realizadas com instituições públicas e governamentais, como: SEBRAE, FIEPI, EMATER, Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Prefeitura Municipal de Castelo do Piauí e CODEVASF. Entre as ações desenvolvidas pelos parceiros destaca-se a realização de cursos de aproveitamento do pedúnculo de caju e o apoio gerencial em atividades desenvolvidas.

Em 2005, graças a investimentos realizados pela Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF), a comunidade foi beneficiada com uma Unidade de Beneficiamento do Caju e outra de beneficiamento da castanha de caju, onde as famílias produzem doces, licores, cajuína e rapadura de caju. Este projeto trouxe muitos benefícios, não apenas pela ocupação da força de trabalho, mas principalmente pela geração de renda, melhoria da qualidade de vida e autoestima das pessoas do lugar.

Figura 02: Unidade de Beneficiamento de caju



Fonte: da pesquisadora (2013)

Em 2012, a comunidade foi contemplada com um projeto de 56 mil pelo Banco do Brasil. Os recursos foram investidos na

aquisição de uma máquina rotuladora, um triturador elétrico de larga potência, aquisição de um sistema de filtragem e uma pequena reforma no prédio da fábrica.

Figura 03 (a, b): Inauguração do Projeto BB Voluntário



Fonte: da pesquisadora (2013)

Atualmente as famílias produzem em média 80 mil litros de cajuína, 5 mil quilos de doces e rapaduras e 5 toneladas de castanha. A produção dos produtos tem consumo garantido pelas pessoas de Castelo do Piauí e municípios vizinhos.

O período de aproveitamento do caju acontece entre os meses de setembro a novembro, marcado por grande fartura, oferta de trabalho e melhoria da renda das famílias. Nos demais meses do ano as famílias se dedicam a agricultura familiar e criação de pequenos animais, necessitando de apoio para melhor aproveitamento do solo e aumento da produtividade.

4 CONCLUSÕES

A Associação de Desenvolvimento Comunitário dos Moradores da Localidade Livramento e Faveira II é uma instituição que tem a missão de contribuir de forma participativa com o desenvolvimento rural sustentável. Cientes, portanto, de que a cajucultura representa um grande potencial à economia do Município, os sócios desenvolvem em parceria para investir no

plântio de cajueiro anão precoce e produção de cajuína, doces e licores.

A experiência da comunidade foi de fundamental importância para despertar interesse em outras comunidades, como o Assentamento Lago Verde situado em suas proximidades. Além disso, foi de grande relevância par divulgação do associativismo como proposta de desenvolvimento integrado e sustentável e da cajucultura como proposta de crescimento econômico para o município.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Desenvolvimento Regional Sustentável:** fruticultura – caju. Banco do Brasil, Brasília, setembro de 2010

MELO, R. A. **Escola do Campo:** saberes da cultura camponesa e conhecimento escolares em articulação/Raimunda Alves Melo. – Teresina: EDUFPI, 2015.

NEVES, D. P. A agricultura familiar e o claudicante quadro institucional. In: LOPES, E. S. A.; MOTA, D. M.; SILVA, T. E. M. (Orgs.) **Ensaio:** desenvolvimento rural e transformações na agricultura. Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, Universidade Federal de Sergipe, 2012, p.133-159.

ASPECTOS HISTÓRICOS E CONSTITUINTES DA EDUCAÇÃO DA COMUNIDADE LAJEIRO BRANCO NO MUNICÍPIO DE ASSUNÇÃO DO PIAUÍ

Pedro Luiz Oliveira Britto

*Acadêmico do Curso de Licenciatura em Educação do Campo da UFPI
de Teresina*

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente texto foi adaptado a partir de um trabalho produzido durante o Tempo Comunidade do bloco I da Licenciatura em Educação do Campo/Ciências da Natureza, da Universidade Federal do Piauí de Teresina, que teve caráter interdisciplinar e equivaleu a segunda nota das disciplinas de História e Sociologia da Educação. Baseado em estudiosos dessas disciplinas como Aranha (2006), Durkheim (1955) e Veiga (2007), objetivou-se conhecer aspectos históricos da educação da comunidade Lajeiro Branco, localizada a pouco mais de 20 quilômetros da sede da cidade de Assunção do Piauí, destacando o surgimento da escola e a relação dela com o povoado e o poder público.

Além do mais, esse estudo foi consolidado por meio de instrumentais como: visitas, observações, entrevistas, pesquisas bibliográficas e documentais, e está dividido, além da introdução, em mais três partes, onde cada uma se mostra de igual importância na construção do mesmo.

De forma concisa, o tópico dois reflete acerca dos aspectos metodológicos, a seção três apresenta a história educacional da comunidade antes mesmo da edificação da escola, as mais variadas informações sobre as duas escolas da localidade desde a origem até a estrutura física e sobre a situação dos alunos do povoado quando estes concluem o ensino fundamental e prosseguem os estudos; no ponto quatro localizam-se as ideias e

questionamentos conclusivos e na seção cinco estão todas as obras referenciadas no decorrer do presente trabalho.

Conforme Durkheim (2013, p. 47-48 apud FERRARO, 2016, p. 125) “[...] cada sociedade, considerada em determinado momento de seu desenvolvimento, tem um sistema de educação que se impõe aos indivíduos como uma força geralmente irresistível”. Nesse sentido, o presente trabalho se faz de considerável relevância, visto que ele realiza um resgate de saberes acerca de tais complexos educacionais, ampliando o conhecimento sobre o que Durkheim (2013 apud FERRARO, 2016) classificou como ação que as gerações adultas exercem em suas proles: a educação, que forma o homem ideal reclamado pela sociedade.

2 MÉTODOS

Inicialmente, realizou-se pesquisa bibliográfica para fundamentação e abertura do conhecimento acerca da progressão histórica da educação e, mais especificamente, a educação rural brasileira e também piauiense.

Para a conquista de dados específicos da comunidade, foi executada uma pesquisa exploratória de caráter qualitativo por meio de visitas, entrevistas e observações de documentos que investigaram sujeitos de referência da citada comunidade que vivenciaram o estopim das práticas educativas no local.

3 RESULTADOS

3.1 A educação da comunidade Lajeiro Branco: histórico

A comunidade Lajeiro Branco situa-se no nordeste do município de Assunção do Piauí, e dista 25 km da sede da cidade. Atualmente, seu sistema educacional é amplo, atendendo toda a demanda de discentes da educação infantil e ensino fundamental,

não obstante, tal situação era bem divergente há 32 anos, quando foi instituída a primeira sala de aula, visto que as duas escolas presentes eram apenas utopias dos moradores.

Em 1986, a educação era oferecida aos habitantes até a, então chamada, 3ª série do ensino fundamental, com aulas ministradas por professores em suas próprias residências, estes eram pagos pela prefeitura de São Miguel do Tapuio, uma vez que Assunção do Piauí ainda não era emancipada politicamente.

A partir de 1989, implantou-se no ensino da localidade a 4ª série, ainda no modelo onde educadores faziam uso de suas moradias para transmitir conhecimento. Contudo, a metodologia educacional imposta nas residências não era passível de magnífico proveito, em razão de haver grandes similitudes com as escolas reunidas do século XX, pois nelas não havia a distribuição dos discentes por turmas com base na faixa etária ou série, cada docente lecionava para vários alunos de divergentes graus de desenvolvimento educativo e cognitivo ao mesmo tempo (LOPES, 2006).

Isto é, o educador tinha em seu domicílio, na sala de aula improvisada, ao mesmo tempo, alunos de todas as idades e séries disponíveis, as classes multisseriadas eram (e são), infelizmente, realidade, o que dificultava o processo de ensino-aprendizagem, além do fato das disciplinas serem mecânicas, e os instrutores pouco capacitados, congêneres as dificuldades de ensino do período das luzes, que se apresentava crítica, uma vez que além do “conteúdo excessivamente literário e pouco científico, as escolas eram insuficientes e os mestres [...] mal pagos, geralmente não tinham experiência” (ARANHA, 2006, p. 174).

Como o ensino da época só disponibilizava quatro anos, alguns que os concluíam, por questões políticas, eram escolhidos para a função de “alfabetizar” os demais. Contudo, os recém-professores faziam usos de didáticas rústicas e pouco eficazes, da maneira como foram ensinados, pois o aprendizado era pouco

existente e repassado de forma ínfima para aqueles que, no futuro, iriam assumir a posição de ensinar.

O modelo de aulas nas moradias dos educadores teve fim somente em 1990, quando foi construída na localidade, no decurso da administração do prefeito Pompílio Evaristo Cardoso, a Unidade Escolar Lúcia Bezerra Lima, maior instituição de ensino do local, o que representou um marco na história da comunidade. O prédio recebeu esse nome em homenagem a uma das primeiras professoras do local, que atuou no antigo modelo de aula nas residências.

3.2 As instituições de ensino

Com a consolidação da nova escola, as turmas existentes nos domicílios dos educadores foram transferidas para o novo local, contudo, mais uma mazela foi deparada pelos alunos e professores, a ausência de carteiras, os mesmos precisavam trazê-las de casa para conseguir estudar, situação que se arrastou por muito tempo.

No ano de 1997, já com o município de Assunção do Piauí desmembrado de São Miguel do Tapuío, e durante a administração do primeiro prefeito da cidade, José Alves dos Reis (*in memorian*), a escola passou por um processo de recuperação com recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE), e no ano de 2008 foi contemplada com o programa “Luz para todos”, do Governo Federal.

Apenas em 2001, a instituição de ensino passou a receber todas as séries do nível fundamental, de forma predominante em classes multisseriadas. A Unidade Escolar, apesar da restauração, ainda detém grande parte da estrutura interna original do projeto, contando com 2 (duas) salas de aula, 2 (dois) banheiros, sendo um masculino e outro feminino, 1 (uma) coordenação, 2 (dois) pequenos pátios, 1 (uma) diretoria, 1 (uma) cantina e 1 (um) poço

desativado, sendo esses últimos feitos posteriormente. Contempla, no ano letivo de 2019, segundo a coordenadora, 49 alunos, distribuídos em seis anos do ensino fundamental e três classes multisseriadas, algo parecido ao que abordou Aranha (2006) ao se tratar da educação inglesa do século XIX, onde inúmeras crianças de diferentes idades formavam uma única classe. Há no turno matutino uma sala de aula onde opera o 4º e 5º ano, durante o período vespertino funciona uma turma de 6º e 7º e outra de 8º e 9º. O uso de classes mútuas se tornou exclusivo a cerca de dois anos, pois houve uma grande diminuição no número de estudantes.

No atual quadro docente, há 6 professores, sendo 5 (cinco) especialistas e 1 (um) conta com o magistério. A escola ainda é atendida pelos programas PDDE, PNAIC, PSE, PNBE, PNLD e o PNAE.

Já a Educação Infantil, fase que antecede o Ensino Fundamental e atende, geralmente, alunos entre 3 a 5 anos de idade, foi implantada na comunidade há alguns anos, porém seu estopim se deu sem prédio próprio, as aulas eram realizadas em casas alugadas pela Prefeitura Municipal, que geralmente tinham espaço limitado para abrigar os alunos. Somente em 2011, para sanar os onerosos gastos com locação, foi construído, durante a administração do ex-prefeito Gabriel Mendes Lopes, o prédio da creche, que foi denominada de Mãe Luiza Inácio, sendo o mesmo inaugurado em 2012.

Na estrutura física, a creche conta com 2 (duas) salas de aula, 2 (dois) banheiros, 1 (uma) diretoria, 1 (um) coordenação, 1 (uma) cantina e 1 (uma) área de recreação e no presente ano, atende, no período da manhã, 29 (vinte e nove) alunos da educação infantil, divididos em duas turmas, uma com 12 (doze) e outra com 17 (dezessete) alunos, comandadas por dois professores, em quatro dias por semana, além de uma dupla de educadores que trabalham com HP (Horário Pedagógico)

durante um dia útil. Há, ainda, um auxiliar que trabalha dando suporte aos professores.

Ademais, no turno da tarde, encontram-se na edificação, alunos do 1º, 2º e 3º ano do ensino fundamental oriundos da Unidade Escolar Lúcia Bezerra Lima. Vale ressaltar que a realidade multisseriada também se faz presente na creche, pois no turno manhã, três classes funcionam em duas salas de aula, mesma situação no período vespertino.

3.3 Além do ensino fundamental: que escola nos convém?

No Brasil, a educação básica apresenta-se em fases, assim como na educação das primeiras décadas da república tupiniquim, onde havia a escola primária, normal e o ensino secundário (VEIGA, 2007). Atualmente, há a educação infantil, com duração de três anos, o ensino fundamental, com durabilidade de nove anos, e o ensino médio, com extensão de três anos, totalizando quinze anos voltados à escola.

Na comunidade Lajeiro Branco, as duas escolas presentes visam atender as duas primeiras etapas desse ciclo educacional, visto que por cobrirem alunos com menor idade, torna-se mais pertinente evitar a rotina diária exaustiva entre a localidade e a sede da cidade, um percurso de 25 quilômetros.

Todavia, os alunos que concluem o ensino fundamental precisam se deslocar para a cidade de Assunção do Piauí, onde está a mais acessível escola estadual que dispõe de ensino médio, a Unidade Escolar Sebastião Alves dos Reis, instituição modelo FNDE que comporta alunos da última fase da educação básica de 18 das 19 comunidades do município além da sede do mesmo. O transporte dos discentes de Lajeiro Branco é feito em um ônibus escolar do programa “Caminhos da escola” do governo federal, exclusivamente no turno da noite.

Ademais, ao se tratar do ensino superior, poucos são os que se dedicam a buscar uma formação. Dentro da pequena parcela que conta ou está prestes a adquirir um diploma, grande parte o conseguiu/conseguirá em cursos a distância em faculdades privadas, ou em polos de universidades públicas de cidades próximas muitas vezes por programas como o Plano Nacional de Formação de Professores (PARFOR).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por conseguinte, é indiscutível que a educação no meio rural, apesar de apresentar avanços com o passar do tempo, ainda é rodeada de conturbações. Nota-se o pouco investimento no setor que se torna retardado mesmo na contemporaneidade.

Ainda nos anos de 1900, ideias supostamente modernas surgiram, como os grupos escolares, modelo de escola inovador, ao trazer “a organização das classes em séries, cada série numa sala, um professor para cada série” (VEIGA, 2007, p. 242), que tinham como principal objetivo extinguir a propriedade multisseriada das classes.

Nesse plano, torna-se evidente que o intuito nunca foi alcançado, e os grupos escolares jamais foram instaurados de forma generalizada, “nem a capital, nem qualquer outra cidade do Piauí viram (...) essa modalidade de escola” (LOPES, 2006, p. 83), tendo consequências atualmente, onde as classes das instituições de ensino rural funcionam majoritariamente em caráter multisseriado. É perceptível, portanto, que a educação do campo é tratada pelo poder público de forma ressarcida, com programas paliativos e descontínuos.

No entanto, a luta pela instrução adequada é a causa de muitos na sociedade vigente, inúmeros indivíduos, instituições, movimentos e órgãos confirmam isso com veemência, como o

Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), precursor nas batalhas por escolas de qualidade no campo.

Contudo, a educação, seja qual for o modo como é transmitida, se faz de extrema relevância ao capacitar os indivíduos para se comportarem da forma como a sociedade reclama (DURKHEIM, 1955), com isso, a partir de um dos objetivos iniciais desse conciso trabalho, que era conhecer o histórico educacional da comunidade Lajeiro Branco, foi possível perceber que ela é oriunda de elos, traços e aspectos culturais (DURKHEIM, 1955), tendo consequência direta nesses tempos hodiernos, em que a mesma transfigura-se como imprescindível na formação do homem e do cidadão.

5 REFERÊNCIAS

ARANHA, M. L. A. **História da educação e da pedagogia:** geral e Brasil. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006.

DURKHEIM, É. **Educação e sociologia.** 4. ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1955.

FERRARO, J. L. S. Durkheim, educação e sociologia. **Educação por escrito**, Porto Alegre, v. 7, n. 1, p. 124-131, jan-jun. 2016.

LOPES, A. de P. C. **Grupos escolares:** cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil. Campinas: Mercado de letras, 2006.

VEIGA, C. G. **História da educação.** São Paulo: Ática, 2007.

DIAGÓSTICO DA COMUNIDADE LAJEIRO BRANCO EM ASSUNÇÃO DO PIAUÍ

Marcus Vinicius Antunes dos Santos

*Acadêmico do Curso de Licenciatura em Educação do Campo da UFPI
de Teresina*

Pedro Luiz Oliveira Britto

*Acadêmico do Curso de Licenciatura em Educação do Campo da UFPI
de Teresina*

Keyla Cristina da Silva Machado

Docente do Curso de Licenciatura em Educação do Campo/UFPI

Raimunda Alves Melo

Docente do Curso de Licenciatura em Educação do Campo/UFPI

1 INTRODUÇÃO

O curso de Licenciatura em Educação do Campo/Ciências da Natureza, configura-se no “[...] resultado das lutas demandadas pelos movimentos sociais ao Estado, constituindo-se numa nova modalidade de graduação nas universidades públicas brasileiras[...]” (PERNAMBUCO, 2017), onde almeja-se a formação crítica e profissional de docentes para atuar nas escolas campesinas, cuja área de atuação é as Ciências da Natureza, a fim de “[...] promover um profundo vínculo entre as funções específicas da escola e as demandas da comunidade camponesa onde está localizado a escola[...]”.

Neste processo de formação docente, o Curso se divide em Tempo Universidade e Tempo Comunidade, fazendo uso deste modelo de alternância para assegurar no processo de aprendizagem dos futuros docentes a preservação de sua identidade campesina.

Como um dos trabalhos que o curso desenvolve no período do Tempo Comunidade, o Diagnóstico da Comunidade é o primeiro da série de estudos a serem desenvolvidos na comunidade do discente do curso, tendo em vista a grande necessidade de conhecimento dos saberes camponeses e não somente, das potencialidades e também problemáticas existentes nas comunidades rurais, sendo este diagnóstico a matéria prima utilizada na produção da corrente apresentação.

Este trabalho é de suma importância, pois nele é dado o pontapé inicial dos estudos a serem realizados na comunidade Lajeiro Banco, pois possibilita o enriquecimento da literatura camponesa e vem abranger, também, a história desta parte da grande sociedade, considerando os saberes e vivências dos povos do campo como composição parcial simbólica e relevante para o processo de formação humana.

Os objetivos da pesquisa são gerais e específicos, sendo o objetivo geral da investigação, analisar os aspectos diversos do povoado, sendo eles a historicidade, política, demografia e culturas nas quais envolvem a comunidade. Especificamente objetivou: ressaltar a história da comunidade destacando características geográficas, sociais, econômicas e culturais; apontar a situação dos serviços públicos destinados a população; identificar as mazelas vigentes na comunidade, bem como destacar as potencialidades.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Este trabalho teve cunho exploratório de caráter qualitativo, a partir do qual se buscou dados e informações por meio de pesquisa de campo, juntamente com colaboradores locais, informações sobre a comunidade em todas as suas vertentes, visto que a população e, sobretudo, os moradores de referência da comunidade, eram mais detentores de saberes empíricos, capazes de sanar dúvidas quanto ao vilarejo.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A comunidade Lajeiro Branco, situada a nordeste do município de Assunção do Piauí, distanciada a cerca de 25 km, teve seu processo de povoamento iniciado por volta de 1952 pela família do senhor Zequinha Marô (*in memorian*), onde conheceu o local através de caçadas e, posteriormente, veio a residir com sua família, inicialmente, em locas de pedras e, após alguns anos, construíram as primeiras casas de “taipa”. O nome do lugar faz referência às formações rochosas de tonalidade esbranquiçadas presentes na superfície de algumas áreas do povoado, sendo esta uma característica única da comunidade.

Segundo dados da pesquisa, a comunidade possui cerca de 282 habitantes, dos quais 52,2 % são homens e 47,8% são mulheres, sendo que os homens são mais velhos e as mulheres mais escolarizadas. A principal fonte de renda é a agricultura familiar e pecuária, onde existe em alguns casos o auxílio do Bolsa Família. Existem mulheres que ocupam cargos públicos na comunidade visto o nível de escolaridade mais elevado.

Em relação aos serviços públicos prestados a comunidade, o local dispõe de uma escola de ensino fundamental, uma creche de educação infantil e um posto de saúde onde acontecem consultas em atendimentos mensais. Em relação às problemáticas identificadas na pesquisa, tem-se a ausência de encanamento d`água, sendo a única fonte de água na comunidade um poço artesiano; falta de iluminação pública; ausência de segurança e também o uso e descarte incorreto do lixo na comunidade, sendo está o alvo posterior de intervenção da pesquisa no mesmo local.

Figuras 01 (a, b): Primeiras moradias do local e roça de feijão



Fonte: Arquivo dos autores, 2018

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos dados elencados, conclui-se que o propósito da pesquisa foi alcançado, tendo em vista que o trabalho expõe aspectos atuais, históricos e culturais, trazendo potencialidades e problemáticas, além de cumprir os objetivos propostos na elaboração deste trabalho, que contou com o envolvimento dos pesquisados, o que intensifica os laços dentro da educação do campo e melhora a qualidade do trabalho, que foi o início dos estudos a serem desenvolvidos na comunidade.

REFERÊNCIAS

DELBONI, H; ROTA, P.J.S. **História do Piauí**. São Paulo: Scipione, 2008.

LIMA, M.A. **Memórias de um povo**. Assunção do Piauí: Edição da ALTEC, 2013.

PERNAMBUCO, M. Prefácio. *In*: MELO, K, R, A; MELO, R, A; CATAPRETA, J, C, A. **Saberes e fazeres da educação do campo**. Teresina: EDUFPI, 2017.

HISTORICIDADE DA COMUNIDADE CALDEIRÃO NO MUNICÍPIO DE ASSUNÇÃO – PIAUÍ

João Victor Antunes dos Santos

*Acadêmico do Curso de Licenciatura em Educação do Campo da UFPI
de Teresina*

Yasmim Cristini Bezerra Marques

*Acadêmica do Curso de Licenciatura em Educação do Campo da UFPI
de Teresina*

Keyla Cristina da Silva Machado

Docente do Curso de Licenciatura em Educação do Campo/UFPI

Raimunda Alves Melo

Docente do Curso de Licenciatura em Educação do Campo/UFPI

1 INTRODUÇÃO

O Curso de Licenciatura em Educação do Campo é realizado na alternância entre Tempo Universidade, onde os discentes estudam na modalidade presencial, e em Tempo Comunidade, onde os alunos produzem trabalhos realizando ações no povoado em que eles vivem. Nesse sentido, os alunos do bloco I do período 2018.2 do curso mencionado, em seu primeiro Tempo Comunidade, desenvolveram um diagnóstico contendo várias informações relevantes sobre uma localidade do município de Assunção do Piauí, denominada Caldeirão.

Desse modo, o diagnóstico realizado abordou alguns levantamentos e as problemáticas passíveis de intervenção que, naquele mesmo lugar, foram encontrados. Como processo metodológico utilizado para a produção deste resumo, utilizou-se uma leitura sintetizada do relatório do diagnóstico produzido pelos acadêmicos do curso exteriorizado e uma pesquisa

bibliográficas das obras de Lima (2013) e Melo; Melo; Catapreta (2017).

2 METODOLOGIA

No que tange os critérios metodológicos, realizou-se uma pesquisa bibliográfica de obras que relatam sobre a cidade e que contêm trechos que abordam sobre a localidade, além de artigos sobre o povoamento do Piauí e sobre a economia. No entanto, com a finalidade de fazer saber sobre aspectos do povoado e, principalmente, informações sobre as instituições, informações estas que não se encontravam nos livros, foram visitados habitantes do lugar, desde idosos até os mais novos. Assim, é necessário ser esclarecido que, para obterem essas informações, os acadêmicos realizaram uma pesquisa de campo, já que os dados foram além da pesquisa bibliográfica e tiveram contato com os moradores.

Portanto, a partir das pesquisas realizadas, tem-se de fato o conhecimento sobre vários aspectos da comunidade Caldeirão, desde história, serviços destinados à população, cultura, potencialidades e problemáticas. Além de cumprir com os objetivos dos estudantes para o referido diagnóstico que eram “fortalecer os vínculos comunitários e (re) construir a identidade do campo” (AGUIAR; MELO, 2017, p. 82).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nessa perspectiva, os elaboradores do diagnóstico chegaram, através de todo o processo metodológico explícito anteriormente, aos seguintes resultados. A partir dos dados coletados, foi possível identificar que a comunidade possui 466 moradores, 27 estabelecimentos e 167 moradias, que abrigam a todos os habitantes do local.

Caldeirão está localizada no norte do estado do Piauí e ao oeste do município de Assunção do Piauí, com distância de 4km da sede. Para chegar à comunidade é necessário passar pelas localidades Buriti e Carnaubal. Pontua-se que o povoamento se deu por volta de 1882, e que, segundo Lima (2013), originou-se a partir de um senhor chamado Francisco Antônio Martins, que quando se deparou com as belas terras, viu que o lugar oferecia boas condições para se povoar. Logo adquiriu uma parte das terras e construiu uma casa perto de uma ladeira, conhecida atualmente como subida do tio Venâncio.

No povoado, já habitaram pessoas de várias famílias e que sobrevivem de outras formas além da agricultura, contudo, a mesma ainda não deixa de ser a principal atividade econômica da comunidade. Outra fonte de subsistência observada foi a caça, entretanto, esta é uma atividade que é apresentada com menor frequência. Em virtude de saber sobre o porquê do nome, pontua-se que a comunidade contém essa denominação devido aos furos nas pedras, assim como confirma Lima (2013, p.69): “o nome surgiu devido está situada em terrenos pedregosos e muitas das pedras possuem pequenas escavações causadas pelas ações na natureza denominadas caldeirão”

Segundo os agentes de saúde, a população total do povoado está em cerca de 466 habitantes, que os mesmos apresentam perfis diversificados. A partir dos levantamentos feitos pelos estudantes, 72% dos moradores é do sexo feminino e 28%, apenas, são pessoas do sexo masculino.

No que tange a escolarização dos homens, observou que 18% não frequentaram a escola, 41% tem o ensino fundamental incompleto ou estão cursando, 12% tem ensino fundamental completo, 6% tem o ensino médio incompleto ou estão cursando e 23% deles tem o ensino médio completo. Todavia, na escolarização das mulheres, verificou-se que 14% delas não frequentaram a escola, 44% não concluíram o ensino

fundamental ou estão cursando, 10% tem ensino fundamental completo, 14% não concluíram o ensino médio ou estão cursando, e 18% apenas concluíram o ensino médio.

O diagnóstico também constatou que as fontes de renda na localidade mensurada eram: agricultura ou pecuária para 30% dos homens e 16% das mulheres, serviços públicos com 23% dos homens e 19% das mulheres, e que uma outra fonte seria o aposento, onde 23% dos homens recebem aposento, enquanto que o número de mulheres aposentadas é de 28%. Outra fonte é o bolsa família, onde 18% dos homens recebem e 32% das mulheres também recebem. Em última análise de renda, 6 % dos homens não recebem nada e 5% das mulheres também não recebem nada.

5 CONCLUSÃO

Portanto, o diagnóstico conseguiu abordar aspectos sociais, históricos, econômicos, culturais, além de intensificar os laços entre os discentes e o campo. A partir de então, ficou evidente que as finalidades do diagnóstico foram alcançadas já que com os dados coletados, foi possível saber a história da localidade onde não somente o passado foi abordado, mas também, os fatos presentes do povoado, muitos desses esquecidos ou sem o conhecimento da população.

Ademais, foi observado o perfil dos moradores, como funcionam as instituições e a quanto tempo as mesmas existem no lugar, os locais destaques da comunidade, visto que o lugar também possui espaços naturais e geográficos que valem a pena serem visitados, além de saber um pouco mais sobre a cultura existente, como, por exemplo, tem-se as brincadeiras (já pouco praticadas nos dias atuais) e as danças de São Gonçalo. Outrossim, outros aspectos mostrados no diagnóstico foram as

potencialidades e as problemáticas, fatos que contribuíram para um melhor conhecimento do vilarejo.

Assim, espera-se que, através deste resumo, seja possível a compreensão de todos os aspectos expostos com maior cautela para as potencialidades do local, a historicidade, a cultura e, por fim, e não menos importante, as problemáticas que foram encontradas na comunidade exteriorizada.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, J.W.S.de; MELO, K. R. A. Perfil de comunidades camponesas atendidas pelo Curso de Licenciatura em Educação do Campo/UFPI/Campus Teresina *in*: MELO, K. R. A; MELO, R. A; CATAPRETA, J. C. A. **Saberes e fazeres da educação do campo**: reflexões sobre a formação de professores e a prática educativa. Teresina: EDUFPI, 2017.

LIMA, M. A. **Memórias de um povo**. Assunção do Piauí: Edição da ALTEC, 2013.